

RODRIGO HENRIQUE BATISTA

O SUJEITO DISCURSIVO NO GÊNERO ARTIGO CIENTÍFICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA – 2008

RODRIGO HENRIQUE BATISTA

O SUJEITO DISCURSIVO NO GÊNERO ARTIGO CIENTÍFICO

Dissertação apresentada, no ano de 2008, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística no Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos.

Área de Concentração: Estudos em Lingüística e
Lingüística Aplicada

Linha de Pesquisa: Linguagem, texto e discurso

Orientador: Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA – 2008

- i)
- ii)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B333s Batista, Rodrigo Henrique, 1979-
O sujeito discursivo no gênero artigo científico / Rodrig
Henrique Batista. - 2008.

126 f.

Orientador: João Bosco Cabral dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Lingüística.
Inclui bibliografia.

1. Análise do discurso - Teses. I. Santos, João
Bôsko Cabral dos. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Lingüística. III. Título.

CDU: 801

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos (UFU)

Orientador

Profa. Dra. Dylia Lysardo Dias (UFSJ)

Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo (UFU)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais,
Wilson e Maria

A minha tia, *Ana Alice*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Dr. João Bosco, por fazer jus ao título de orientador e realmente me incentivar e guiar, sempre disposto a ajudar, bem como pela paciência e estímulo em não me fazer desistir, e pelo qual tornou este trabalho possível.

Aos meus pais, pelo apoio e compreensão de minhas decisões, embora em alguns momentos não fossem as mais acertadas.

Aos professores Dr. Ernesto e Cleudemar, pelas leituras, sugestões, críticas e apontamentos da pesquisa, relevantes para a concretização da mesma.

Aos meus amigos Mariângela e Rodrigo, por me auxiliarem em algumas fases do trabalho, por meio de leituras, troca de idéias e saber compartilhados, sempre acompanhados de uma garrafa de vinho.

À minha amiga Grenissa Stafuzza que, de uma amizade que começou na graduação, muito me ajudou com sua visão peculiar, sempre lançando luz às minhas inquietações sombrias.

Aos meus amigos Diego, Luiz Fernando, Wekesley e Alessandra, pelo incentivo e apoio e, principalmente, por proporcionar um caminho mais ameno, alegre e festivo no decorrer da elaboração do trabalho.

Ao meu amigo Donner, companheiro de graduação, pelas críticas e observações, além de me fazer ver a vida por outros vieses.

À minha família, pelo apoio, interesse e sustentação, mostrando que o homem não é uma ilha, mas que precisa dos outros para chegar ao seu destino final.

Ao pessoal do ILEEL, da Universidade Federal de Uberlândia, principalmente à Solene, que sempre me atendeu com cortesia e presteza.

CÂNTICO NEGRO

"Vem por aqui" — dizem-me alguns com os olhos doces,
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: "vem por aqui"!
Eu olho-os com olhos lassos,
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E nunca vou por ali...

A minha glória é esta:
Criar desumanidade!
Não acompanhar ninguém.
— Que eu vivo com o mesmo sem-vontade
Com que rasguei o ventre a minha Mãe.

Não, não vou por aí! Só vou por onde
Me levam meus próprios passos...
Se ao que busco saber nenhum de vós responde,
Por que me repetis: "vem por aqui!"?
Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
Redemoinhar aos ventos,
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
A ir por aí...

Se vim ao mundo, foi
Só para desflorar florestas virgens,
E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
O mais que faço não vale nada.

Como, pois, sereis vós
Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem
Para eu derrubar os meus obstáculos?...
Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,
E vós amais o que é fácil!
Eu amo o Longe e a Miragem,
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...

Ide! Tendes estradas,
Tendes jardins, tendes canteiros,
Tendes pátria, tendes tectos,
E tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios.
Eu tenho a minha Loucura!
Levanto-a, como um facho, a arder na noite escura,
E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...

Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém.
Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;
Mas eu, que nunca principio nem acabo,
Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.

Ah, que ninguém me dê piedosas intenções!
Ninguém me peça definições!
Ninguém me diga: "vem por aqui!"
A minha vida é um vendaval que se soltou.
É uma onda que se levantou.
É um átomo a mais que se animou...
Não sei por onde vou,,
Não sei para onde vou
- Sei que não vou por aí!

José Régio, in Poemas de Deus e do Diabo, 2ª ed., Quasi, 2005.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os dizeres do sujeito discursivo enquanto instância enunciativa sujeitudinal autor no gênero texto acadêmico-científico. Partindo do pressuposto de que o sujeito ocupa diferentes posições na cadeia discursiva, hipotetizamos que os dizeres realizados por essa instância enunciativa sujeitudinal autor ocupam um lugar discursivo que revela a presença de diferentes vozes, constitutivas de sujeitos discursivos outros. Em termos teóricos, para dar suporte epistemológico à pesquisa, nos situaremos na Análise do Discurso francesa, enfocando as noções de sujeito, tomada de posição do sujeito, instância enunciativa sujeitudinal, heterogeneidades discursivas e gêneros discursivos, imprescindíveis para a análise e descrição da constituição da instância enunciativa sujeitudinal autor no gênero artigo científico. Tomamos como *corpus* o artigo científico intitulado “Uma disputa no contexto brasileiro entre alguns seguidores de um modelo de Análise do Discurso (Linha francesa) e os que usam metodologias de pesquisa interpretativa e/ou quantitativa em Lingüística Aplicada”, de John Robert Schmitt, publicado em um periódico de circulação nacional nos meios acadêmicos. Nesse sentido, esta pesquisa enfoca os espaços de apagamento que problematizam e contestam as posições de Bertoldo (2000) e Coracini (1988) acerca do escopo epistemológico da LA. Percebemos, na leitura deste artigo, alguns deslocamentos enunciativos no que tange à autoria do texto, o que nos remeteu aos seguintes questionamentos: i) como se constitui a instância enunciativa sujeitudinal autoria em gêneros acadêmico-científicos; ii) como se comporta essa instância ao ocupar uma tomada de posição *sujeito-scriptor* em um gênero acadêmico-científico e iii) quais são as vozes caracterizadoras dessa instância-sujeito, inscrevendo-a em qual formação discursiva.

Palavras-chave: Análise do Discurso, sujeito, autoria, sentido, Lingüística Aplicada.

ABSTRACT

This research aims at analyzing speeches of discursive subject as subjectivity instance in academic-scientific text genre. Considering subject realizes different positions in discursive web, it is hypothesized speeches of a subjectivity instance reveal different voices, constituted from several manifestations of discursive subject. Theoretically, it is taken as support French Discourse Analysis conceptual web, focusing the notions of subject, position-taken, subjectivity instance, enunciative heterogeneities and discursive genres. A paper entitled “Uma disputa no contexto brasileiro entre alguns seguidores de um modelo de Análise do Discurso (Linha francesa) e os que usam metodologias de pesquisa interpretativa e/ou quantitativa em Lingüística Aplicada”, by John Robert Schimitz, published in a national periodic, was taken as *corpus* to approach hidden discursive spaces in theoretical positions from Bertoldo (2000) and Coracini (1988) on Applied Linguistics theoretical basis. It was realized in such paper some dislocations in terms of authorship, what configured the following research questions: i) how subjectivity instance of authorship constitutes itself in academic-scientific texts; ii) how such instance constructs a position-taken as *scriptor-subject* in academic-scientific genre and iii) which voices features such subject-instance, being inscribed in a discursive formation.

Keywords: Discourse Analysis, subject, authorship, sense, Applied Linguistics.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO 1..... | 12 |
| Introdução..... | 12 |
| Considerações Gerais | 13 |
| Breves considerações sobre as noções de sujeito e autoria e gênero | 16 |
| Aspectos metodológicos | 23 |
| Considerações Finais | 25 |
| CAPÍTULO 2 | 27 |
| A NOÇÃO DE SUJEITO E A AUTORIA | 28 |
| Considerações Gerais | 28 |
| A noção de sujeito em Michel Pêcheux | 29 |
| A posição-sujeito em Foucault | 33 |
| As heterogeneidades enunciativas | 38 |
| O gênero discursivo | 42 |
| A noção de instância enunciativa sujeitucional | 45 |
| Considerações Finais | 49 |
| CAPÍTULO 3 – AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E | |
| A ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> | 51 |
| AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO | 52 |
| A ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> | 59 |
| Considerações Finais | 84 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 88 |
| ANEXOS | |

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO I

Considerações Gerais

A motivação acadêmica para a realização desta dissertação surgiu a partir de questionamentos feitos por ocasião da leitura de um texto pertencente ao gênero textual artigo científico pela forma como se manifestava o sujeito discursivo¹. O elemento que chamou a atenção foi uma nota de rodapé num artigo científico, publicado em um periódico de circulação nacional, em que o autor declara por escrito que assume a autoria do texto. No entanto, após leitura do artigo, pudemos perceber a existência de alguns deslocamentos de sentido, bem como o atravessamento de discursos outros que convergem para a manifestação de uma diversidade de sujeitos discursivos, o que nos instigou a investigar a instância enunciativa sujeitudinal autoria no referido texto.

Tal percepção nos trouxe alguns questionamentos e também nos fez levantar a hipótese de que existem diferentes formas de inscrição no discurso acadêmico, o que torna a manifestação do sujeito discursivo, também, inscrita nessas diferentes formas, na enunciação de um artigo científico. Nessas inscrições, há múltiplas vozes, caracterizadoras de uma diversidade de sujeitos discursivos que ocupam espaços de apagamento em diferentes lugares na enunciação acadêmica.

Em termos teóricos, para dar suporte epistemológico à pesquisa, nos situaremos na Análise do Discurso francesa, movimento teórico que se inicia por volta dos anos

¹ Aqui tomado como instância-sujeito de uma enunciação que se coloca em alteridade entre uma forma-sujeito no interior de uma formação discursiva, lugar social em um acontecimento discursivo e lugar discursivo na singularidade de uma realização linguageira.

1960 e aborda o caráter social, histórico e ideológico da linguagem. De acordo com Orlandi (1994), a linguagem enquanto manifestação enunciativa de um discurso é mais que um sistema de signos necessários à comunicação é utilizada pelo sujeito em sua constituição sujeitucional e também torna-se lugar em que se articulam os processos ideológicos e os fenômenos lingüísticos. Assim, o discurso é efeito de sentidos provocados pelos interlocutores no processo de enunciação. A partir daí, a pesquisa visa uma análise do processo de realização linguageira dos dizeres de uma instância enunciativa sujeitucional autoria², circunscrita no discurso acadêmico³, considerando a hipótese de deslocamento e apagamentos dos sujeitos discursivos que se instauram no encaminhamento da enunciação.

Nesta pesquisa, tomamos como *corpus* o artigo científico intitulado “Uma disputa no contexto brasileiro entre alguns seguidores de um modelo de Análise do Discurso (Linha francesa) e os que usam metodologias de pesquisa interpretativa e/ou quantitativa em Lingüística Aplicada”, de John Robert Schmitt, publicado em um periódico de circulação nacional nos meios acadêmicos. Nesse sentido, esta pesquisa enfoca os espaços de apagamento que problematizam e contestam as posições de Bertoldo (2000) e Coracini (1988) acerca do escopo epistemológico da LA. Percebemos, na leitura deste artigo, alguns deslocamentos enunciativos no que tange à autoria do texto, o que nos remeteu aos seguintes questionamentos: i) como se constitui a instância enunciativa sujeitucional autoria em gêneros acadêmico-científicos; ii) como se comporta essa instância ao ocupar uma tomada de posição *sujeito-scriptor*⁴ em um

² Aqui tomada como instância-sujeito que reúne características enunciativas potenciais para produzir um texto no qual enuncie um crivo de percepção de mundo acerca de uma temática.

³ Conceituamos o DA como uma manifestação de sentidos, vinculada a um conjunto de conhecimentos inter-relacionados, que serve de base referencial para caracterizar os sentidos construídos por um determinado grupo de sujeitos, que compartilham de uma mesma postura acadêmica (SANTOS, 2000, p. 209).

⁴ Estamos chamando de “scriptor” todo indivíduo capaz de produzir um texto, observando as características de gênero textual, coesão e coerência, além de uma adequação de registro lingüístico. Este

gênero acadêmico-científico e iii) quais são as vozes caracterizadoras dessa instância-sujeito, inscrevendo-a em qual formação discursiva.

Nessa perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os dizeres do sujeito discursivo enquanto instância enunciativa sujeitucional autor⁵ no gênero texto acadêmico-científico. Além disso, partindo do pressuposto de que o sujeito ocupa diferentes posições na cadeia discursiva, hipotetizamos que os dizeres realizados por essa instância enunciativa sujeitucional autor ocupam um lugar discursivo que revela a presença de diferentes vozes, constitutivas de sujeitos discursivos outros.

conceito foi adaptado a partir da idéia de “scriptor”, apresentada por Willemart (1984) sobre a concepção do texto literário (SANTOS, 2000, p. 232).

⁵ Instância-sujeito, caracterizada como sujeito discursivo de uma dada enunciação, em sua singularidade e unicidade de realização languageira.

Breves considerações sobre as noções de sujeito, autoria e gênero

Para se pensar a noção de autoria que trataremos, faz-se necessário introduzir o conceito de sujeito, uma vez que este se constitui na relação com o outro, circunscrito em um ambiente sócio-histórico. É por meio dessas relações que será possível a análise dos dizeres desse sujeito enquanto instância enunciativa sujeitudinal autoria.

Vejam os alguns posicionamentos teóricos que nos servirão de base para abordarmos a questão do sujeito. Primeiramente, me refiro a Bakhtin (1988) para quem o sujeito se constitui em um processo de interação com o outro, por meio da linguagem. Em segundo lugar, evocamos a posição de Pêcheux (1997) que, baseando-se em uma leitura de Althusser, avalia que o processo de subjetivação está vinculado à ideologia porque o “indivíduo é interpelado como sujeito *livre* para submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto *livremente* sua submissão” (Pêcheux, 1997, p. 133) (os grifos são nossos). Nesse sentido, o sujeito é um lugar ocupado pelo indivíduo e interpelado pela ideologia, enquanto o Sujeito é o indivíduo inserido no corpo social, em interação com outros sujeitos.

A partir dessa visão teórica sobre o sujeito, o sentido pode ser caracterizado como constituído no sujeito e constitutivo dele por meio de sua inscrição ideológica. Nessa perspectiva, o espaço de interlocução entre o eu e o outro também é a ideologia, por meio da interpelação.

A esse respeito, Pêcheux (*op. cit.*, p. 160) afirma que:

as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas formações se inscrevem.

Assim, são as formações ideológicas nas quais o sujeito se inscreve, em um contexto histórico e social, que determinam a escolha de uma palavra e não outra em seu lugar. Tal escolha produz sentido entre os sujeitos, de forma a mascarar o efeito produzido pela ideologia por meio de uma transparência da linguagem. Esse processo de inscrição dos sentidos numa ideologia será aqui denominado de formação discursiva.

Nessa perspectiva, pode se falar em sujeito dividido, que ocupa diferentes lugares dentro do processo enunciativo, lugares em que se evidenciam as formações ideológicas e discursivas, nas quais se inscrevem seus dizeres.

Para Pêcheux (1997, p.163), esse processo é uma das propriedades discursivas da *forma-sujeito*, já que:

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

A forma-sujeito permite que o sujeito se identifique em relação ao Sujeito (universal), mascarado pela ideologia e pela determinação do interdiscurso como sentido *já-lá*, realidade imposta, anterior ao sujeito, que provoca um efeito de autonomia, efetuado por sua identificação com determinada formação discursiva, por meio da ocupação e tomada de posição que o faz agir/enunciar de determinada maneira e não outra. Nesse sentido, um desses espaços ocupados pelo sujeito é o de *função-autor*.

Para Foucault (1992), o autor funciona como unidade, coerência, ponto de convergência entre um certo número de acontecimentos, que permite sobrepor várias contradições em um princípio de uniformidade. Em outras palavras, sendo o sujeito disperso, circunscrito em diferentes lugares que revelam a posição da qual enuncia, o autor, neste caso, é a instância enunciativa de forma a constituir uma unicidade para o

texto. Para refletir nessa direção teórica, Foucault (*op.cit.*, p. 274) enumera quatro critérios para definir a posição do autor diante do texto: i) nível de valor, ou seja, uma obra diferente das outras não deve ser vista como se pertencesse a um mesmo autor; ii) o autor dado como um momento histórico definido e um ponto de encontro de um certo número de acontecimentos; iii) o autor visto como um certo campo de coerência conceitual ou teórica e iv) o autor como um ponto de convergência, que permite colar as várias contradições em um texto.

Essas características remetem a um nome, que não é comum, próprio como os demais, mas que deve receber um estatuto na cultura em que está inserido, pois é nele que se reúne e agrupa, por meio de traços e estilo⁶, um conjunto de inscrições discursivas refratadas, que circulam na sociedade de acordo com a posição do sujeito que enuncia. Para ele, nem todos os textos são portadores da função-autor, mas somente aqueles instauradores de uma discursividade⁷, que permite que outros textos sejam criados a partir daqueles.

Chartier (1998), baseando-se na reflexão de Foucault (*op.cit.*), propõe três dispositivos históricos culminantes para a construção da função-autor: i) o jurídico, com a criação de propriedade, já que a escrita era assemelhada a um trabalho, então, nada mais justo que recompensar o criador por sua obra; ii) o repressivo, em que a autoria transformou-se em uma forma de responsabilidade-imputada pelas sociedades de poder – para o controle dos textos transgressores e iii) os materiais que, inscrevendo o autor no interior dos textos, passaram a garantir a sua autenticidade frente aos copistas e imitadores, parte da idéia de que o autor concebe a obra de maneira singular,

⁶ Estilo aqui entendido como a maneira particular com a qual o autor imprime em sua obra, traços que refletem a singularidade de cada sujeito no processo de enunciação.

⁷ Para Foucault (*op. cit*) os discursos representam um conjunto de enunciados que remete a uma situação, o que nos leva a inferir que uma discursividade compreende a instauração de um certo número de enunciados fundadores em um certo campo discursivo, que possibilita a inscrição em outros discursos a partir daquele, em um processo de retomada e atualização, pois permite sempre um retorno ao discurso primeiro.

caracterizada de tal forma que é vista como diferente das demais, identificada por sua expressividade, uma vez que nessa época os textos podiam ser copiados. Essa idéia assemelha-se à de Foucault (*op.cit.*), que vê o autor como princípio de unidade e manifestação de uma expressividade que o distingue de outros.

No entanto, Orlandi (2004) estende a função-autor não somente a textos escritos, mas também pelo que o sujeito diz e/ou enuncia, já que a noção de autor é uma das funções específicas do sujeito, responsável por reunir o sentido e os vários textos representados pela unidade e pelo efeito de continuidade do sujeito. Assim, há uma correlação entre sujeito/autor e texto/discurso, pois o texto funciona como uma unidade de análise que remete ao discurso, o qual é relevante para se pensar como se constitui o autor, aqui como um espaço ocupado pelo sujeito responsável por reunir as várias posições-sujeito que estão em funcionamento no discurso.

No processo de escritura, o autor torna-se uma construção social, pois passa à obra a sua visão pessoal que reflete o ambiente histórico-político que o cerca. O texto, então, torna-se o espelho que reflete as agruras, os anseios e as necessidades que este tem de exteriorizar sua existência e suas experiências, que será materializado através do discurso enunciado.

Como podemos verificar, o discurso é efeito de sentido no processo enunciativo, ao circunscrever os sujeitos no contexto e na relação com outros discursos. Assim, pode-se dizer que a instância enunciativa sujeitucional autor, em sua tomada de posição *sujeito-scriptor* está circunscrita em uma formação discursiva, pois é ela que determina o que o sujeito pode e deve dizer a partir de sua posição, circunscrita em uma conjuntura discursiva, entremeada pela ideologia que perpassa os sujeitos dentro de um ambiente histórico social.

A tomada de posição *sujeito-scriptor*, portanto, apreende a realidade sócio-histórica que lhe é exterior e a molda, recortando-a para a instauração de seu texto escrito, levando em consideração uma formação imaginária na qual se inscreve para tomar o lugar de seu interlocutor, a fim de observar (imaginar) quais seriam os sentidos que suas palavras produziriam, adequando seus dizeres em relação ao contexto⁸, para que a enunciação se realize. Note-se que o *scriptor* fará uso de algumas ferramentas que o situarão em um movimento de sentidos e identidade, produzindo/reconstruindo sentidos outros por meio de um fenômeno conhecido como polissemia. Esses sentidos provocados pelo discurso é que remeterão à tomada de posição *sujeito-scriptor* e, conseqüentemente, à instância enunciativa sujeitudinal autoria.

Assim, o autor é aquele que, num ‘campo discursivo’⁹, criva, recorta e significa enunciados que fazem parte de seu contexto sócio-histórico e os materializa por meio da escrita, de forma a produzir sentidos. Nesse sentido, concordamos com Chartier (1998) quando menciona que a função-autor é calcada em alguns princípios, ou seja, está intimamente conectada a um sistema jurídico-institucional que determina o que pode e deve ser dito em tal conjuntura e remete somente a um indivíduo. Nessa perspectiva, tal função leva em consideração vários egos, várias posições que os sujeitos ocupam decorrentes de diferentes inscrições discursivas.

Essa diversidade de manifestações enunciativas incidem sobre a tomada de posição *sujeito-scriptor*, imprimindo sua singularidade e o encaminhando à realização linguageira, com o intuito de enunciar, circunscrito em um campo discursivo, é o que se pode chamar de gêneros do discurso.

⁸ Estamos tomando a palavra “contexto” aqui em um sentido mais amplo. Refere-se a uma situação histórica e social.

⁹ Termo utilizado por Maingueneau (1993, p. 116), definido como “um conjunto de formações discursivas que se encontra em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região”.

A noção de gênero discursivo aqui tomada é a de Bakhtin (1997, p. 279), que postula que os gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciado”, ressaltando as formas de composição, estilo e tema, dividido em dois tipos: primário e secundário. Os gêneros primários são acontecimentos da comunicação verbal espontânea, como as cartas, os bilhetes, etc. e, os secundários são organizados de forma mais complexa, como a escrita. Nessa lógica, os enunciados vão se configurar por meio da ligação entre os gêneros primários e secundários de um lado e do processo histórico de comunicação, do qual os sujeitos fazem parte ao enunciar, de outro.

Para Bronckart (1997), os gêneros textuais são ações verbais que remetem a situações de comunicação diversas, exigindo que os sujeitos levem em consideração os objetivos, o lugar social que ocupam e o papel que exercem na cadeia enunciativa, criando, assim, uma relação de identidade sócio-histórica, que aqui recai na figura do autor, historicamente construído como campo de coerência, unidade e estilo.

Diríamos, então, que os gêneros discursivos são produtos das interações produzidas na comunicação verbal. É a partir de uma alteridade enunciativa entre os gêneros primários e secundários que se organizam os gêneros textuais, marcados por uma relação identitária com a instância sujeitodal autoria, pois se realiza a partir de singularidades que coexistem em um mesmo espaço discursivo, o artigo científico.

Aliado a isso, Santos (2000) vê os textos inscritos nos gêneros diversos, principalmente os inscritos nos gêneros secundários, dotados de uma gama heterogênea de sentidos, baseado na imagem que os sujeitos envolvidos têm de si no processo de enunciação, inseridos em um contexto sócio-histórico, já que os sentidos atravessam discursos e constituem discursos outros por meio do interdiscurso (memória do dizer). Dessa forma, tomaremos o gênero como manifestação do discurso de uma instância

enunciativa sujeitucional autoria que apaga os sujeitos discursivos, ao fazer uso de esferas de estilo, modalidade lingüística ou funções retóricas.

E essa negociação do sujeito com a linguagem e com os gêneros permite que diferentes dizeres sejam enunciados, proveniente de uma diversidade de sujeitos discursivos que se apagam na instância sujeitucional autoria. Aqui entra o conceito de heterogeneidades enunciativas, vistas como um mecanismo para se identificar a presença do outro no discurso. Para Authier-Revuz (2004), existem as heterogeneidades mostradas (marcada e não-marcada) e as heterogeneidades constitutivas. A heterogeneidade marcada visa estabelecer uma distância entre o locutor e o seu objeto, é aquela que inscreve o outro no discurso por meio de “formas fixas” como as aspas, o itálico, o comentário e a glosa, ou mesmo por meio de manifestações dos discursos direto e indireto.

Já a heterogeneidade constitutiva, esta é instaurada pelas vozes que circulam em um ambiente histórico e cultural, refletoras de um discurso que constitui o próprio sujeito e do qual lhe provê a noção de identidade. Assim, há uma alteridade entre a heterogeneidade marcada e a constitutiva, pela qual o sujeito, iludido pela idéia de ser a causa de si e, também, fonte do dizer, marca e demarca o outro, delimitando-lhe um lugar na cadeia enunciativa.

Portanto, no decurso da escrita, a instância enunciativa sujeitucional autor, em sua tomada de posição *sujeito-scriptor*, se manifesta por meio da realização de enunciados que produz na confluência languageira e no dispersar de sujeitos e sentidos. Além disso, há que se considerar, também, as referencialidades político-histórico-sócio-culturais dessa instância que aparecem como índices enunciativos que imprimem sua visão de mundo, percepção singular do ambiente que o circunda.

Em suma, a tomada de posição *sujeito-scriptor* é constitutiva da instância enunciativa sujeitucional autoria, pois ao escrever uma obra, inscrita em um ‘universo discursivo’¹⁰, o sujeito discursivo se constitui enquanto posição enunciativa. É tomando por suporte teórico essas breves considerações que pretendemos analisar as manifestações enunciativas do sujeito discursivo enquanto instância enunciativa sujeitucional autor na tomada de posição *sujeito-scriptor*, elencando as vozes teóricas que atravessam seus dizeres, no processo de autoria de um texto do gênero artigo científico.

Aspectos metodológicos

Para a realização da pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa, interpretativista e analítico-descritiva para caracterizar as relações entre a tomada de posição *sujeito-scriptor* e a instância enunciativa sujeitucional autor, com o intuito de examinar os efeitos enunciativos gerados pela constituição do sujeito discursivo e seus deslocamentos possíveis. Acreditamos que tal opção se justifica porque utilizamos como *corpus* uma modalidade de texto acadêmico: um artigo científico, publicado em um periódico de circulação acadêmica nacional, para examinar as evidências discursivas no que se refere aos espaços de apagamento ocupados pelos sujeitos na enunciação do artigo científico. Espaços que são ocupados em alteridade pela instância enunciativa sujeitucional autor enquanto tomada de posição *sujeito-scriptor*. A partir desse exame, partiremos para uma descrição do comportamento enunciativo dessa instância sujeitucional, interpretando suas filiações teóricas.

A pesquisa é qualitativa porque, para formalizar teoricamente o aspecto discursivo em estudo, analisaremos a natureza de suas ocorrências por meio de uma

¹⁰ Termo utilizado por Maingueneau (1993, p. 116), definido como “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura”.

manifestação textual do discurso acadêmico. Na análise, procuraremos explicitar a rede conceitual constituinte da e na enunciação do gênero textual artigo científico¹¹. Uma visão teórica preliminar fomentou o enfoque das seguintes noções discursivas: interdiscurso, polifonia, sentido e formações discursivas e ideológicas.

Entendemos que esta pesquisa é também interpretativista, porque busca conceitos que emergem de uma perspectiva epistemológica sobre uma teoria do discurso, que faz uso de outras bases teóricas complementares. É por meio da interpretação das possibilidades de conjugação desses elementos que se instaura a descrição teórica objetivada neste estudo.

Já o caráter analítico se fundará pelos aspectos de pormenorização, detalhamento e indicação de especificidades da configuração enunciativa da função-autoria no gênero textual em estudo, como rota de procedimento para uma reflexão discursiva, construída a partir de um suporte teórico. O exame desses aspectos poderá abrir caminho para o estabelecimento de inter-relações entre a organização discursiva das manifestações enunciativas do discurso acadêmico e o escopo teórico colocado como referência na constitutividade dessa formalização. Essas inter-relações compreenderiam premissas de legitimidade, endosso e objetividade das manifestações enunciativas do discurso em estudo.

Na seqüência, inferimos que esta pesquisa é, enfim, descritiva, porque a utilização de um *corpus* terá como função caracterizar, designar e categorizar regularidades de ocorrência dos discursos de uma tomada de posição *sujeito-scriptor*, em sua instância enunciativa sujeitudinal autor, por meio de uma manifestação

¹¹ A noção de gênero textual artigo científico aqui tomada é a de Santos (2004), como construtos enunciativos sentidurais constituídos de reflexões em torno de posições teóricas, análises comparativas temáticas e ciacronias factuais científicas, inscritos no Discurso Acadêmico.

enunciativa do gênero artigo científico, circunscrito em um determinado ‘espaço discursivo’¹².

Pretendemos, tomando por base as posições metodológicas preconizadas por Santos (2000), que essa caracterização seja decorrente de uma dinâmica de atributividade de traços constitutivos para o artigo selecionado como *corpus*, tomando por base a construção de representações, motivada por uma ação contínua das manifestações de uma instância enunciativa sujeitucional autor, expressa enquanto tomada de posição *sujeito-scriptor*, numa interpelação com os elementos postos e pressupostos na superfície enunciativa do Discurso Acadêmico.

Considerações Finais

Para realizar o que nos propomos, a elaboração do trabalho e os resultados da pesquisa estruturam-se na seguinte seqüência:

I – Introdução, na qual abordamos de forma breve a proposta de trabalho, elencando as perguntas de pesquisa e a hipótese que nos guiarão no decorrer da análise, divididas entre as seguintes seções: i) Considerações Gerais; ii) Breves considerações sobre as noções de sujeito, autoria e gênero; iii) Aspectos metodológicos e iv) Considerações Finais.

II – No capítulo I abordarei, de forma detalhada, os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, mais precisamente com as noções de sujeito em Pêcheux, isto é, o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia; a noção de posição-sujeito em Foucault, que parte da idéia de que os sujeitos desempenham diferentes funções na cadeia enunciativa, sustentadas por determinadas regras e normas

¹² Termo utilizado por Maingueneau (1993, P. 117), definido como “um subconjunto do espaço discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados.”

institucionais que determinam o seu enunciar e a função-autoria, posição esta ocupada pelo sujeito enquanto instância enunciativa sujeitudinal autor e que permite refletir acerca de como este se inscreve em um conjunto variado de discursos que reflete um emaranhado de vozes que remetem a outros sujeitos discursivos; a noção de gênero como enunciados estáveis utilizados em cada esfera da língua, dadas as suas finalidades e especificidades em relação ao tema, estilo ou funções retóricas e as heterogeneidades enunciativas em Authier-Revuz (2004), que mostra a presença do outro, marcado ou não, em uma manifestação discursiva.

III – No capítulo II, procederemos à análise do *corpus* a partir da problematização da instância enunciativa sujeitudinal autor no artigo científico, de forma a explicitar quais as inscrições discursivas subjacentes ao texto, que revelam a alteridade por parte da tomada de posição *sujeito-scriptor* e, na seqüência, evidenciar quais são as vozes que falam nesse processo de autoria, além de explicitar em que formações discursivas essas vozes se inscrevem.

IV – Considerações finais. Essa parte refere-se ao quadro geral da dissertação, uma síntese do resultado da análise tomado o propósito da pesquisa.

CAPÍTULO II

CAPÍTULO II

A NOÇÃO DE SUJEITO E A AUTORIA

Considerações Gerais

Para uma formalização do arcabouço teórico desta pesquisa, faz-se necessário o esclarecimento das noções de sujeito, tomada de posição do sujeito, instância enunciativa sujeitudinal, heterogeneidades discursivas e gêneros discursivos, imprescindíveis para a análise e descrição da constituição da instância enunciativa sujeitudinal autor no gênero artigo científico. Explicitaremos, também, como esta instância se manifesta e quais as vozes que emergem do dizer do sujeito discursivo na tomada de posição *sujeito-scriptor*.

Situando-nos em uma teoria do discurso que considera o sujeito em um processo de interpelação com o outro por meio da linguagem, partiremos da noção de sujeito em Pêcheux (1997), que concebe o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia e que tem a ilusão de que seu dizer é inédito. Na conceituação de sujeito discursivo o elemento de interpelação faz com que a instância-sujeito ocupe determinados lugares na cadeia enunciativa para materializar seu dizer, constituindo-se em sujeito do seu discurso.

Nessa perspectiva entra a conceituação de tomada de posição do sujeito. Trata-se da ilusão de uma instância-sujeito em ser origem do dizer, o que faz com que ela exerça uma determinada função enquanto enunciador de um dizer, submetido a regras específicas que possibilitam a constituição do seu dizer. Uma dessas funções ocupadas é a autoria.

Assim, temos uma instância-sujeito interpelada pela forma-sujeito *scriptor* que assume o papel de autor no texto acadêmico-científico e exerce uma função enunciativa ao ocupar essa tomada de posição, a instância enunciativa sujeitucional autor, cuja atribuição é a de dar unidade e coerência aos textos.

Ademais, essa forma de interpelação da instância enunciativa sujeitucional com a linguagem no interior da realização linguageira é percebida por meio da observação de ocorrências de heterogeneidades enunciativas, tendo como subjacência argumentativa os gêneros do discurso.

Dessa forma, a explicitação de instâncias enunciativas sujeitucionais, aqui, emerge como elementos balizadores para evidenciar a tomada de posição que o sujeito exerce enquanto instância enunciativa sujeitucional autor de um texto acadêmico, manifestação fundamental para a análise do gênero artigo científico que nos propomos realizar.

A noção de sujeito em Michel Pêcheux

O sujeito em Pêcheux está inscrito em uma historicidade e está constituído pela ideologia, numa relação de assujeitamento. Em sua obra “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, Pêcheux faz uma série de críticas à Semântica, principalmente às suas “evidências fundadoras”, baseado em uma teoria materialista do discurso. Ao falar da relação entre lógica e linguagem, ele critica tanto o idealismo quanto o realismo metafórico, que cometem o duplo equívoco de considerar as ideologias como idéias e não como forças materiais, além de conceber que elas têm sua origem nos sujeitos, quando, na verdade, transformam os indivíduos em sujeitos.

Para Pêcheux (1997, p. 160), baseando-se nos trabalhos de Althusser, “... o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do

Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão...”. Nessa perspectiva, o indivíduo é interpelado pela ideologia ao se confrontar com outro sujeito, observando-lhe diferenças como o nome, pele, cabelo, etc., conjunto de caracteres que o faz reconhecer-se ou diferenciar-se de outros sujeitos. Essa diferença se acentua a partir do momento em que o sujeito submete-se ao Sujeito, este último visto como a representação de todos os sujeitos envolvidos, sujeição feita por meio da ideologia, que faz emergir daí a identidade social de um grupo, uma comunidade, uma nação.

No entanto, a certeza que o sujeito tem como único, singular, em relação aos outros seres é o efeito que a ideologia provoca. Essa aparente autonomia e liberdade, esboçadas pelo sujeito, explicita uma relação de dominância, mantendo, assim, as condições ideológicas de reprodução e transformação das relações de produção, por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Em outras palavras, o que se poderia denominar de forma-sujeito. É a partir da evidência que os sujeitos têm em serem donos de seu dizer, que advém a necessidade de uma teoria materialista do discurso, de modo a explicar a maquinaria por trás do sujeito, elemento relevante do funcionamento dos processos discursivos.

Segundo Pêcheux (1997, p. 163), o indivíduo que se reconhece como sujeito ‘eu’ em uma determinada posição, tem a ilusão de ser autônomo, o que para ele, baseando-se nos estudos de Lacan, é fruto do inconsciente, já que o sujeito não tem noção das determinações que o puseram em uma ordem discursiva. Essa ilusão revela nada mais do que a ação natural da forma-sujeito, “por meio do qual se dá como essência do real àquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito”.

A forma-sujeito atribui à subjetividade um estatuto que é, ao mesmo tempo, ideológico e inconsciente, pois está ligado à interpelação que o sujeito sofre pela ideologia, dando a este, por meio de um sistema de evidências socialmente constituídas,

o devaneio de que é, sim, senhor do seu dizer, um sempre ‘já-sujeito’, assumindo papéis que revelam sua inscrição. Nessa lógica, as palavras vão fazer sentido para os sujeitos a partir do lugar do qual enunciam, em uma referência à formação ideológica que o governa e nas quais estes se inscrevem para se constituírem.

Ademais, para que o indivíduo seja assujeitado ideologicamente tem de estar inscrito em uma formação social, isto é, conviver com outros indivíduos, em uma relação contratual e sujeito às mesmas leis. Entretanto, essa tentativa de padronização dos sujeitos pelos aparelhos ideológicos tem dupla função. Ao mesmo tempo em que determina o que pode ou não o sujeito praticar, em uma relação com outros indivíduos, também permite que este se identifique como ‘causa de si’ em relação a outrem, no qual reconhece a si e do qual enuncia ‘Sou eu’, possuidor de uma identidade, observando-se sua inscrição em um grupo social.

A partir dessa dupla acepção, o sujeito, interpelado ideologicamente, enuncia com fins específicos, que refletem o papel assumido de um determinado lugar social. Assim, as formações ideológicas são comportamentos travestidos em práticas sociais ocupadas pelos sujeitos, em um contexto sócio-histórico. Discursivamente, tais práticas, advindas das formações ideológicas, estão conectadas às formações discursivas.

Pêcheux (1997, p.166), sustenta que numa “... formação discursiva, aquilo que, numa formação ideológica dada, é determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (...)”. Nessa perspectiva, ao sujeito, no plano discursivo, é facultado materializar o seu dizer inscrito em uma formação discursiva, já que esta prescreve quais vocábulos utilizar, reflexo das formações ideológicas que os sujeitos se servem para estabelecer o seu lugar dentro do sistema de produção. Há, também, de se ressaltar que o sujeito está sempre inscrito em uma formação discursiva, pois, para se constituir sujeito, tem, necessariamente de entrar em uma ordem discursiva.

Esse processo vai permitir que o dizer do sujeito tenha sentido em determinada situação e não outra, trazendo em seu bojo um conjunto de elementos de ordem ideológica, social e histórica. Este último funciona por meio do interdiscurso, isto é, a memória do dizer. É por meio dele que circulam os saberes que constituem os sujeitos ideologicamente, fio condutor que, ao mesmo tempo em que se apresenta como ‘sempre já-aí’, anterior ao sujeito e, portanto, histórico, também o liga ao sentido. Isso faz com que o sujeito enuncie de modo a re-significar o repetível, aquilo que é de conhecimento universal a partir de uma formação discursiva dada, em um momento histórico definido.

É nesse panorama que surge o conceito de acontecimento discursivo, visto como o entrecruzamento do pré-construído e o jamais-dito na atribuição de outros sentidos, dependendo da perspectiva que se dá ao objeto. Em outras palavras, toda palavra e enunciado são passíveis de sentidos diferentes, reflexo dos espaços ocupados pelos sujeitos, supondo a existência de várias realidades e que, conseqüentemente, constitui-se num devir, intervalo histórico de dispersão dos sentidos.

O sujeito, inscrito em uma dada formação discursiva, necessita do outro como uma forma de se constituir, pois é no contato com este que aquele toma “ilusoriamente” consciência do seu próprio ser, por meio de práticas materializadas discursivamente em um dado momento, grupo e acontecimento social. Inserido em uma formação discursiva, o sujeito agrega para si os valores que o rodeiam, pois, para que ele materialize o seu dizer, é necessário que ele tenha como cenário o mesmo discurso que envolve o grupo ao qual este se integra, em um dado momento, lugar, pois é ele que determina os papéis que o sujeito irá assumir.

Dessa forma, não se tem um sujeito uno, mas uma pulverização de ‘eus’ no teatro social, em que cada palco veste-se do personagem que a peça exige, agregando, conseqüentemente, seus valores e conceitos, e sua materialização discursiva é apenas a

cristalização de um roteiro pré-definido pela forma-sujeito. Nesse ínterim, esse sujeito acaba sendo anulado por uma estrutura posta, maior que o próprio eu, e a sua noção de consciência da realidade acaba sendo mais uma performance de uma estrutura maior.

A posição-sujeito em Foucault

O sujeito foucaultiano não é o sujeito empírico, consciente, aquele do cogito, imaginado a partir do século XVI como uma nova consciência do homem frente ao universo e que transforma a natureza pela razão. Em Foucault, o sujeito é um ser fragmentado, disperso, que está em jogo em um complexo de relações e sistemas que regem e determinam o seu dizer. É a partir dessas relações que o sujeito foucaultiano estabelece uma inscrição discursiva de forma a nomear, analisar, falar, se apropriar, etc, revelando, concomitantemente, uma vontade de saber e poder. O sujeito em Foucault, a partir do estudo sobre a genealogia das instituições e das taxonomias sociais que moldam o sujeito para melhor controlá-lo, está ligado à noção de poder e saber. É a genealogia que define e marca esse sujeito na formação social. Em outras palavras, a constituição dos sujeitos se dá por meio de exercícios de poder que, entranhados no sujeito como regras e sistemas, permite que este se subjetive por meio de padrões de identidades culturais de uma determinada época.

Para esclarecer tal assertiva, vale o exemplo do louco que, em determinados períodos históricos, teve seu discurso interdito, ignorado, desacreditado, revelando aí uma sistemática de exclusão e interdição a que o sujeito é submetido para se adentrar na ordem do discurso. Esse sistema existe em qualquer lugar e, portanto, constitui a sociedade. É exercido de forma mais acentuada quando se trata da política e da sexualidade, já que é por meio delas que se revela sua ligação com o desejo e o poder.

É o que se observa em sua análise sobre os gregos, que tinham um conceito de moral e conduta que, ao mesmo tempo em que reafirmam um estilo de vida, uma ‘estética da existência’, seria também demonstrar um exercício de poder por meio da sexualidade, do trato com o corpo, pois os gregos se relacionavam sexualmente com os homens – que eram vistos como seus semelhantes, relegando à figura feminina somente a tarefa de procriação, já que esta era considerada inferior àqueles.

Nessa lógica, o sujeito em si é aquele que se submete aos diferentes regimes, seja moral, político, econômico ou sexual, para criar um modo de vida que o guia no decorrer de sua existência. Segundo Campilongo (1999), essa estética da existência inculca no sujeito valores e normas, a fim de adequá-lo e adestrá-lo para o convívio com o seu par. Em outras palavras, este é um sujeito individualizado, que se rende às normas sociais disciplinadoras e regulamentadoras do corpo e do espírito, de modo a domesticá-lo e ajustá-lo à sociedade, mantendo os seus ‘demônios’ enclausurados.

Essas regras e normas nada mais são do que regimes de ‘verdade’, formas de exclusão criadas em determinados períodos e épocas, que se relacionam a civilizações e culturas específicas, instauradas por relações de dominação/subordinação refletidas nas identidades culturais, tais sejam as de gênero, sexo, raça, etc., isto é, elas são a vontade de saber. São elas que, em um momento específico, determinam o que é ou não verdade, o que tem ou não valor, o que pode e o que é proibido, sempre ligado ao exercício de poder manifestado por determinados grupos em destaque.

Ademais, esse sistema de exclusão, essa ‘ordem discursiva’ varia em relação ao tempo, embora os dispositivos que permitem essa prática de poder quase sempre sejam os mesmos, pois são sustentados pelas instituições como a religião, a escola, o judiciário, na medida em que a repetição das ocorrências produz mudança no significado dessas práticas.

Nesse ínterim, cabe às instituições o exercício de poder, que é feito pelos sujeitos, já que a entrada nessa ordem discursiva pressupõe a inscrição em agremiações, instituições. Esse exercício de poder significa uma posição do sujeito no discurso. Pode-se afirmar, assim, que o sujeito não é livre para escolher não entrar na ordem, uma vez que esta lhe é imposta, ou seja, ou ele aceita as regras e tem seu dizer validado ou reconhecido, ou nega a existência de tal ordem e tem o seu dizer invalidado, marginalizado e não existente.

No entanto, para Foucault, o indivíduo inscrito nessa ordem institucional e cultural só vai se subjetivar, tornar-se ‘sujeito pleno’, a partir do momento em que se livrar das amarras do Estado, que age de modo a particularizar e generalizar os indivíduos, recusando-lhes a individualidade ao impor uma lei de verdade que deve ser reconhecida por e para o sujeito, já que são discursos refletidos em práticas.

Dessa forma, para se marcar a diferença, fugir à padronização e quebrar o já-posto, estabilizado, é necessário também entrar na ordem discursiva, ou seja, conhecer as regras que possibilitaram tal campo, para desconstruir aquilo que se construiu, de modo que advenha, a partir daí, a singularidade do sujeito, marcado pela diferença.

O sujeito discursivo, reflexo da posição que se encontra em um campo discursivo, desempenha um papel na cadeia enunciativa ao materializar seu dizer, balizado pela instituição, por meio de regras e normas que definem os enunciados que este produzirá. Esses enunciados nada mais são do que ‘regimes de verdade’, aceitos como verdadeiros e que circulam produzindo efeitos sobre os sujeitos.

Contextualizando tal reflexão ao projeto em questão, pode-se dizer que a função exercida pelo sujeito, enquanto autoria, é agrupar esses ‘regimes de verdade’ de forma coerente e lógica, enquanto se cria uma outra função, também exercida pelo sujeito,

para acoplar esses enunciados em um gênero artigo-científico. Têm-se, assim, duas instâncias exercidas pelo sujeito na cadeia enunciativa: a do autor e a do escritor.

De acordo com Castineira (2006), a instância enunciativa sujeitucional autor é constituída por um sujeito inscrito em um determinado contexto sócio-histórico, que reproduz a realidade social por meio de discursos que circulam em uma rede de memória, a qual o sujeito-autor se circunscreve ao enunciar. Já a instância enunciativa sujeito-escritor é a circunscrição do sujeito em um determinado gênero discursivo, de modo a instaurar, deslocar ou re-significar os dizeres do sujeito.

Assim, há uma clivagem por parte do sujeito enquanto função-autoria que permite que este exerça diferentes papéis sociais em relação à posição ocupada na cadeia enunciativa. A instância enunciativa sujeitucional autor é utilizada para evidenciar a inscrição do sujeito em uma exterioridade que, no caso da pesquisa em questão, visa a analisar interpretações da lingüística aplicada em um determinado período, enquanto a instância enunciativa sujeitucional escritor é aquela que enuncia dentro de determinados padrões estéticos, aqui subordinados ao gênero acadêmico artigo científico.

Nesse ínterim, pode-se observar que os regimes de verdade são instaurados a partir das posições ocupadas pelos sujeitos enquanto instância de enunciação e provocam efeitos de poder sobre os mesmos, revelando também uma vontade de saber. Para esclarecer tal assertiva, é preciso observar a função exercida pela instância sujeitucional enquanto autoria do texto acadêmico, que é a de reunir e explicitar reflexões acerca de determinada temática de forma organizada e coerente, ocultando aí as contradições inerentes aos diversos discursos que circulam além de funcionar como modulador de uma “unidade”.

Esse princípio de uniformidade cria a idéia de que aquilo que é enunciado por um sujeito, em uma determinada posição, pode ou não vir a ser aceito como valor de

verdade, condição essa manifestada pela historicidade, pois são as mudanças ocorridas nas ciências que fazem com que um novo 'regime' de discurso e de saber irrompa na forma como os enunciados são produzidos e aceitos como verdadeiros. Tem-se, assim, o papel do autor como instância enunciativa sujeitucional que exerce o poder de representar uma universalidade, uma massa, uma vez que congrega os saberes que circulam em um determinado período histórico, no qual os sujeitos reconhecem-no como representante legítimo e, portanto, portador de uma verdade aceita.

Esses regimes de verdade são reflexos de práticas entranhadas nas estruturas sociais no decorrer do tempo e da qual o sujeito faz uso para se subjetivar, adentrar em uma ordem discursiva, pois é por meio do uso e da experiência que os homens têm buscado a verdade em fontes tão diversas como a instituição, a autoridade, a religião e a ciência, de forma a dar um sentido para sua existência.

No entanto, em se tratando de ciência, essa vontade de verdade implica, também, uma vontade de saber. Para que o sujeito produza uma verdade, isto é, busque uma explicação acerca do mundo, é necessário que ele reúna todo um conhecimento que traduza essa busca de verdade. A partir daí, criam-se campos específicos de saber, a fim de problematizar questões, definições e métodos que melhor respondam a tal problemática. Nesse intervalo, o sujeito, enquanto instância enunciativa, emerge como objeto de saber e prática científica, exercendo determinado poder sobre os outros, de acordo com o conhecimento que detém, materializado em sua prática discursiva, já que reúne um conjunto de métodos, categorizações e disciplinas que fazem circular os discursos como verdadeiros, ou seja, portadores de uma verdade.

Cumprido esclarecer que para reproduzir tal conhecimento e práticas, o sujeito tem que se submeter a uma disciplinarização, a um conjunto de interdições e sujeições que regulam o modo como o seu saber é produzido e torna-se um regime de verdade. Um

deles é a instituição, aqui no papel da universidade, que vai asseverar se aquilo que é produzido pelo sujeito no âmbito da academia é ou não exato, expressa um valor de verdade.

Assim, a formação e identidade do sujeito estão intimamente ligadas a um desejo, uma vontade de reunir o conhecimento e, por meio dele exercer poder que, conseqüentemente fará com que o sujeito se inscreva em uma ordem discursiva, ocupando um lugar nessa engrenagem de forma a reproduzir o seu objeto de existência em relação a uma determinada sociedade.

As heterogeneidades enunciativas

Sendo o discurso constituído pelo dialogismo, isto é, por meio da interação do sujeito com o seu interlocutor, no qual as palavras remetem a outras “não ditas”, em um imbricamento de discursos, Authier-Revuz (2004) traz as formas das heterogeneidades que, no fio do discurso, podem ser localizáveis ou não, mas que remetem sempre a um outro, não precisamente o próprio locutor, escritor, personagem ou autor, mas que deixa transparecer a presença de uma outra instância-sujeito na cadeia discursiva. Para ela, as heterogeneidades podem ser de duas ordens: mostrada e constitutiva, consideradas, respectivamente processos de representação num discurso, de sua constituição; e de processos reais de constituição num discurso.

A heterogeneidade constitutiva é uma heterogeneidade não localizável e não representável no fio do discurso, mas que indica a presença do Outro na cadeia discursiva. É vista como uma exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, porque, para que seja constitutiva, remete, necessariamente, a outros discursos. Baseando-se no dialogismo de Bakhtin, Authier-Revuz (*op. cit.*) observa que o discurso ou a fala,

enunciados por um sujeito, é sempre um já dito, presente, também, na fala de outro. Não há, nesse sentido, palavras neutras, mas carregadas de sentidos, baseadas em sua existência social, uma soma, hibridismo do “eu” + outros, que culmina em um discurso portador de outros discursos.

Ademais, esse trabalho de recuperação, na via da memória, do mesmo em outro, é uma ilusão que o sujeito tem de que seu dizer é “inédito”, o que equivale a afirmar também que esse sujeito se concebe como consciente, “pleno”, reproduzindo essa ilusão ao se esquecer que o discurso é sempre uma retomada de discursos outros.

Para Authier-Revuz (*op. cit.*), apoiando-se na leitura que Lacan faz de Freud, essa ilusão de ser o centro é uma função própria do “eu” do sujeito. De um “eu” que deseja aquilo que está presente no outro e que faz uso da linguagem, por meio da fala, para manifestar esse desejo, inconsciente ao próprio sujeito. Nessa lógica, o inconsciente é o desejo do outro e o sujeito é um efeito da linguagem, uma vez que este é uma representação necessária para dar um estatuto de unidade ao “eu”, sempre desejoso e faltoso, como se fosse autônomo e tivesse realmente controle de si.

Em outras palavras, o sujeito é reduzido a um “eu” que tem a ilusão de ser centro do sentido ou de que seu dizer seja novo, embora esse sujeito seja atravessado por dizeres outros que circulam, dando-lhe uma aparente autonomia, efeito este, provocado pela ideologia e necessário, reduzindo o inconsciente a um “eu” que fala, condição necessária para a existência do sujeito.

Já a heterogeneidade mostrada, em oposição à constitutiva, é a localizável, representável pela distância que o enunciador dá às outras pessoas do discurso, reduzidas às formas linguisticamente detectáveis no fio do discurso que, em sua linearidade, inscreve o outro. Segundo Authier-Revuz (*op. cit.*), a heterogeneidade mostrada é evidenciada pelos discursos direto e indireto, os quais remetem ao outro da

enunciação. Para ela, essa forma de heterogeneidade é um processo consciente do sujeito, já que é por meio dele que o locutor dá voz/lugar ao discurso de um outro, manejando suas escolhas e objetivos. Cita, ainda, outras formas mais complexas, como a da conotação autonímica, em que o locutor faz uso de uma palavra ou expressão de sentido próprio no fio do discurso, exercendo uma alteridade entre o narrador do fato e observador das palavras utilizadas.

No entanto, essas duas ordens de heterogeneidade não são simétricas, ou seja, se espelham uma na outra. O que ocorre é que a heterogeneidade constitutiva é interna ao sujeito, por meio de seu “eu” inconsciente e desejante, que se encontra dividido, crivado. No caso da heterogeneidade mostrada, esta vai funcionar como um contra-senso à constitutiva, uma vez que tem a função de representar, de dar unidade e corpo ao dizer do locutor/enunciador. Esse processo é marcado por uma negociação, que se articula por meio de uma denegação.

Em outras palavras, a heterogeneidade marcada vai se constituir/construir nos pontos de deriva da heterogeneidade constitutiva. Ela vai preencher o lugar desta, dando-lhe uma identidade ilusória. Com isso, instaura-se um estatuto para o sujeito, por meio de sua posição e função na cadeia enunciativa, de forma a negar a sua heterogeneidade, ocultando-lhe o seu recalçamento e apagando, na figura de uma unidade e identidade, a sua falta, que lhe é constitutiva. Assim, é na atribuição de um dizer a um outro, que o sujeito nega o Outro, isto é, nega-se a heterogeneidade constitutiva por meio das formas marcadas da heterogeneidade mostrada.

Para Authier-Revuz (*op. cit.*), entretanto, esse tipo de negociação entre as heterogeneidades mostrada e constitutiva não aparece em todos os discursos, principalmente nos discursos científico e literário. Ela observa que, sendo o discurso científico portador de uma “verdade”, verdade essa ausente de qualquer especificidade

histórica e individualista, é retirada qualquer traço ou marca que faça referência ao outro. Tal processo é uma forma de recusa à realidade, uma vez que é da própria dinâmica e constituição do discurso científico apagar o outro, dado seu caráter monológico, que objetiva instaurar/instituir um discurso, uma lei como discurso da Verdade. Dessa forma, tem-se um sujeito do discurso que cede o seu lugar ao discurso da Verdade, eminente na figura da ciência.

Nesse ponto, discordamos da referida autora, pois, para nós, o gênero artigo científico, embora circunscrito no discurso acadêmico-científico, é dotado de heterogeneidades, uma vez que admitimos que a instância enunciativa sujeitudinal autor se bifurca em posições outras, de forma a ocupar determinados lugares na cadeia enunciativa, que é o lugar em que se constitui os sentidos para esses sujeitos. Sentidos esses que promovem deslocamentos, retomadas e evidenciam contradições e equívocos, promovidos por esta instância, visto que o lugar ocupado evidencia um distanciamento frente ao seu objeto.

Sendo a heterogeneidade constitutiva a presença do Outro no discurso, um Outro social, proveniente da relação do sujeito com o exterior, isto é, com as relações políticas, sociais, religiosas e culturais que moldam sua identidade, marcadas pelo interdiscurso, as palavras só vão fazer sentido para o sujeito se vinculadas a um determinado contexto-histórico. Nessa lógica, pode se dizer que o sujeito se constitui no devir que advém do inconsciente, um simbólico que influi no processo de anterioridade histórica, que Authier-Revuz (*op. cit.*) denomina de memória discursiva em uma dada formação social. Trata-se, pois, de um lugar do qual provêm os sentidos, que são crivados pelo sujeito em seu processo de constituição, considerando seus referenciais intra-epistemológicos e sócio-histórico-culturais.

Contextualizando essa reflexão ao contexto desta investigação, a instância enunciativa sujeitudinal é um espaço de enunciação na qual o sujeito discursivo, na tomada de posição *sujeito-scriptor*, tem a ilusão de que aquilo que enuncia é um novo jamais dito, embora faça circular um conjunto de fatos e acontecimentos presentes em sua memória social. Esses fatos e acontecimentos são constitutivos de sua identidade, dando-lhe uma aparente unidade.

Tal unidade escamoteia-se, provocando, assim, sua divisão e bifurcação enquanto instância-sujeito (lugar em que se situa a heterogeneidade constitutiva). A ilusão de uma instância-sujeito autônoma, que interpreta seus dizeres e, “conscientemente”, fala de si e de outras instâncias-sujeito o mantém distante de seus dizeres por meio de formas localizáveis da heterogeneidade mostrada. Essa distância se manifesta, enunciativamente, na medida em que a instância enunciativa sujeitudinal autor, faz uso do recurso lingüístico dos discursos direto e indireto.

O gênero discursivo

A referência deste trabalho em relação à noção de gênero discursivo vem de Bakhtin (1992). Para ele, a utilização da língua pelos falantes é feita por meio de enunciados orais ou escritos, concretos e únicos, que atendam a condições e finalidades específicas. Finalidades essas que estão circunscritas à temática, composição e estilo.

Nesse sentido, os gêneros são tipos “relativamente estáveis”, padronizados, de enunciados utilizados em determinados contextos¹³ como o uso de declarações públicas por autoridades, que exige uma “ordem discursiva” diversa da utilizada por uma ordem

¹³ A noção de contexto, tomada por Bakhtin, diz respeito à situação enunciativa em que se configura a manifestação de Gênero. No entanto, essa noção de contexto não aparece em abordagens que tomem o discurso como focalização, uma vez que sendo o discurso caracterizado enquanto acontecimento enunciativo, não se pode tomar a noção de contexto como situação.

militar ou exposição científica. Segundo Bakhtin (1992, p.281), os gêneros discursivos são divididos em primários e secundários. Os primários são acontecimentos da comunicação verbal de forma espontânea, simples, sem a necessidade de um roteiro ou padronização a ser seguido, como os diálogos orais e debates. Os gêneros secundários são formas mais complexas, que levam em consideração circunstâncias e condições específicas para seu uso.

Em outras palavras, dependendo da função ou circunstância para a utilização da língua em um contexto determinado, se fará uso de um gênero distinto, relacionado a esse contexto, facilmente observado na escrita de gêneros literários e científicos. Para Bakhtin (1992), os gêneros primários e secundários não estão separados entre si como formas estanques. O que ocorre é que há um processo no qual os gêneros primários se transmutam em gêneros secundários, de acordo com a função comunicativa que os indivíduos fazem uso ao enunciar. O autor esclarece, ainda, que essa relação está ligada à natureza do enunciado que, de certa forma, é reflexo da bifurcação da língua, dos regimes de verdade que circulam em um determinado período e da individualidade do enunciadador.

Nessa perspectiva, a variedade de gêneros do discurso revela diferentes estratos sociais presentes na sociedade, além da personalidade e estilo individual de quem enuncia. No entanto, o gênero secundário que menos reflete a individualidade do enunciadador é o gênero científico, uma vez que requer formas padronizadas que limitam a expressão de individualidade do enunciadador, como é o caso dos gêneros artigo científico e resenha.

Assim, pode-se afirmar que o artigo científico utilizado como *corpus* desta pesquisa enquadra-se no gênero secundário, pois aborda problemas científicos que são resultados de estudos e pesquisas em uma determinada área. O referido gênero obedece

a critérios estéticos e estruturais que, se não anula, no mínimo limita a expressão da individualidade de uma instância-sujeito autor.

Em direção a esse raciocínio, Santos (2000) vê os textos inscritos nos gêneros diversos, principalmente os secundários, como dotados de uma gama heterogênea de sentidos. O autor faz esta afirmação, baseado na imagem de que os sujeitos envolvidos têm de si no processo de enunciação, inseridos em um contexto sócio-histórico constituído por esferas de estilo, modalidade lingüística e funções retóricas. Tais elementos determinam desde os aspectos estéticos de apresentação até os direcionamentos acadêmicos que balizam a enunciação acadêmico-científica. Para ele, os artigos científicos são construtos enunciativos carregados de sentidos, constituídos de reflexões que remetem a posições teóricas, análises comparativo-temáticas e diacronias factuais científicas.

As posições teóricas vinculam-se a posições discursivas que são colocadas em evidência, além de uma relação identitária entre cada teoria. Na análise do *corpus*, nesta pesquisa, trabalharemos com os comentários de Schmitz (2005, p. 11-42) no artigo que serve de *corpus* desta pesquisa, intitulado “Uma disputa no contexto brasileiro entre alguns seguidores de um modelo da Análise do Discurso (Linha francesa) e os que usam metodologias de pesquisa interpretativa e ou qualitativa em Lingüística Aplicada”. Segundo este autor, o que motivou a escolha de sua posição teórica foi o trabalho dos pesquisadores Coracini (1998), Bertoldo (2000) e Coracini & Bertoldo (2003), que afirmam que o campo da Lingüística Aplicada (LA) dicotomiza a teoria e a prática, ao se basear na premissa de um sujeito consciente. Dessa forma, o autor justifica sua escolha teórica, argumentando que tais posições são equivocadas e ‘injustas’, o que se percebe em uma clara filiação deste autor a um campo epistemológico positivista no interior da LA.

As análises comparativo-temáticas que realizaremos serão de natureza relacional. Nesse sentido, houve uma necessidade de aprofundar e relacionar tal reflexão, comparando as teorias entre si. Voltando ao artigo científico, utilizado como *corpus*, observamos como evidência uma análise comparativa que relaciona teorias entre si. Para a instância enunciativa sujeitucional autor, a posição dos autores sobre os quais lança seus questionamentos epistemológicos é equivocada.

Assim, o gênero discursivo acadêmico-científico, no qual está inserido o artigo científico, é uma forma estável de enunciação que versa sobre reflexões e resultados baseados em pesquisas científicas, veiculando informações, avaliações e apreciações de outrem.

A noção de instância enunciativa sujeitucional

Para se compreender como os sujeitos agem no processo enunciativo por meio de uma instância enunciativa sujeitucional, é relevante esclarecer como essa instância se constitui na realização linguageira a partir de um dado lugar discursivo.

Bifurcando o conceito em unidades, dizemos que a palavra *instância* remete ao sujeito do discurso que, em alteridade, oscila entre o lugar discursivo e social por meio de formas-sujeito, movido pela interpelação ideológica e, também, pelo atravessamento de outros discursos em seu interior. Com relação à palavra *enunciativa*, esta advém de uma necessidade de caracterização dessa instância enunciativa sujeitucional como única e singular, evidência relevante se considerarmos sua inscrição em um determinado lugar discursivo ou social. Por último, o termo *sujeitucional* que se refere à movência de sentidos operada por essa instância no processo de alteridade, reflexo de tomadas de posição e inscrições discursivas.

Dessa forma, as significações construídas por uma instância-sujeito a fixam em uma determinada formação discursiva, em uma alteridade de formas-sujeito que se movimentam entre a interpelação e o atravessamento de dizeres outros em seu enunciar.

A forma-sujeito é uma instância-sujeito, inscrita em uma dada formação discursiva, antes de ter sido submetida a um processo de interpelação, enquanto faceta de um sujeito discursivo na enunciação. Nessa interpelação uma gama de sentidos que se referem à memória discursiva, proveniente de sua inscrição enunciativa em um lugar discursivo ou social, é instaurada e faz com que essa instância-sujeito se identifique ou não com uma dada formação discursiva.

Assim, a constituição do sujeito passa pela inscrição em um lugar discursivo e social e resulta em uma posição interpelativo-ideológica que o transforma em uma instância enunciativa sujeitudinal, de modo a revelar, de acordo com a pontualidade enunciativa, contradições, equívocos, opacidades, movências e deslocamentos nas formações discursivas no interior do processo de enunciação.

Segundo Santos (2008), a relação de assujeitamento vinculada à instância enunciativa sujeitudinal está ligada à idéia de um devir, um vir a ser no qual uma instância-sujeito se inscreve e se integra em uma realização languageira por meio de um processo de identidade e de condições determinadas de circunstancialidade, para tornar-se sujeito discursivo, assumindo-se, assim, numa posição discursiva no interior da enunciação. Para Santos (*op. cit.*), as manifestações da instância enunciativa sujeitudinal

(...) representam uma alteridade heterogênea de constituição de uma instância sujeito que poderia ser um sujeito empírico que se discursiviza, uma forma-sujeito que se transpõe, um sujeito do discurso ou sujeito discursivo que se desloca, um lugar social que se move no interior da enunciação, ou ainda, um lugar discursivo que se heterotopiza na tomada de posição de em um atravessamento discursivo.

Nesse sentido, é o funcionamento do processo identitário de interpelação que promove o deslocamento da instância-sujeito, transformando-a desde uma manifestação

estática e isolada frente a diferentes percepções discursivas, para uma manifestação dinâmica, na qual a instância enunciativa sujeitucional se bifurca em uma alteridade de instâncias-sujeito, em uma conjuntura social e ideológica, balizada por referenciais polifônicos e interdiscursivos que se instauram a partir dessas manifestações.

Entretanto, esse processo identitário na constituição de uma instância enunciativa sujeitucional faz emergir conflitos e tensões que resultam do cruzamento da referencialidade polifônica desta com formações sociais na qual ela se insere em uma pontualidade sócio-histórica, trazendo em seu bojo, níveis de interpelação que revelam o grau de independência e assujeitamento relacionadas às operações enunciativas de funcionamento da manifestação discursiva. Tais operações revelam quatro níveis de vinculação enunciativa: um nível de legitimidade, de captação pela ideologia, de influência pela interpelação e de regulação pelos mecanismos da enunciação (Santos, 2008).

A legitimidade é o *status* da instância enunciativa sujeitucional, no qual lhe é atribuído uma tomada de posição na sua inscrição discursiva por forças que a interpelam e regulam o seu dizer. É uma “ordem discursiva” que pressupõe a inscrição em agremiações e instituições para enunciar o seu dizer, pois se esta instância enunciativa sujeitucional aceita entrar na ordem para significar o seu dizer em determinado momento, o lugar ocupado por ela só é dado pelo crivo da instituição, de onde obtém o reconhecimento de seu dizer por seus pares, asseverando o seu papel social (Santos, *op. cit.*).

Ademais, a legitimidade também evidencia a invocação de vozes e saberes que circulam na sociedade, dotados de confiabilidade ou não, de acordo com uma pontuação interpelativa, de modo a instaurar dizeres que funcionam como regimes de verdade, de

forma a fazer com que haja a identificação ou desidentificação do sujeito no interior de uma formação discursiva.

A captação está ligada a características referentes aos aspectos singulares de cada sujeito e tem como elementos: i) o estado patêmico, ii) a referência de vozes, iii) a natureza do olhar para a exterioridade, iv) a natureza da clivagem decorrente desse olhar, e v) as significações outras sugeridas por uma ordem do inconsciente (Santos, *op. cit.*). Esses elementos são constitutivos da imagem que as instâncias-sujeito, envolvidas na interpelação têm de si, a partir de sua inscrição em uma formação social.

As imagens, nesse sentido, são constitutivas da referencialidade polifônica¹⁴ dessas instâncias-sujeito e se cristalizam no ato de significação de uma manifestação-sujeito enquanto instância enunciativa sujeitucional, ocupando um espaço discursivo que oscila entre a instância de realização languageira e a instância de realização interpretativa da enunciação.

Santos (2008) esclarece que a instância enunciativa sujeitucional ocupa dimensões no imaginário discursivo, pois é atravessada por alteridades que lhe atribuem um lugar discursivo, inserindo-se, assim, em uma relação de poder. No que tange à instância interpelativa da enunciação, aqui a instância enunciativa sujeitucional se insere em uma determinada formação discursiva que, historicamente constituída, é composta por imagens que fazem o sujeito significar e construir sentidos reveladores de sua memória sócio-histórico-ideológica. Essa oscilação faz com que a instância enunciativa sujeitucional esteja em constante alteridade que a perpassa enquanto uma manifestação-sujeito pontualizada no processo interpelativo, fazendo evanescer dizeres heterogêneos advindos dessa clivagem enquanto manifestação-sujeito.

¹⁴ Estamos chamando de “referencialidade polifônica” as bases discursivas que balizam o imaginário sociodiscursivo dos sujeitos actantes no processo enunciativo. Essas bases comportam referentes de natureza histórica, social, cultural, filosófica, psicológica, política e lingüística, determinantes da circunscrição do sujeito em formação social, de sua filiação em um espaço discursivo e de sua alteridade enunciativa numa diversidade de formações discursivas e ideológicas (Santos, 2004, p. 255).

Já a influência pela interpelação vai se configurar em elemento relevante para a constituição da instância enunciativa sujeitucional no processo enunciativo, dado o seu caráter linguageiro para significar, mover e deslocar os sentidos crivados pelas manifestações-sujeito.

E por último, tem-se a regulação pela enunciação, princípio que determina as circunstâncias pelas quais as instâncias-sujeito são interpeladas e se reconhecem na constitutividade enunciativa da realização linguageira, além de funcionar como um indicador do nível do conflito, das controvérsias discursivas e oscilações de assimetria no processo discursivo.

Em suma, a instância enunciativa sujeitucional se configura como uma extensão dinâmica do sujeito discursivo, já que estabelece um compartilhamento entre os processos de interpelação e de assujeitamento, por meio de uma tomada de posição da forma-sujeito no interior de uma formação discursiva, oscilando de um lugar social a um lugar discursivo, em constante alteridade, na qual se evidencia elementos de identidade, explicitação de sua referencialidade polifônica, bem como formações imaginárias que constroem o seu dizer em uma pontualidade enunciativa.

Considerações Finais

Neste capítulo, procuramos apresentar uma base teórica para sustentar a análise, explicitando as noções-chave para a análise do artigo científico tomado como *corpus* da pesquisa. Partimos da noção de sujeito interpelado pela ideologia, uma vez que o autor materializa sua discursividade ao se inscrever em um conjunto de práticas que lhe dá a ilusão de que tem o controle sobre o seu dizer, embora isso seja o efeito que a instância-sujeito provoca, que faz com que ela ocupe uma posição ou exerça determinada prática de acordo com o lugar do qual enuncia, revelando aí as formações ideológicas e

discursivas nas quais os seus dizeres se instauram. Dessa forma, a noção de sujeito aqui discutida é relevante para se explicitar as formações discursivas que a instância enunciativa sujeitudinal autor se inscreve para se constituir. Foi discutida também a noção de instância enunciativa sujeitudinal autor, já que por meio dela abordaremos a instância-sujeito no exercício de várias funções, decorrentes de sua tomada de posição como *sujeito-scriptor* de um texto acadêmico.

Na seqüência, abordamos a noção de gênero discursivo, enunciados estáveis que orientam o uso da língua, e que refletem situações específicas no que tange aos objetivos, conteúdo e composição. Contextualizando tal reflexão a esta pesquisa, dizemos que o artigo científico utilizado como *corpus* da pesquisa teve como mote fundador o posicionamento epistemológico que Coracini (1998) e Bertoldo (2000) fizeram sobre a LA.

Nessa perspectiva, a fim de elencar as condições de produção subjacentes a este artigo, tomado como *corpus*, elaboramos uma breve reflexão teórica sobre as principais posições acadêmicas, apresentadas na tese de Bertoldo (2000)¹⁵, a fim de contextualizar as condições de produção que instauram a LA como campo de conhecimento e que constituíram a polêmica constituída pelo artigo em análise.

¹⁵ Considerando que as posições teóricas de Coracini (1998) vão na mesma direção epistemológica das de Bertoldo (2000) entendemos que se tornaria redundante apresentar as duas posições.

CAPÍTULO III

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E A ANÁLISE DO *CORPUS*

CAPÍTULO III

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E A ANÁLISE DO *CORPUS*

As condições de produção

Para esta pesquisa, tomamos como *corpus* o artigo científico intitulado “Uma disputa no contexto brasileiro entre alguns seguidores de um modelo da Análise do Discurso (Linha francesa) e os que usam metodologias de pesquisa interpretativa e/ou quantitativa em Lingüística Aplicada”, publicada em um periódico que circula nos meios acadêmicos. No entanto, para proceder à análise, faremos um resumo das principais posições de Coracini (1998) e Bertoldo (2000), acerca da LA, que estão presentes, respectivamente, em um artigo científico e em uma tese de doutorado, manifestações enunciativas do discurso acadêmico tomadas como mote fundador a constituição do artigo científico supracitado.

O objetivo da tese de Bertoldo (2000) é analisar o discurso que circula no campo da Lingüística Aplicada e como esta tenta articular a relação teoria-prática, colocando-se como um campo independente do qual emana discursos, que circulam entre professores e alunos na sala de aula, além da preocupação de buscar soluções para problemas de uso de linguagem.

Para isso, o autor utilizou como *corpus* de sua pesquisa seqüências discursivas produzidas por locutores de diferentes posições ideológicas, a saber, de três cursos de licenciatura localizados em duas universidades públicas e uma privada, a fim de explicitar quais os pressupostos epistemológicos que constituem a LA, uma vez que esses podem se constituir como suporte para a sustentação das relações entre teoria e

prática na formação de professores de LE, como a relação teoria-prática, constituída no discurso da LA e por ela constituída, aflora no meio em que esse discurso circula; bem como de que forma tais problemáticas se materializam na estrutura dos Cursos de Letras.

Para Bertoldo (2000), essa investigação foi motivada a partir de seu percurso como professor de línguas na universidade e em escolas de idiomas, influenciado fortemente pelo discurso da LA, aos quais seus pressupostos eram entendidos como caminho seguro pra se tornar um “bom” professor, prescrição e recomendação que os professores sempre buscaram, além de estratégias de ensino e aprendizagem, uma abordagem sistemática de gramática, etc. Assim, para ele, a LA construía um modelo padrão que os professores de LE deveriam seguir para se tornarem bons professores, fazendo com que esse discurso também ecoasse na universidade. Nesse sentido, havia a preocupação de que a prática em sala de aula se balizasse em teorias que justificassem o modo e atitude do professor naquele contexto, dando-lhe a ilusão de convivência harmoniosa entre teoria e prática.

No entanto, percebeu que esse discurso que constituía a LA, propunha uma relação amigável entre teoria e prática que não se sustenta frente a sala de aula, por isso o aumento de queixas entre professores de que determinada teoria não se sustenta ao que realmente acontece na prática. Para ele, esse discurso nada mais é do que uma ilusão de sentido e não propriamente uma relação discurso-prática.

Ancorando-se na AD, Bertoldo (2000) percebeu que o modelo que a LA preconiza não dava abertura aos alunos para que refletissem acerca de seu processo de ensino e aprendizagem de LE, visto que aquele dava ênfase em soluções comprometidas com teorias que não sofriam alterações, pois eram vistas como ‘regimes de verdade’. O ponto de inflexão para Bertoldo é o contato com os estudos discursivos, que o

possibilitaram constituir uma outra concepção de linguagem, vista como um processo de interação e manifestação da ideologia, elemento motivador para a referida pesquisa.

Para ele, essa reflexão é salutar à medida que sempre se perseguiu o ideal de “bom” professor, preocupação dos estudos em educação, que sofreram mudanças ao longo das décadas e dos quais a LA se baseou para constituir em um campo independente da Lingüística. Balizando-se em Gauthier & Tardif (1997), Bertoldo (2000) observa que a Pedagogia possui três modos de fundação: o religioso, o tradicional e o científico, tipos determinados de saberes que circulam em um contexto sócio-histórico específico. Para eles, a Pedagogia é vista como saber tradicional porque se fundamenta no discurso, com o intuito de estabelecer uma ordem em meio à vida escolar, o que a torna também baseada no sobrenatural e na experiência.

Já em meados do século XIX, a Pedagogia é concebida como um saber científico, baseada no modelo tecnicista. Assim, o professor é o técnico que detém o saber sustentado por uma ciência positivista. Entretanto, é no século XX que a Pedagogia sofre alterações como disciplina e se transforma em saber profissional, pedagógico, o que leva em consideração uma concepção de sujeito consciente, que utiliza a razão para aplicar esses saberes frente a determinadas problemáticas.

Para Bertoldo (2000), essa concepção de sujeito da qual se constrói um discurso educacional e pedagógico acarreta, como consequência, que a teoria e prática sejam dicotômicas, pois se dá uma ênfase maior àquela em detrimento desta para sustentar o fazer pedagógico. É nessa problemática que a LA vai se constituir, uma vez que, segundo Bertoldo (*op. cit.*), tal relação se mostra mais problemática do que se aparenta.

Dá a necessidade de se problematizar tal reflexão, haja vista que os cursos de formação de professores de LE dão uma importância maior aos conteúdos teóricos em detrimento da prática. Postura prescrita pela LA enquanto campo voltado para a solução

de problemas de uso da linguagem na prática, apresentando sugestões e subsídios teóricos para explicar e sanar os problemas em sala de aula, negligenciando, dessa forma, que esta é palco de conflitos e contradições provenientes dessa relação.

Bertoldo estruturou a pesquisa em 3 (três) partes. Na 1ª são discutidos os pressupostos teóricos que fundamenta a análise; na 2ª, analisa as condições de produção do discurso da sala de aula de LA, por meio das características de cada um dos Cursos de Letras, tomados como objetos de investigação na pesquisa; e, por último, analisa a materialidade lingüística do discurso da LA, enfocando três textos teóricos que circulam na área, além de evidenciar as estratégias discursivas que são utilizadas pelos professores para sustentarem os saberes divulgados pela LA.

Para discutir os pressupostos teóricos que norteiam sua tese, o autor elenca a hipótese de que o discurso da LA acirra a dicotomia entre teoria e prática na medida em que tenta camuflar os conflitos e contradições a ela inerentes. Na primeira parte, Bertoldo (*op. cit.*) observa que a visão de teoria que se tem, advém do pensamento clássico, que valoriza o conhecimento teórico como uma abstração, contemplação. Já a ciência moderna parte da experimentação, baseada na observação de um fenômeno, o que requer uma hipótese para explicação deste. A partir daí, há a necessidade de se colocar à prova a partir de testes, e, finalmente, chegar a um resultado que pode ser a confirmação ou negação daquela hipótese, uma perspectiva que as ciências formais (Lógica e Matemática), as Exatas (Física, Química, etc.) e as Ciências Humanas utilizam.

Bertoldo esclarece que a teoria está sempre sujeita a revisões e modificações no seu interior frente a outras descobertas científicas. Ademais, ressalta que não se pode fazer uso do mesmo modelo teórico, utilizado pelas outras ciências, para as Ciências

Humanas como forma de conferir-lhe credibilidade científica, uma vez que esta tem como objeto de estudo o homem.

Assim, nas Ciências Humanas a relação que se estabelece é entre sujeito e sujeito, advindo daí a noção de interpretação, diferente da adotada para teorema e objetos matetizáveis. Para ele, essa interpretação é relativa, isto é, a leitura que se faz dos resultados são sempre relacionadas à determinada elaboração teórica e não outra que se equivale a pensamentos, campos, domínios ou escolas. É nessa perspectiva positivista que a LA tem se construído e se edificado como um campo de investigação das Ciências Humanas, a fim de entender, explicar e solucionar problemas concernentes à linguagem, por meio da pesquisa aplicada.

Porém, para ele, isso não se sustenta, pois na LA a teoria vem primeiro, como forma de sustentar as possíveis soluções, feita por meio da chamada pesquisa aplicada, em que a teoria proposta pela LA informa o que se deve fazer em contextos aplicados. Segundo Bertoldo (2000), isto é o que a LA almeja, embora pratique um outro método, um agrupamento de idéias, métodos e valores que circulam como uma forma de conhecimento disciplinar, um modo de justificar sua importância e relevância frente a outras ciências. Nessa lógica, a LA não consegue efetivamente colocar em prática um modelo de comportamento acadêmico que vise à interação e participação dos que estão envolvidos na problemática da sala de aula, como o professor e o aluno, uma vez que tal problemática se volta para o conceito de sujeito adotado. O autor cita a pesquisa-ação e o ensino reflexivo como exemplos que se apresentam definitivos, que levam em conta um sujeito consciente que almeja e promove mudanças.

Para ele, essa visão de sujeito consciente, cunhada pela ciência moderna, pode e deve ser questionada pela ótica dos estudos discursivos, para olhar para as questões que abordam o ensino-aprendizagem de línguas e a formação de professores de língua

estrangeira e materna, a fim de repensar o papel da LA como ciência e na formação de professores de LE sem um viés positivista. Para isso, baseia-se nos estudos de Derrida sobre a Desconstrução e na AD, mais precisamente em Pêcheux e Authier-Revuz. Constrói sua análise a partir de uma noção de sujeito crivado pelo inconsciente, do qual se manifesta o sentido, em que este indivíduo mantém a ilusão de ser o centro, ilusão necessária para a manutenção de sua constituição como sujeito, percebida, evidentemente, no uso de estratégias discursivas que o professor de LE faz uso em sala de aula para legitimar seu dizer.

É seguindo essa linha que Bertoldo analisa o percurso de consolidação da LA tanto no Brasil quanto no exterior. Na segunda parte, descreve em que condições este perfil epistemológico da LA se insere nos Cursos de Letras que formam professores de LE. O autor observa que a formação dos futuros professores de LE nos cursos de licenciatura compõe-se de dois grupos distintos: o de formação específica, em que os professores são apresentados aos conhecimentos lingüístico, metalingüístico, literário e metaliterário; e o de formação profissional, que inclui disciplinas que introduzem o conhecimento pedagógico, metapedagógico e pedagógico aplicado.

Segundo ele, a disciplina Prática de Ensino é a que mais sofre alteração, vindo a assumir um caráter mais pedagógico do que se assevera como pedagógico-aplicado. Tal fato se deve à sobrecarga da disciplina Prática de Ensino, que assume a tarefa de preparar os alunos tanto teórica quanto praticamente, função esta que deveria ser exercida somente pelas disciplinas teóricas. Dessa forma, não há comunicação e interdisciplinaridade entre as disciplinas que permite uma articulação dos conhecimentos subjacentes de cada uma, o que faz com que os professores de Prática de Ensino venham a reivindicar uma carga horária maior, com o intuito de sanar e prover os futuros alunos de conhecimentos teóricos que deveriam possuir.

A disciplina 'Prática de Ensino' vem ganhando importância e espaço institucional, vindo a exercer um poder de referência, modelo, determinando, assim, o que é válido ou não para a formação do futuro professor em relação à aquisição, ensino e aprendizagem de línguas. Essa crescente movimentação no campo da LA constrói a ilusão de que o professor é que deve adquirir em sua formação, conhecimentos teóricos sobre sua prática pedagógica. Nesse ínterim, percebe-se um maior peso à teoria em detrimento da prática, dando a ilusão ao professor de que este está inserido em uma formação teórico-crítica que lhe possibilite compreender melhor os meandros da sala de aula. Bertoldo (*op. cit.*) vê que tal questão deságua na diferença entre aquilo que é prescrito pelos lingüistas aplicados e a prática dos professores de LE que estão em sala de aula, contribuindo, assim, para o acirramento da dicotomia e prática.

As gravações de aulas que Bertoldo coletou nos Cursos de Letras, durante dois semestres letivos, foram classificadas em dois grupos: um conjunto que aborda questões relativas à definição do escopo da LA; e a do conjunto de aulas que trata dos conteúdos da disciplina que enfocam desde teorias de ensino a teorias de aquisição de línguas estrangeiras. Analisando-as, o autor percebeu que havia a ocorrência de três textos, a saber: Cavalcanti (1986), Moita Lopes (1996) e Almeida Filho (1991), que compunham a bibliografia do primeiro conjunto de aulas. Para ele, esse conjunto foca-se na afirmação da LA como área independente da Lingüística, o que vem corroborar a confirmação e validação desta como ciência que identifica e soluciona problemas concernentes ao uso da linguagem.

Essa asseveração da LA como ciência faz com que se enfatize a teoria, pois esta se torna mola propulsora para o percurso das pesquisas em LA, acentuando ainda mais a dicotomia teoria-prática. Afirma, ainda, que os referidos textos são retomados na sala de aula, visto como "comentários" que se relacionam com o discurso de outros textos

científicos apresentados no contexto específico da LA, manifestação discursiva que visa à manutenção do regime de verdade da mesma.

Nas aulas em que são tratados os itens do programa de curso da disciplina LA, o autor observou que o discurso do professor de sala de aula de LE é caracterizado pelo uso de estratégias discursivas como a narrativa e a demonstração, para legitimar e assegurar a credibilidade do dizer do professor. Para ele, essa estratégia fundamenta-se na relação poder-saber, em que o professor se posiciona no papel de porta-voz autorizado da LA, a fim de fazer circular os conhecimentos produzidos na área, o que faz com que se torne, ao mesmo tempo, também o discurso de alunos e futuros professores. Discurso esse que almeja a completude, em que tudo que é colocado frente a teoria tem solução.

Portanto, a LA adota uma visão que considera a linguagem como instrumento de comunicação exterior ao sujeito, em que a linguagem é transparente e o sujeito possui domínio sobre o dizer, capaz de controlar o processo de ensino-aprendizagem. Para Bertoldo (2000), faz-se necessário a adoção de uma perspectiva que veja a linguagem não somente como instrumento de comunicação, mas como uma ferramenta relevante para a conscientização do próprio sujeito no papel de professor, fazendo com que este se identifique com um determinado conhecimento que melhor se adeque ao seu imaginário e, que daí advenha espaço para que este exerça sua singularidade nas diversas situações em sala de aula.

A Análise do *Corpus*

Apresentamos a análise do *corpus*, para a qual serão utilizadas algumas seqüências discursivas (SD) do artigo científico “Uma disputa no contexto brasileiro

entre alguns seguidores de um modelo de Análise do Discurso (linha francesa) e os que usam metodologias de pesquisa interpretativa e/ou qualitativa em Linguística Aplicada”, a fim de identificar e explicitar as diferentes vozes que remetem a diferentes instâncias-sujeito na enunciação acadêmica do artigo científico.

Conforme explicitado, essa análise visa a examinar a constituição do sujeito enquanto instância enunciativa sujeitudinal autor ao se manifestar em um determinado gênero textual, bem como explicitar os espaços de apagamento que essas instâncias ocupam na enunciação. Partimos da hipótese de que a instância enunciativa sujeitudinal autor realiza dizeres que remetem a vários sujeitos discursivos ocupantes de espaços determinados na enunciação, espaços reveladores de inscrições discursivas em descontínua alteridade.

A instância enunciativa sujeitudinal autor ocupa diversos lugares no espaço discursivo para enunciar, o que, conseqüentemente o faz constituir-se em uma diversidade de tomadas de posição enunciativas, realizadas por um *sujeito-scriptor*¹⁶. Essas tomadas de posição remetem a uma exterioridade que está além das estruturas lingüísticas, ligadas a um contexto social e institucional. Dessa forma, o espaço discursivo acadêmico é o palco para que ocorra a enunciação, lugar em que a instância enunciativa sujeitudinal autor marca tomadas de posição de um *sujeito-scriptor* para problematizar as posições enunciativas de Coracini (1998), Bertoldo (2000) e Coracini e Bertoldo (2003) sobre a Linguística Aplicada. Assim, os procedimentos de análise seguirão o seguinte roteiro:

- iii) identificar como as seqüências discursivas constituem-se em uma característica que contempla as diferentes vozes e

¹⁶ Queremos nos referir a um sujeito discursivo que se instaura enquanto *scriptor* da instância enunciativa sujeitudinal autor.

- sujeitos presentes no dizer de uma instância enunciativa
sujeitucional;
- iv) relacionar as ocorrências dentro de cada seqüência discursiva;
 - v) observar qual característica ocorre com maior freqüência;
 - vi) observar qual característica ocorre com menor freqüência;
 - vii) examinar se existe uma regularidade na ordem de ocorrência das características nas seqüências;
 - viii) realizar os comentários finais acerca da análise.

Portanto, tais procedimentos serão balizadores da percepção enunciativa que remete à instância enunciativa sujeitucional autor, além de possibilitar a identificação das diferentes vozes e sujeitos discursivos, constitutivos das inscrições discursivas dessa instância, como demonstra a **SD1**:

SD1

A finalidade deste trabalho é examinar interpretações recentes da lingüística aplicada (LA) no contexto brasileiro formuladas por alguns seguidores da escola francesa de análise do discurso (AD). Coracini (1998), Bertoldo (2000) e Coracini e Bertoldo (2003) argumentam que a LA dicotomiza a teoria e a prática. Segundo eles, os métodos quantitativos e qualitativos fornecem resultados questionáveis, devido ao fato de esses métodos se basearem na premissa de que um sujeito consciente pode fazer uso dos resultados advindos da pesquisa para efetuar mudanças no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e segundas. Afirmo que os argumentos deixam de engajar a LA num debate justo. (Pág. 11)

Em SD1 observamos que a instância enunciativa sujeitucional autor ocupa um lugar que aqui chamaremos de lugar discursivo polêmico, já que ela se apropria das

posições das instâncias¹⁷ Coracini (1998), Bertoldo (2000) e Coracini e Bertoldo (2003) para problematizar o debate em torno das questões propostas sobre a LA. Assim, tem-se uma instância enunciativa sujeitudinal autor que se inscreve num dado lugar discursivo das “interpretações recentes da LA”.

Nessa lógica, o lugar discursivo será aqui entendido como a posição ocupada pela instância enunciativa sujeitudinal autor no momento da enunciação. Para nós, o lugar discursivo em que essa instância está inscrito se refere às correntes teóricas da LA, vinculadas ao sóciointeracionismo e ao cognitivismo vygotskyano. Trata-se de duas correntes que consideram a linguagem como instrumento de comunicação na interação entre os indivíduos, como revela os seguintes dizeres do artigo em análise:

Excerto 1

os métodos quantitativos e qualitativos fornecem resultados questionáveis, devido ao fato de esses métodos se basearem na premissa de que um sujeito consciente pode fazer uso dos resultados da pesquisa para efetuar mudanças no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e segundas.

Assim, o que a instância enunciativa sujeitudinal autor, ocupando aquele lugar discursivo, faz é lançar um olhar teórico outro que se distancia das tomadas de posição dos autores aos quais questiona. Tal processo traz como consequência a incidência de formações imaginárias, já que esse distanciamento de posições leva em consideração outros sujeitos discursivos falando, isto é, sujeitos inscritos em um outro lugar discursivo, nesse caso a LA que refrata interfaces teóricas com referenciais que não consideram o sujeito como um ser consciente, tratada pelas instâncias enunciativas sujeitudinais LA (Coracini (1998), Bertoldo (2000) e Bertoldo e Coracini (2003)).

¹⁷ É relevante esclarecermos que as referências citadas estão sendo tomadas, no escopo desta análise, como instâncias enunciativas sujeitudinais LA que atravessam a realização linguageira da instância enunciativa sujeitudinal autor no texto em análise.

É relevante observar que as tomadas de posição explicitadas por Coracini (1988), Bertoldo (2000) e Coracini e Bertoldo (2003), ocupam um determinado lugar discursivo da LA, no qual se inscreve teoricamente em uma interface com a chamada AD francesa, lugar discursivo de onde essas instâncias falam.

Para esclarecer este ponto da análise, é relevante pontuar que as posições teóricas que Coracini (1988), Bertoldo (2000) e Coracini e Bertoldo (2003) abordam, dizem respeito a uma análise que fazem dos discursos que circulam no campo da LA, principalmente nos Cursos de Letras, como se fossem um regime de verdade, um dogma que deve ser seguido tanto pelos professores quanto por alunos que almejam contribuir para o ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira (LE), por meio de uma outra concepção de linguagem, que se inscreve no escopo teórico da AD francesa.

Bertoldo (2000), em sua tese, observou que sua prática, até então, baseava-se em uma busca constante de trabalhos, abordagens e estratégias de ensino que prescrevessem e recomendassem formas prontas e acabadas para se tornar um bom aprendiz de língua estrangeira, que circulava nos cursos de idiomas e Letras. Afirma, ainda, que tais discursos, muitas vezes, dão ênfase à teoria em detrimento da prática, de forma a manter esses saberes, circulando no espaço institucional da Universidade.

Ainda de acordo com Bertoldo (2000), as realizadas no contexto brasileiro não são tão distintas em relação às pesquisas realizadas em outros centros acadêmicos fora do Brasil. Elas surgiram por meio de pesquisas e projetos que tinham como objetivo produzir materiais didáticos e treinar os professores, restringindo-se às questões que tratam do conhecimento metodológico e lingüístico. Foi a partir daí que esse campo se associou com questões voltadas para o ensino de língua estrangeira. Tal fato mantém estreita relação, a partir da década de 40, no século XX, com as preocupações de grandes centros, como a Fundação Ford, na resolução de problemas de educação

lingüística, encontrados em países em desenvolvimento, além de uma política de expansão dos interesses americanos e ingleses.

Isso fez com que se desenvolvessem teorias de aprendizagem de línguas estrangeiras, sobretudo a inglesa, cunhando-a como uma disciplina competente para construir, deter e divulgar o conhecimento acerca do ensino de línguas. No Brasil, segundo Bertoldo (2000, p. 94), vários lingüistas difundiram e levaram à frente o conceito de LA que era divulgado lá fora, o que deu a esta uma identidade, isto é, o reconhecimento de ser vista como uma área independente da Lingüística, uma vez que possui um objeto e metodologia de trabalho próprios, explicitada com a fundação da ALAB (Associação de Lingüística Aplicada no Brasil), em 1990.

E foi nessa perspectiva que Bertoldo (2000) construiu sua hipótese de pesquisa, a de que o discurso da LA acirra e aprofunda a relação entre teoria e prática, o que está intimamente ligado à perspectiva da ciência moderna e da pós-modernidade. Para ele, a LA se constrói como um campo de investigação que tem como objetivo entender, explicar e ou solucionar problemas concernentes à aquisição de uma língua a partir da ciência moderna, que tem na razão a ferramenta e o instrumento para explicar a relação do homem com o universo. E isso pode ser exemplificado pelos discursos que circulam no interior da LA, sempre portadores de um ideal, uma crença e um desejo de completude de uma cientificidade que dê conta de todo o conhecimento da realidade.

É nessa lógica, segundo Bertoldo (2000), que a LA dicotomiza a teoria e a prática, uma vez que, nos Cursos de Letras, espaço de formação de futuros professores, se dê mais ênfase à primeira em detrimento da segunda, ao se considerar a LA positivista,¹⁸ legítima para pensar a melhor maneira de solucionar um problema que envolva o uso da linguagem.

¹⁸ LA positivista por se apresentar como um referencial teórico que investiga questões de natureza cognitivista, com ênfase para uma análise de estratégias e metodologias de ensino-aprendizagem.

No entanto, ao questionar esse posicionamento teórico da LA positivista, o referido autor Bertoldo (2000) se inscreve em outra corrente teórica que rompe com a noção de sujeito cartesiano adotada pela ciência moderna, e admite que o sujeito é descentralizado e que o indivíduo não é autor, mas está circunscrito a um contexto sócio-histórico que determina a sua posição em relação a determinada situação.

Assim, a instância enunciativa sujeitucional autor se inscreve numa corrente teórica da LA que não aceita a visão trazida por Bertoldo (2000) acerca do referido campo, se inscrevendo em uma corrente da LA que não aceita que o sujeito tenha domínio sobre suas atitudes, argumentando que a posição da qual Bertoldo (2000) enuncia não se sustenta, por não se circunscrever ao próprio campo da LA, não sendo, dessa forma, justo olhar para a LA sob o viés da AD, mas sim da própria LA.

Nesse mesmo encaminhamento analítico, observamos a SD2, em que a instância enunciativa sujeitucional autor, além de relacionar as instâncias enunciativas sujeitucionais LA (Coracini e Bertoldo (2003)) à corrente teórica que remete à AD, também faz uso dessa inscrição para afirmar a validade da LA enquanto um campo de conhecimento que não dicotomiza a relação entre teoria e prática tal como analisada por Bertoldo (2000), argumentando que a AD não teria competência para criticar a LA.

SD2

O campo denominado Análise do Discurso (doravante AD) abarca uma gama de diferentes posturas teóricas que compartilham um enfoque em textos orais e escritos, ao invés do estudo de sentenças inventadas fora de contexto. (...) Em vez de enumerar as diferentes correntes existentes na AD, Charaudeau (1999, p. 32-36) descreve três diferentes problemáticas: (i) “a cognitiva e categorizante”, (ii) “a comunicativa e descritiva” e (iii) “a representacional e interpretativa”. (...) Pág. 12

Em SD2 observamos que a instância enunciativa sujeitucional autor reconhece a validade da AD enquanto campo de conhecimento que tem sua relevância devido à análise que esta dá aos textos, considerando para tal o contexto sócio-histórico e

ideológico aos quais esses remetem ou são produzidos. No entanto, é preciso explicitar que há lugares de enunciação, de acordo com os dizeres dessa instância, que se diferenciam, como os que tratam dos objetos de cada campo no interior da Lingüística, a exemplo da relação texto-discurso.

Além disso, são mencionadas, também, as diferentes correntes teóricas que se referem à AD, embora essa instância não as distinga. A ausência de uma distinção entre essas correntes remete a alguns equívocos acerca dos lugares teóricos apresentados, em uma evidência de que tal instância desconhece a AD em sua complexidade. A instância enunciativa sujeitudinal autor simplesmente se apropria de vozes teóricas que se inscrevem nesse campo, deslocando suas significações e seus direcionamentos em diferentes lugares teóricos, no interior do próprio escopo teórico da AD enquanto campo de conhecimento. Tal postura acaba por instaurar um lugar teórico equivocado.

Um desses equívocos é o que tange à relação discurso e texto, já que a instância enunciativa sujeitudinal autor deixa implícito que ambos os objetos texto e discurso estão em consonância, como se fossem equânimes no referido campo. Para nós, esta posição teórica se aproxima da posição teórica da Lingüística Textual, a qual toma texto e discurso como unidades básicas, objetos de investigação semelhantes, vistos como uma forma específica de manifestação da linguagem.

Para Koch (1997), o texto é uma manifestação verbal que contém elementos lingüísticos selecionados pelos falantes no ato da fala, de forma a promover uma interação entre esses elementos, a partir de suas práticas sócio-culturais. É nesse sentido que a Lingüística Textual tem como propósito analisar o texto como um ato de comunicação, realizado em um complexo universo de atitudes humanas, levando em consideração os níveis de sentido e as intenções que estão subjacentes ao texto. Em

contraposição, a AD tem uma outra percepção acerca do texto, o qual adquire uma significação mais ampla em relação à Lingüística Textual.

Para a AD, o discurso não se assemelha ao texto. Nesse campo teórico, o texto não pode ser considerado como uma unidade de análise, a exemplo do que ocorre com a corrente teórica da Lingüística Textual. Na AD, o texto é visto como uma materialidade lingüística, portadora de sentidos, do qual se extrai a sua significação por meio da relação com outros textos.

Outro equívoco que a instância enunciativa sujeitudinal autor deixa transparecer é relacionar a instância enunciativa sujeitudinal teórica (Charaudeau (1999)) em confluência com a AD francesa. Para esclarecer tal equívoco teórico, é relevante pontuar que Charaudeau se inscreve na Teoria Semiolingüística, campo de conhecimento também circunscrito na área de Análise do Discurso. Essa corrente admite que a comunicação pressupõe a transmissão de uma mensagem de um emissor a um receptor por meio de um acordo/contrato entre os falantes, em um determinado tempo e espaço dados. Acordo esse que leva em conta a relação entre o situacional (espaço externo no qual é realizado o ato de linguagem) com o comunicacional (as formas de falar e escrever em virtude dessa situação), no qual emerge o discurso, visto aqui como espaço de ação e interação do sujeito falante.

Para Charaudeau, é no ato de comunicação, por meio dos processos de transação e transformação, que os sujeitos estão em constante percurso de (re) significação. No processo de transação ocorre uma identidade entre os sujeitos em um universo de saberes partilhados e motivações em comum. No processo de transformação os sentidos são negociados em face da convenção ou dos acordos feitos pelos falantes de acordo com seus propósitos.

Já a Análise do Discurso de corrente francesa tem como objeto de estudo o discurso, visto aqui como um efeito de sentidos provocados pelos sujeitos numa conjuntura sócio-histórica. Diferente da Teoria Semiollingüística, essa corrente teórica centra sua análise no sujeito que é interpelado ideologicamente e se inscreve em uma formação discursiva dada.

Na constituição de seu equívoco em torno da relação epistemológica entre as correntes teóricas da AD, a instância enunciativa sujeitucional autor enumera as diversas posições enunciativas no referido campo, a partir do ponto de vista da instância enunciativa sujeitucional teórica (Charaudeau (1999)), que enuncia do lugar da Semiollingüística. Assim, a instância enunciativa sujeitucional autor, inscrevendo-se no ¹⁹Discurso Acadêmico, se apóia em Charaudeau (1999) para legitimar um dizer deslocado, que acaba por se configurar enquanto um equívoco teórico, no que se refere ao campo teórico da Análise do Discurso.

Na verdade, Charaudeau (1999), ao conceber a Teoria Semiollingüística não faz nenhuma referência direta à Análise do Discurso francesa, mas sim às formas e modos de analisar os discursos por meio de seus objetos específicos. Segundo Nogueira (2004), em um artigo intitulado “Considerações sobre o modelo de Análise do Discurso de Patrick Charaudeau”, Charaudeau remete suas críticas às correntes que privilegiam somente a dimensão situacional ou as que subordinam esta às estruturas ideológicas, sem, portanto, negar a contribuição de uma à outra, embora também reconheça que uma teoria que dê conta de fatores acerca dos atos de linguagem seria impossível.

Ao silenciar sobre a sua própria percepção acerca da AD, ocupada por sua inscrição no Discurso Acadêmico, o que a instância enunciativa sujeitucional autor faz é dar voz a uma outra instância que é do próprio campo, deslocando o sentido de

¹⁹ Estamos tomando “Discurso Acadêmico” aqui como uma manifestação de sentidos que se vincula a um conjunto de conhecimentos inter-relacionados, base referencial e teórica para caracterizar os sentidos que são construídos por meio dos dizeres de um determinado grupo de sujeitos circunscritos na Academia.

“diferentes posturas teóricas”, vista aqui como salutar em toda ciência, para instaurar “problemáticas”. No entanto, a forma como é conduzida a reflexão traz embutida um dizer negativo de que AD, ao possuir várias perspectivas teóricas, torna-se um campo de difícil classificação, a julgar pelo dizer de Charaudeau (1999), citado pela instância enunciativa sujeitudinal autor, passando a ser visto como um campo de conhecimento incerto, duvidoso, não assentado em bases e conceitos claros e objetivos, uma vez que esta instância tenta apresentar a LA se fosse uma unanimidade teórica e a AD como um campo de conhecimentos controversos.

Ao contrapormos **SD1** e **SD2**, observamos como regularidade que a instância enunciativa sujeitudinal autor ocupa e dá voz a outras instâncias enunciativas para marcar espaços específicos na enunciação de acordo com os seus propósitos. Tem-se, dessa forma, um sujeito discursivo que se ocupa em tratar das posições teóricas dos autores Coracini e Bertoldo. No que tange às considerações feitas acerca do campo da AD, a instância enunciativa sujeitudinal autor afirma apresentar interpretações recentes feitas por “alguns seguidores” do campo da AD, colocando uma posição diferenciada da AD francesa ao questionar a própria AD. O equívoco que se instaura é que o *sujeito-scriptor* enuncia sobre posições enunciativas outras no referido campo, de forma a criticar posições, a partir de lugares teóricos diferentes e distintos. Isso ocorre quando a instância enunciativa sujeitudinal autor desloca os sentidos enunciados pela instância enunciativa sujeitudinal teórica (Charaudeau (1999)), o que remete ao equívoco teórico de tomar uma corrente teórica (A Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau) por outra (A Análise do Discurso Francesa), atribuindo conceitos distintos em ambas como se tivessem a mesma significação epistemológica, indiferente do lugar teórico ao qual se circunscrevem os conceitos e as correntes, a exemplo, também, do que foi explicitado, no que se refere aos conceitos de texto e discurso.

Passemos, então, para a análise de **SD3**:

(SD3)

Na terceira perspectiva, “a representacional e interpretativa”, de acordo com a análise de Charaudeau, em primeiro lugar, os sujeitos constroem “discursos de representação” utilizados para “julgar a realidade” (...) Nessa corrente é necessário formular hipóteses sobre os diferentes *posicionamentos sociais*, em conjunto com as práticas discursivas (ênfases de Charaudeau) produzidas pelos sujeitos nos diferentes textos analisados. Surge, no entanto, um problema nessa vertente com respeito à função do sujeito, pois, por um lado, ele pode ser visto como *ativo* (sujeito consciente) ou, por outro, pode ser visto como passivo, “completamente diluído na consciência do grupo social”. Charaudeau informa que o sujeito passivo é considerado uma ilusão (ênfase do autor) e, em vez de ser um *eu*, é um *isso*, pré-construído, nos termos de Pêcheux, ora ideológico, na visão de Althusser, ora inconsciente, na de Authier-Revuz (p. 13)

Nesta seqüência, observamos que a instância enunciativa sujeitucional autor dá voz a um sujeito discursivo, inscrito no Discurso Acadêmico, que vê na AD um campo que não possui uma posição definida em relação ao seu objeto, tomando como suporte teórico uma noção de sujeito que circula no próprio campo da AD. Dessa forma, a instância enunciativa sujeitucional ocupa um lugar discursivo no Discurso Acadêmico para problematizar a forma de construção da conceituação de sujeito, no escopo teórico dessa área.

Essa instância se apropria de um dizer acadêmico de amplitude epistemológica genérica para querer validar uma tomada de posição teórica no interior de uma área que comporta uma diversidade de correntes, cada qual com suas especificidades epistêmicas. Para nós, essa inscrição ocupada pela instância enunciativa sujeitucional autor implica em uma equivocidade teórica pela qual o sujeito é visto tanto como uma instância consciente (ativa) quanto inconsciente (passiva).

Em contraposição, o sujeito, na perspectiva da AD, apresenta-se como uma noção em descontínua alteridade, no interior de uma engrenagem ideológica e interpelativa, visto que seu dizer é atravessado por dizeres outros, fazendo-o acreditar

que o que enuncia é inédito, ignorando a sua referencialidade polifônica. Pode-se observar nessa seqüência que a instância enunciativa sujeitucional autor, embora não se posicione explicitamente em relação ao papel do sujeito na AD, legitima uma inscrição ideológica ao imprimir um valor de verdade ao dizer de Charaudeau (1999), eximindo-se de um posicionamento teórico que fosse decorrente de sua própria reflexão em torno da noção de sujeito na AD.

Assim, a instância enunciativa sujeitucional autor faz uma simulação de posicionamento teórico, isto é, sobrepõe uma imagem teórica, trazendo uma reflexão conceitual de um lugar da AD, a partir de uma “leitura” construída pela conceituação de Charaudeau (1999). Tal posicionamento da instância enunciativa sujeitucional autor sugere uma estratégia argumentativa, colocada para confundir o leitor, quanto às conceituações teóricas da AD e, conseqüentemente, atingir seu objetivo enunciativo, que seria desqualificar a AD enquanto campo científico. A tomada de posição do *sujeito-scriptor* não esclarece ou pontua o lugar teórico do qual menciona as bases referenciais as quais se remete a autores como Pêcheux, Althusser e Authier-Revuz. Ademais, essa instância parece sugerir que esses autores estejam inscritos teoricamente no mesmo lugar epistemológico que Charaudeau.

Observamos uma ausência de acuidade acadêmica ao construir uma percepção sobre a concepção de sujeito na AD, por parte da instância enunciativa sujeitucional autor, que parece ignorar as diferentes correntes teóricas na constituição epistemológica da AD. Dessa maneira, sua contestação teórica acerca das posições colocadas por Coracini (1988), Bertoldo (2000) e Coracini e Bertoldo (2003) parecem fragilizadas. É relevante pontuar, aqui, o quanto, epistemologicamente, é delicado referir-se à AD enquanto um campo de conhecimento em que os conceitos possam ser classificáveis ou distribuídos em categorias de acordo com determinados métodos ou critérios.

Outro equívoco que se instaura ocorre quando a instância enunciativa sujeitudinal autor cita posicionamentos teóricos de Michel Foucault, como se vê na seqüência **SD4**:

(SD4)

Um artigo assinado por A. Mchoul na *Encyclopedia of Language and Linguistics* (v.2, ASHER e SIMPSON (Org.), 1994) exemplifica ainda outra maneira de olhar a AD, pois o referido autor apresenta três principais abordagens da disciplina: (i) a formal, (ii) a empírica e (iii) a crítica. (...) A terceira abordagem da AD, a crítica, está ligada ao trabalho dos teóricos europeus do discurso (“continental discourse theorists”), como Foucault, Lyotard, Pêcheux, de Certeau e Fairclough. Essa vertente tem a sua origem na tradição filosófica francesa. Segundo essa abordagem, num momento histórico determinado somente é possível falar ou escrever de um dado assunto ou tema numa maneira específica, mas não em outra. O que é interessante nessa abordagem é que os eventos não acontecem ao acaso, pois, para Foucault, existem “relações de poder”. (Pág. 14)

Em **SD4** observamos um sujeito discursivo inscrito no Discurso Acadêmico num dado lugar genérico, uma vez que se pressupõe que o conhecimento enciclopédico seja considerado um conhecimento de abrangência, no que se refere a um dado campo de conhecimento. A instância enunciativa sujeitudinal autor enuncia de uma suposta inscrição discursiva na LA para falar sobre o lugar discursivo da AD, para o qual postula um caráter teórico fragmentário.

Santos (1999 p. 38) reflete sobre a diversidade de correntes teóricas da AD, afirmando que sempre foi objeto de polêmica, devido à ausência de aceitação por parte de determinados campos ou pesquisadores, em aceitar as metodologias utilizadas neste campo de estudo. Embora essa classificação seja extensa e apresente diferenças e convergências teóricas e conceituais, elas vêm a linguagem como um elemento intrínseco para se pensar atitudes e posturas dos sujeitos no que tangem às suas práticas e relações históricas, sociais, culturais e ideológicas na sociedade.

A instância enunciativa sujeitudinal autor menciona teóricos como Mchoul, Foucault, Lyotard, Pêcheux, de Certeau e Fairclough, os qualificando como analistas

do discurso, o que mais uma vez recai em uma equivocidade, uma vez que Mchoul, Lyotard e de Certeau não são reconhecidos como teóricos do campo da AD. O próprio Foucault, apesar de ser tomado como referencial teórico para pesquisas no campo da AD no Brasil nunca foi considerado um analista do discurso. Seu trabalho é tomado como base referencial para se pensar sobre a genealogia das instituições e as taxonomias sociais que moldam o sujeito, surgindo, assim, a noção de poder, mas não tomado como referencial teórico inscrito apenas no campo da AD.

Percebemos em ambas as seqüências **SD3** e **SD4** a evidência de equivocidades teóricas por parte da instância enunciativa sujeitucional autor, relacionadas ao desconhecimento dessa instância acerca da constituição epistemológica do campo da AD. Esse deslocamento de sentido que a instância enunciativa sujeitucional autor promove parece fazer parte de uma estratégia enunciativa para desautorizar a amplitude teórica da AD e sua inserção enquanto interface para pesquisas em LA.

A esse respeito, ainda observemos a **SD5**:

(SD5)

A respeito dessa postura, este trabalho tem a finalidade de analisar os artigos de Coracini, (2003a, b, c, d, e) e de Bertoldo (2003a, b, c), publicados na coletânea intitulada O Desejo da Teoria e a Contingência da Prática, além de uma tese de doutoramento de autoria do último autor, com título semelhante: “Um Discurso da Linguística Aplicada: Entre o Desejo da Teoria e a Contingência da Prática”. Devido ao fato de que o meu enfoque de interesse é a LA e de que Coracini e Bertoldo lidam diretamente com essa disciplina, diferentemente de outros analistas do discurso que nada dizem a respeito da referida área, justifico o espaço dedicado a uma análise de suas idéias. (Pág. 15)

Nesta seqüência vemos a instância enunciativa sujeitucional autor esclarecer qual é a sua referencialidade polifônica, já que se inscreve na LA, para analisar o posicionamento das instâncias Coracini, (2003a, b, c, d, e) e Bertoldo (2003a, b, c). Tem-se assim um sujeito discursivo inscrito no discurso acadêmico, num dado lugar teórico da LA para enunciar a partir das interpretações de Bertoldo e Coracini. Nesse

sentido, há uma necessidade, por parte dessa instância enunciativa sujeitucional autor, em questionar o trabalho desses autores, devido ao fato deles também se inscreverem teoricamente no campo da LA.

A instância enunciativa sujeitucional autor se sente interpelada pelos dizeres de Bertoldo e Coracini, que problematizam o discurso que circula no interior da LA e faz com que se instaure um processo de subjetividade por parte da instância enunciativa sujeitucional autor que evidencia sua inscrição discursiva na corrente cognitivo-positivista da LA.

Percebe-se aí uma relação de identidade entre essa instância e a formação discursiva na qual se inscreve. Isto é, se inscreve no campo da LA para interpelar os dizeres que a atingem diretamente, o que a faz tomar uma posição no interior dessa formação e assumir um papel enunciativo como porta-voz da LA. Esse processo de interpelação por parte da instância enunciativa sujeitucional autor para problematizar os dizeres de Bertoldo e Coracini é permeado por uma tensão discursiva entre o que está subentendido no dizer dessa instância e o que se encontra na superfície lingüística dos enunciados.

Para nós, essa tensão é proveniente da imagem que a instância enunciativa sujeitucional autor constrói, a partir dos posicionamentos teóricos de Bertoldo e Coracini, vistos como analistas do discurso que discutem e problematizam a LA, “diferentemente de outros analistas do discurso que nada dizem da referida área”.

Vejamos como funciona essa constituição sujeitucional, a partir de **SD6**:

(SD6)

O autor [Bertoldo] afirma que procurava na disciplina LA, entre outros subsídios, “... estratégias de ensino e aprendizagem, abordagens mais sistemáticas de gramática, de uso da linguagem para comunicação, dos aspectos culturais na aprendizagem das línguas estrangeiras.” (p.11), aspectos esses que contribuiriam para o sucesso do “bom” professor (aspas de Bertoldo). (...) Em minha visão, Bertoldo rejeita a idéia do “bom” professor e, por esse motivo, não teria por que explicitá-la. Essa postura sugere que,

sendo um ideal e um produto do nosso imaginário, nada pode ser feito. (Pág. 16)

Nessa seqüência, ao analisar as posições teóricas apresentadas por Bertoldo em sua tese de doutorado, a instância enunciativa sujeitucional autor destaca as razões que fizeram Bertoldo rumar da LA para a AD, de modo a buscar uma suplementação teórica para a sua atividade como professor de línguas. Tal instância hipotetiza que na visão que Bertoldo tem da LA ele rejeita a idéia do ‘bom’ professor. Para o *sujeito*-scriptor, Bertoldo cria uma imagem de não aceitação do ideal de um “bom” professor.

Atribui-se, assim, uma significação para o dizer da instância enunciativa sujeitucional autor de que o sujeito é consciente, senhor absoluto de seus pensamentos e atitudes e, portanto, pode mudar a sua prática no que concerne ao ensino e aprendizagem de línguas.

Nessa lógica, a instância enunciativa sujeitucional autor descontextualiza o dizer de Bertoldo que, na época, buscava uma perspectiva outra de conceber a linguagem e perceber o sujeito a fim de refletir acerca de questões relativas ao ensino de língua, fundamentais para a formação do professor. Dessa forma, desloca o dizer de Bertoldo para atribuir-lhe a significação de que se o “bom” professor não existe, não há nada que se possa fazer.

Comparando-se as seqüências **SD5** e **SD6**, percebemos como regularidade que a instância enunciativa sujeitucional autor se inscreve no discurso acadêmico para enunciar sobre o trabalho das instâncias enunciativas sujeitacionais teóricas (Bertoldo e Coracini), a fim de questionar as inscrições enunciativas dos dizeres dessas instâncias no lugar discursivo da LA. Trata-se, pois, de um sujeito discursivo que acredita que o modelo de bom professor pode, sim, ser concretizado, refutando as críticas apresentadas pelas instâncias enunciativas sujeitacionais teóricas (Bertoldo e Coracini).

Essa refutação pode ser percebida, também, em **SD7**:

(SD7)

Em nenhum momento ele analisa criticamente a referida teoria e, na verdade, deixa de informar que a proposta de Krashen continua sendo alvo de debate e de polêmica. (...) Considerar que a LA está associada às idéias de Krashen é uma visão reducionista do campo. A crítica acirrada às afirmações de Krashen, chamada em língua inglesa de “Krashen bashing”, mostra, no âmbito de LA, que não há unanimidade a respeito das afirmações aventadas por Krashen e outros pesquisadores. Cabe observar que Krashen é um pesquisador importante na área, mas ele não representa a totalidade de pensamento na disciplina de LA. Essa visão reducionista perpassa toda a formulação de Bertoldo e Coracini. (Pág. 17)

Em **SD7** a instância enunciativa sujeitucional autor continua a descrever os posicionamentos teóricos de Bertoldo e Coracini, no que concerne à teoria de Krashen, que trata da aquisição de uma segunda língua. Para essa instância enunciativa sujeitucional autor, a Linguística Aplicada não se reduz somente ao pensamento de Krashen.

Nessa seqüência, há um dizer da instância enunciativa sujeitucional autor que critica a imagem que Bertoldo e Coracini têm da teoria de Krashen no campo da LA. Tal dizer sugere que Krashen foi um pesquisador importante para o campo da LA, embora não esclareça que foi ele quem estabeleceu a diferença entre o estudo formalizado e a assimilação natural de idioma, além de defender que um ensino de línguas eficiente é aquele que cria situações de comunicação próximas da vida real.

Pode-se observar por esse posicionamento, que a instância enunciativa sujeitucional autor silencia em relação aos pesquisadores que não compactuam com a teoria de Krashen, embora impute tal equívoco à instância enunciativa sujeitucional teórica (Bertoldo e Coracini). O que nos parece é que o *sujeito-scriptor* quer fazer crer ao seu interlocutor que a análise feita por Bertoldo não está ancorada em um trabalho sistemático, com uma ausência de profundidade analítica. Tal análise, portanto, desloca-

se da significação de LA, preconizada por Bertoldo. O *sujeito-scriptor* tem o propósito de fazer crer, também, que o posicionamento de Bertoldo não existe, que é fruto de uma interpretação equivocada e de sua ausência de conhecimento no próprio campo da LA.

Para contrapor à posição de Bertoldo, tem-se aqui um sujeito discursivo inscrito num dado lugar teórico da LA, enunciando que a LA é um campo científico complexo, no qual há debates e conflitos em relação a posições teóricas, sendo uma delas a “Krashen-bashin”. Esta última seria a evocação das vozes contrárias ao entendimento de Krashen, como uma teoria utilizada como contra-argumentação para inserir um dizer de que a LA é uma disciplina que se ancora em teorias, abordagens e metodologias não convergentes à aquisição e à aprendizagem de língua estrangeira.

Esse mesmo entendimento da instância enunciativa sujeitudinal autor está presente em **SD8**:

(SD8)

Bertoldo também informa (p. 13) que o contato com o pensamento de Foucault (1979/1995, p. 13) contribuiu para que ele concebesse a LA de forma diferente. Antes do referido contato, ele observa que “... a verdade construída no e pelo discurso de LA nos constituía ao nosso discurso”. Cabe perguntar que “verdade” é essa que Bertoldo atribui à LA. O referido campo se caracteriza por uma variedade de opiniões, teorias conflitantes, hipóteses não convergentes com respeito à aquisição e à aprendizagem de língua estrangeira, uma área de pesquisa importante na LA. Seria temerário afirmar que os lingüistas aplicados considerassem a pesquisa como verdade. (Pág. 18)

Nessa seqüência, ao descrever o contato de Bertoldo com o pensamento de Foucault, considerando esse contato teórico como fundamental para que este mudasse a sua concepção de LA, a instância enunciativa sujeitudinal autor não apresenta ou contextualiza o conceito de verdade que em destaque. Esse posicionamento traz embutido um dito que significa – o reconhecimento da inscrição teórica do outro.

Alem disso, quando se refere à noção de “verdade” proposta por Foucault, a instância enunciativa sujeitudinal teórica (Bertoldo) faz uma autocrítica em relação à

sua prática pedagógica, já que seguia postulados que acreditava justificar a sua maneira de agir de determinada maneira em sala de aula, sendo constituído por um discurso que circulava como uma verdade inquestionável. Regra que dizia como se portar para ter uma boa performance ou atuação profissional, mas que, para ele, era um exercício de controle e poder que satisfazia a comunidade acadêmica específica.

No entanto, quando a instância enunciativa sujeitucional autor silencia acerca dessa condição de produção do dizer de Bertoldo, ela denega o fato de que a LA produza um discurso que esteja vinculado somente a uma concepção teórica dominante, ou que haja uma hierarquia de poder na qual uma determinada comunidade acadêmica detenha influência ou exerça poder sobre outra.

Essa postura revela uma tomada de posição dessa instância enunciativa sujeitucional autor em um lugar teórico da LA, que traz vinculado a si uma representação do que, para ela, seria a verdadeira composição teórica para este campo do conhecimento. Assim, cria-se uma imagem de que “uma variedade de opiniões, teorias conflitantes, hipóteses não convergentes com respeito à aquisição e à aprendizagem de línguas” seja uma condição de crítica no campo da LA.

Ademais, pode se observar nessa seqüência um processo de desidentificação da instância enunciativa sujeitucional autor com a formação discursiva na qual se inscreve. Ao defender a LA como um campo amplo de debates e discussões não convergentes sobre o seu objeto, essa instância enunciativa instaura, por meio de seu dizer, uma imagem da LA como um campo movente, possibilitado pelos enfrentamentos e conflitos teóricos próprios de sua essência, sendo “temerário afirmar que os lingüistas aplicados considerassem a pesquisa como verdade”.

Tal dizer revela uma postura dúbia por parte da instância enunciativa sujeitucional autor, visto que ela se projeta longe dessa formação que a constitui ao

afirmar que os lingüistas aplicados não consideram a pesquisa como verdade. Nessa lógica, ela ignora que o seu dizer está circunscrito em uma formação discursiva acadêmica que, para se constituir, exerce um papel legitimado por um discurso que circula como valor de verdade, necessário para a instauração de dogmas e princípios que justifiquem a existência da própria LA, sendo ela própria uma ferramenta que auxilia a propagação dessa “verdade”, embora negue tal contradição.

Comparando ambas as seqüências **SD7** e **SD8**, temos como regularidade uma instância enunciativa sujeitodal autor que se inscreve em um lugar teórico da LA para enunciar um dizer de que a LA não se reduz à teoria de Krashen, mas que adota uma gama de teorias e abordagens não equivalentes, isto é, um campo em movência. Há também um sujeito discursivo que se inscreve em um lugar discursivo teórico outro da LA que silencia sobre as condições de produção na qual Bertoldo se refere à noção de verdade, de modo a instaurar a significação de que não há um aprofundamento no que tange ao trabalho de Bertoldo, como se lhe faltasse análise e conhecimento do referido campo.

Para dar suporte a este posicionamento, essa instância enunciativa, inscrita no Discurso Acadêmico num dado lugar teórico da LA assume uma posição de defesa, como se fosse um porta-voz do referido campo, de forma a rebater as críticas a ele impingidas pelas instâncias Bertoldo e Coracini. Uma dessas críticas refere-se às metodologias e materiais didáticos na área de LA, como se observa em **SD9**:

(SD9)

A insatisfação de Bertoldo com a LA é exacerbada pelo fato de que a referida disciplina “apaga os conflitos entre teoria e prática”, mantendo, dessa forma, um fosso entre as duas. O resultado desse estado de coisas é que não existe na LA o que ele chama de “discurso-prática”. Dado a pletora de material didático na área de ensino-aprendizagem e metodologias de ensino no campo de LA e sem uma definição ou explicação do que seria a noção “discurso-prática”, pergunto se o quadro por ele construído reflete a práxis na área neste início do século XXI. Bertoldo, seguindo a sua visão da AD, questiona se realmente é possível que o pesquisador mude a prática, lançando mão de

técnicas de conscientização e reflexão. (...) Se eu interpreto bem as idéias aventadas por Bertoldo, para ele tais mudanças dificilmente podem ocorrer. (Pág. 19)

Nessa seqüência, a instância enunciativa apresenta a mesma postura observada nas seqüências anteriores. Novamente ela omite e descontextualiza os dizeres de Bertoldo ao silenciar que a noção de discurso-prática a qual este se refere é o uso da teoria, que deve ser sempre escolhida e utilizada de acordo com o seu funcionamento em um contexto específico, o que para ele não existia em se tratando da LA.

Para Bertoldo, o que ocorria era um efeito de sentido do dizer que circulava no referido campo, no qual a teoria tinha mais primazia do que a prática. De acordo com a sua percepção, não havia no interior da LA liberdade de acesso e utilização das várias formulações teóricas dos alunos para observar, analisar e modificar o seu processo de ensino-aprendizagem, já que a teoria era tomada de forma monolítica, impedindo a construção de uma plurissignificação, relevante para se pensar e alterar o processo de ensino-aprendizagem de língua estrangeira.

No que se refere ao comportamento da instância enunciativa sujeitucional autor, esta visa reduzir o dizer de Bertoldo, apagando a significação de que a LA é responsável por aprofundar a dicotomia teoria-prática ao prescrever aos professores o que deveria ou não ser feito em sala de aula, ignorando as especificidades e singularidades de cada situação comunicativa, bem como os participantes desse processo.

Em contraposição, a instância enunciativa sujeitucional autor afirma que a LA é uma área de conhecimento e possui uma modalidade teórico-dinâmica, ancorada nas mudanças que perpassam a sociedade por meio da adoção de novas abordagens, teorias e valores.

Há nessa situação um sujeito discursivo inscrito no Discurso Acadêmico, num dado lugar teórico da LA, que enuncia um dizer em defesa dos métodos utilizados no

referido campo, destacando-se uma ênfase maior à metodologia qualitativa. Instaura-se, dessa forma, uma voz que vê no ensino reflexivo uma ferramenta relevante para se efetuar mudanças no que tange à prática dos professores em sala de aula, contrapondo-se a uma outra que vê com “ceticismo” a questão do ensino e sua prática.

Para essa instância enunciativa sujeitudinal autor, inscrita em um lugar teórico cognitivista-positivista da LA, a percepção enunciativa que as instâncias enunciativas sujeitudinais teóricas (Bertoldo e Coracini) têm da LA não é pertinente ao quadro real que se configura no século XXI. Segundo ela, essa percepção se ancora em “leituras” equivocadas, espelhadas do lugar discursivo em que Bertoldo e Coracini se encontram, como podemos perceber pelos dizeres da seqüência **SD10**:

(SD10)

Embora não afirme explicitamente, segundo a minha leitura, Bertoldo está sugerindo que o método interpretativo (qualitativo) não tem nenhum valor e deveria ser descartado. O que restaria então? O problema é que as críticas são generalizáveis a uma gama de disciplinas. A LA não é a única disciplina que recorre a um método interpretativo ou etnográfico. (...) Para ter condições de sustentar uma argumentação contrária à metodologia de cunho qualitativo, o autor, para convencer, teria de fornecer dados e citar um número razoável de casos específicos de pesquisas que mostrassem a suposta inviabilidade do uso de tais modelos. (...) depreende-se que todas as atividades de pesquisa são altamente complexas e realmente não se pode descartar sumariamente nenhuma perspectiva. Daí se vê que a própria visão traçada por Bertoldo a respeito da pesquisa qualitativa não mostra essa complexidade e a seriedade acadêmica do referido método. (Pág. 21)

Em **SD10**, a instância enunciativa sujeitudinal autor afirma que as instâncias enunciativas sujeitudinais teóricas (Bertoldo e Coracini) ignoram o método qualitativo em sua profundidade acadêmica ou conceitual.

Para analisar tal comportamento da instância enunciativa sujeitudinal autor, cabe contextualizar o pensamento de Bertoldo acerca da metodologia qualitativa. Bertoldo (2000), em sua tese de doutorado e baseado na análise de textos que circulavam nos Cursos de Letras, observou que muitos deles focam-se no estudo do processo de ensino

e aprendizagem tendo como metodologias dois tipos de pesquisa: i) o diagnóstico, que centra a investigação no processo de ensino e aprendizagem e ii) a intervenção, que tem o seu foco de investigação na possibilidade de pesquisar e refletir sobre a sua prática.

Para Bertoldo (2000), essas metodologias de pesquisa são utilizadas pelos lingüistas aplicados, principalmente nos cursos de formação de professores de LE, para que o aluno/professor seja teoricamente informado sobre a natureza da linguagem, bem como se proceder em relação à produção de conhecimento no qual é parte significativa. Isso permite-lhe engajar-se em uma teoria e ou abordagem que melhorará seu desempenho profissional.

Assim, na perspectiva de Bertoldo, há no discurso da LA a prescrição da metodologia interpretativa, pois nela reside a ilusão de um sujeito consciente que abarca toda a complexidade dos estudos da área por meio da produção de conhecimento plena.

No entanto, na seqüência observa-se um sujeito discursivo que, interpelado, assume uma postura de defesa dessa abordagem criticada por Bertoldo, deixando evidente sua filiação teórica em um lugar teórico da LA que vê no ensino reflexivo uma ferramenta relevante para problematizar o uso da linguagem e também as soluções de problemas concernentes ao seu uso.

A instância enunciativa sujeitucional autor, para sustentar essa tomada de posição, traz o dizer de que não só a LA faz uso de tais metodologias, o que visa inserir o referido campo no discurso científico, de uma disciplina que se utiliza de ferramentas e metodologias constituídas por saberes compartilhados e adotados por outros campos, de modo a afastar qualquer questionamento ou crítica, afirmando-se como legítima e dotada de credibilidade.

Além disso, ao afirmar que o pesquisador frente ao seu objeto não pode descartar nenhuma perspectiva, a instância enunciativa sujeitucional autor procura

atenuar sua inscrição nessa formação discursiva, imprimindo um “caráter objetivo” em seu dizer, como se todos os pesquisadores, não só da LA ou da AD, enfrentassem o dilema de optar por este ou aquele método, variável em relação ao seu objeto ou mesmo ao campo ao qual esteja inscrito, bem como à adequação às teorias vigentes no momento da realização das pesquisas.

Um outro silenciamento que a instância enunciativa sujeitucional autor promove é não esclarecer que Bertoldo sugere que a LA busque em áreas como a AD, Pragmática, Psicologia Cognitiva ou Sociolinguística, subsídios para que a LA amenize ou preencha as lacunas provenientes da dicotomia teoria-prática. Para nós, esse silêncio é constitutivo à medida que evidencia a direção motivacional que a instância enunciativa promove ao seu dizer, visando desconstruir todo o trabalho de pesquisa proposto por Bertoldo, que toma por objeto a instauração de uma ponte entre o campo da Linguística Aplicada e a rede conceitual da AD.

Assim, em ambas as seqüências **SD9** e **SD10** tem – se uma instância enunciativa sujeitucional autor que ocupa uma posição enunciativa no Discurso Acadêmico para tratar acerca das metodologias utilizadas pela LA. Essa instância faz uso de um discurso científico, ao afirmar que a LA não é uma ciência estática e uniforme em relação ao seu objeto. Para ela, a LA, como campo científico importante para se pensar acerca do ensino e aprendizagem de uma língua está em permanente reflexão sobre suas metodologias. E estas, quando adotadas, são sempre balizadas por referenciais teóricos, valores e práticas referentes a um contexto singular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos investigar como a instância enunciativa sujeitucional autor se constitui e se comporta na enunciação de um artigo científico, a partir de elementos que põem em evidência sua autoria.

Esta pesquisa foi desenvolvida tendo como pressuposto teórico a Análise do discurso francesa, tomando como hipótese a idéia de que os dizeres provenientes da instância enunciativa sujeitucional autor ocupam um lugar discursivo que revela a presença de outros sujeitos discursivos em contínua alteridade, promovendo apagamentos e deslocamentos de sentidos na instauração da enunciação.

Nessa lógica, o objetivo perseguido foi analisar os dizeres dessa instância, focados na multiplicidade de vozes presentes em sua constituição identitária e reveladores de vários sujeitos discursivos, a fim de analisar quais são essas vozes que circulam, além de identificar os discursos que eles carregam e em quais formações discursivas elas se circunscrevem.

Nesse sentido, acreditamos que os resultados da análise estão de acordo com a hipótese aventada, se observarmos que os dizeres oriundos das seqüências discursivas mostram uma oscilação de lugares discursivos, ressonâncias de sujeitos sociais no interior de uma formação discursiva que incide sobre um lugar discursivo cognitivista-positivista no interior da LA.

Assim, têm-se sujeitos discursivos que ocupam um lugar discursivo no campo da LA, funcionando como defensores e porta-vozes, precisamente vinculados ao sociointeracionismo e ao cognitivismo vygotskiano. Há, ainda, nos dizeres desses sujeitos, uma sobreposição de vozes que revelam equivocidades teóricas acerca do campo da AD, por exemplo, como o equívoco de inserção de autores como Althusser, Foucault, Pêcheux, Charaudeau e Authier-Revuz, fazendo supor que estes pertencem a um mesmo lugar epistemológico.

Tem-se também um sujeito discursivo que se apropria dos dizeres de Bertoldo e Coracini, deslocando sentidos desses dizeres para outras significações, de modo a ter uma ilusão de interferência na percepção de leitura de qualquer instância-sujeito que se sinta interpelada por essa enunciação, com o propósito de levá-la a constituir uma significação de que Bertoldo e Coracini partem de leituras equivocadas e não têm conhecimento do estado de arte da LA.

Enfim, no decorrer da pesquisa, procuramos mostrar que o artigo científico-acadêmico “Uma disputa no contexto brasileiro entre alguns seguidores de um modelo da Análise do Discurso (Linha francesa) e os que usam metodologias de pesquisa interpretativa e/ ou quantitativa em Linguística Aplicada” é constituído por vários sujeitos discursivos. Esses sujeitos parecem reunidos e representados pela figura da instância enunciativa sujeitucional autor como ilusão enunciativa de unidade, manifestada pela voz de uma tomada de posição de um *sujeito-scriptor*. Esse *sujeito-scriptor* parece ter assumido a tarefa de organizar a enunciação do artigo científico. Tal organização apresenta-se permeada por equívocos, contradições, apagamentos e silenciamentos constitutivos dos “próprios agentes”, que se colocam em uma alteridade descontínua, manifestada pela constituição languageira dessa instância enunciativa sujeitucional autor. É como se esses sujeitos discursivos outros nutrissem a ilusão enunciativa de que se apagariam na enunciação acadêmica que os revela, principalmente pelos enunciados e instâncias-sujeito citadas na nota (*) do referido artigo.

* Agradeço a leitura crítica das seguintes pessoas: a pós-graduanda Alessandra Sartori; os colegas Ana Maria Barcelos, Heloísa Britto de Mello, JoAnne Busnardo, José Carlos Paes de Almeida Filho, Maria Aparecida Caltabiano-Magalhães, Maria Helena Abrahão, Marilda Cavalcanti, Simone Reis, Telma Gimenez, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva e vários outros leitores anônimos e pareceristas que leram **diferentes versões** deste trabalho. **Assumo toda a responsabilidade pelas afirmações feitas.** (o grifo é nosso)

Assim, no artigo científico analisado há uma instância enunciativa sujeitucional autor, interpelada pela ideologia e pela determinação de uma memória do dizer que dá a este um efeito de autonomia e, também, uma pseudo-identidade. Para nós, essa ilusão se faz necessária para a constituição do próprio sujeito discursivo que se empresta enquanto instância enunciativa sujeitucional autor (“Assumo toda a responsabilidade pelas afirmações feitas”), uma vez que esta, circunscrita no campo epistemológico da LA, possui o desejo de abarcar uma coletividade teórica no interior do referido campo. Seria isso possível? Nessa condição enunciativa, a ilusão de autonomia é o que possibilita a essa instância enunciativa sujeitucional autor apagar ou “aplainar” os conflitos existentes em seu dizer, de modo a não desestabilizar espaços já cristalizados.

Além disso, esse momento se faz relevante para tecer algumas considerações gerais a partir do objetivo e dos resultados observados. No Capítulo I apresentamos como objetivo analisar os dizeres do sujeito discursivo que se instaura no gênero artigo-

científico, de forma a explicitar como este se instaura no gênero artigo científico, por meio da instância enunciativa sujeitucional autor.

No Capítulo II apresentamos uma reflexão teórica baseado em uma teoria interpretativa do discurso, elencando as noções-chave para a análise do artigo científico que tomamos como *corpus* da pesquisa.

No Capítulo III descrevemos um breve resumo das posições de Coracini (1998) e Bertoldo (2000) sobre a LA que serviram de condições de produção e matriz geradora do artigo científico utilizado como *corpus*.

Em seguida, procedemos à análise do corpus, na qual evidenciamos que a instância enunciativa sujeitucional autor serve como uma “representante” de vários sujeitos discursivos que encarna, já que dá uma “possível unidade” aos inúmeros sujeitos que se alternam e se configuram de acordo com os seus propósitos enunciativos, trazendo em seu bojo elementos constitutivos que revelam suas filiações teóricas, em consonância com o veículo em que circula (Revista Brasileira de Linguística Aplicada).

Nesse sentido, concluímos nosso trabalho deixando claro que o objetivo inicial foi atingido, mas não foi esgotado o seu propósito, visto que o artigo científico utilizado como corpus ainda tem muito a contribuir no que tange às reflexões sobre a manifestação da instância enunciativa sujeitucional em relação ao gênero, principalmente nos espaços que individualizam o sujeito próprios do gênero acadêmico-científico, bem como acerca das relações de poder de determinados grupos inscritos no espaço discursivo científico e suas implicaturas para o referido campo e práticas.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, L **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

ASHER, R. E. & SIMPSON, J. M. Y. **The Encyclopedia of Language and Linguistics**
Cambridge: Pergamon Press, 1994.

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre:EDPUCRS. 2004.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

____ **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec. 1988.

BERTOLDO, E. S. “Um discurso da lingüística aplicada: entre o desejo da teoria e a contingência da prática”. 2000. 284f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada/ Ensino-Aprendizagem de Segunda Língua e Língua Estrangeira) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 342p.

BERTOLDO²⁰, E. S. “O discurso de divulgação científica da lingüística aplicada”. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). **O desejo da teoria e a contingência da prática**. Campinas: Mercado de Letras. 2003a. 342p.

BERTOLDO, E. S. “Um discurso de LA: demarcando territórios”. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO E. S. (Org.). **O desejo da teoria e a contingência da prática**. Campinas: Mercado de Letras. 2003b. 342p.

BERTOLDO, E. S. “O discurso pedagógico da lingüística aplicada”. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). **O desejo da teoria e a contingência da prática**. Campinas: Mercado de Letras. 2003c. 342p.

²⁰ As repetições de entradas bibliográficas, tanto as referente a Bertoldo quanto às referentes a Coracini, se deram para obedecer a ordem de citação no corpo do texto de análise pela instância enunciativa sujeitudinal autor do artigo científico em estudo.

BRANDÃO, H.N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas. São Paulo:Ed. da UNICAMP.2002.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: EDUC. 1999.

CAMPILONGO, M. A. “A noção de sujeito em Foucault”. In: **Educação e Subjetividade**. No. 6. vol. 6. Porto Alegre:UFRGS. 1999. p. 63-72

CASTINEIRA, R.C.P. **Instâncias enunciativas Sujeitudoais na Obra de Katherine Mansfield**. Uberlândia: UFU. dissertação de mestrado.2006.

CHARTIER, Roger. “Figuras do Autor”. In: **A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII**. Brasília: EDUnb. 1998. p. 33-65.

____ **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: UFRGS. 2002.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

____ “Visées discursives, genres situationels et construction textuelle”. Paris:CAD/Paris XIII.1999.

CORACINI, M. J. R. F. **Identidade & discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Ed. da UNICAMP/ Chapecó: Argos Editora Universitária. 2003.

CORACINI, M.J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). **O desejo da teoria e a contingência da prática**. Campinas: Mercado de Letras. 2003. 342p.

CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. “Introdução”. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). **O desejo da teoria e a contingência da prática**. Campinas: Mercado de Letras. 2003. 342p.

CORACINI, M. J. “O discurso da lingüística aplicada e a questão da identidade: entre a modernidade e a pós-modernidade”. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.).

O desejo da teoria e a contingência da prática. Campinas: Mercado de Letras, 2003a. 342p.

CORACINI, M. J. “O olhar da ciência e a construção da identidade do professor de língua”. In: CORACINI, M.J.; BERTOLDO, E. S. (Ed.). **O Desejo da Teoria e a Contingência da Prática.** Campinas: Mercado de Letras. 2003b. 342p.

CORACINI, M. J. “A consciência crítica nos discursos sobre e da sala de aula”. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). **O desejo da teoria e a contingência da prática.** Campinas: Mercado de Letras. 2003c. 342p.

CORACINI, M. J. “A consciência crítica nos discursos sobre e da sala de aula”. In: CORACINI, M.J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). **O desejo da teoria e a contingência da prática.** Campinas: Mercado de Letras. 2003d. 342p.

CORACINI, M. J. “A abordagem reflexiva na formação do professor de língua”. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). **O desejo da teoria e a contingência da prática.** Campinas: Mercado de Letras. 2003e. 342p.

CORACINI, M. J. “A teoria e a prática: A questão da diferença no discurso sobre e da sala de aula”. In: **D.E.L.T.A.** v.14. n. 1. São Paulo:EDUC. 1998. p. 33-57.

FERNANDES, C. A. & SANTOS, J. B. C. **Análise do Discurso: unidade e dispersão.** Uberlândia: EntreMeios. 2004.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola. 1996.

_____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal. 1995.

_____. **O que é um autor?** Passagem, 1992.

GAUTHIER, C. & TARDIF, M. “Elementos para uma análise crítica dos modos de fundação do pensamento e da prática educativa”. In: **Contexto e Educação**. v. 12, n. 48. Ijuí:UNIJUÍ. 1997. p. 37-49.

KOCH, I. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez. 1997.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1998

_____ **Novas tendências em análise do discurso**. 2ºed. Campinas: Editora da Unicamp/Pontes.1993.

NOGUEIRA, C. M. M. “Considerações sobre o modelo de Análise do Discurso de Patrick Charaudeau”. In: **Ensaio**. Vol. 6. No. 1. Belo Horizonte:FAE/UFMG. www.fae.ufmg.br/ensaio/v6_n1/nogueira .2004.

ORLANDI, E. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas:Pontes. 2004.

_____ **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas, Pontes, 3 ed. 2001.

_____ **Autoria e interpretação**. In: **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis. Vozes. 1996.

_____ **Gestos de Leitura: da história no discurso**. Campinas:Ed. da UNICAMP. 1994.

_____ **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes. 1987.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. 2ºed. Campinas: Editora da Unicamp. 1997.

_____ **Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. Campinas: ED. da UNICAMP. 1990. p. 61-162.

- _____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes. 1990.
- SANTOS, J.B.C. **A Instância enunciativa sujeitucional**. Uberlândia: LEP/GPAD/ILEEL/UFU. 2008. no prelo.
- _____. “O gênero textual como manifestação discursiva”. In: **Gêneros: Categorias de Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG. 2004a. p. 327-338.
- _____. “Manifestações de polifonia no discurso universitário institucional”. In: FERNANDES, C.A. et al. (org.) **Sujeito, Identidade e Memória**. Uberlândia:EDUFU. Coleção Lingüística in *Focus* vol. 2. 2004b. p. 249-269.
- _____. **Por uma teoria do discurso universitário institucional**. Belo Horizonte: POSLIN/FALE/UFMG; Tese de Doutorado. 2000.
- _____. “Lugares discursivos: influências no ensino e na escrita”. In: **Letras & Letras**. vol. 15. Uberlândia:EDUFU. jul/dez 1999. p. 37-51.
- SCHMITZ, J. R. “Uma disputa no contexto brasileiro entre alguns seguidores de um modelo da Análise do discurso (Linha francesa) e os que usam metodologias de pesquisa interpretativa e/ou quantitativa em Lingüística Aplicada”. In: **Revista Brasileira de Lingüística Aplicada**. vol. 5. n° 1. Belo Horizonte:ALAB/UFMG. 2005. p. 11-42.
- WILLEMART,P. “O manuscrito em Gustave Flaubert. Transcrição, classificação e interpretação do proto-texto do primeiro capítulo do conto ‘Hérodias’”. In: **Boletim** n° 44. São Paulo:USP. 1984.

ANEXOS

Uma disputa no contexto brasileiro entre alguns seguidores de um modelo da Análise do Discurso (Linha francesa) e os que usam metodologias de pesquisa interpretativa e/ou quantitativa em Lingüística Aplicada

John Robert Schmitz

Unicamp

The purpose of this paper is to examine recent views of applied linguistics (AL) in the Brazilian context presented by some of the followers of the French school of discourse analysis (DA). Coracini (1998), Bertoldo (2000) and Coracini and Bertoldo (2003) argue that AL dichotomizes theory and practice. In their view, qualitative and quantitative methods provide questionable results since those methods are based on the premise that a conscious subject can make use of the results of research to effect changes in the teaching/learning of foreign and second languages. I contend that the arguments advanced fail to engage AL in a fair debate.

A finalidade deste trabalho é examinar interpretações recentes da lingüística aplicada (LA) no contexto brasileiro formuladas por alguns seguidores da escola francesa de análise de discurso (AD). Coracini (1998), Bertoldo (2000) e Coracini e Bertoldo (2003) argumentam que a LA dicotomiza a teoria e a prática. Segundo eles, os métodos quantitativos e qualitativos fornecem resultados questionáveis, devido ao fato de esses métodos se basearem na premissa de que um sujeito consciente pode fazer uso dos resultados advindos da pesquisa para efetuar mudanças no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e segunda. Afirmo que os argumentos deixam de engajar a LA num debate justo.

Uma disputa no contexto brasileiro entre alguns seguidores de um modelo da Análise do Discurso (Linha francesa) e os que usam metodologias de pesquisa interpretativa e/ou quantitativa em Lingüística Aplicada*

John Robert Schmitz

Unicamp

The purpose of this paper is to examine recent views of applied linguistics (AL) in the Brazilian context presented by some of the followers of the French school of discourse analysis (DA). Coracini (1998), Bertoldo (2000) and Coracini and Bertoldo (2003) argue that AL dichotomizes theory and practice. In their view, qualitative and quantitative methods provide questionable results since those methods are based on the premise that a conscious subject can make use of the results of research to effect changes in the teaching/learning of foreign and second languages. I contend that the arguments advanced fail to engage AL in a fair debate.

A finalidade deste trabalho é examinar interpretações recentes da lingüística aplicada (LA) no contexto brasileiro formuladas por alguns seguidores da escola francesa de análise de discurso (AD). Coracini (1998), Bertoldo (2000) e Coracini e Bertoldo (2003) argumentam que a LA dicotomiza a teoria e a prática. Segundo eles, os métodos quantitativos e qualitativos fornecem resultados questionáveis, devido ao fato de esses métodos se basearem na premissa de que um sujeito consciente pode fazer uso dos resultados advindos da pesquisa para efetuar mudanças no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e segunda. Afirmo que os argumentos deixam de engajar a LA num debate justo.

* Agradeço a leitura crítica das seguintes pessoas: a pós-graduanda Alessandra Sartori; os colegas Ana Maria Barcelos, Heloísa Britto de Mello, JoAnne Busnardo, José Carlos Paes de Almeida Filho, Maria Aparecida Caltabiano-Magalhães, Maria Helena Abrahão, Marilda Cavalcanti, Simone Reis, Telma Gimenez, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva e vários outros leitores anônimos e pareceristas que leram diferentes versões deste trabalho. Assumo toda a responsabilidade pelas afirmações feitas.

Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 5, n. 1, 2005

Dimensões da Análise do Discurso (AD)

O campo denominado Análise do Discurso (doravante AD) abarca uma gama de diferentes posturas teóricas que compartilham um enfoque em textos orais e escritos, ao invés do estudo de sentenças inventadas fora de contexto (CHAFE, In: BRIGHT,

1992), enfoque este que caracterizou a lingüística descritiva (estrutural) e a gerativotransformacional. Em vez de enumerar as diferentes correntes existentes na AD, Charaudeau (1999, p. 32-36) descreve três diferentes problemáticas: (i) “a cognitiva e categorizante”, (ii) “a comunicativa e descritiva” e (iii) “a representacional e interpretativa”.

A primeira concebe um “sujeito cognitivo” (p. 33) que focaliza “os jogos de coerência e coesão de um texto, assim como certas palavras do discurso (conectores, modalidades)”. Importante nessa corrente é o estudo de esquemas, roteiros e scripts e a sua importância na organização do discurso.

A segunda perspectiva teoriza um “sujeito de comunicação definido por sua identidade psicológica e social” (p. 34). Tal sujeito se concretiza numa “relação de intersubjetividade” com outro sujeito; ele pode ser produtor ou receptor dos discursos. Para Charaudeau, essa vertente da AD tem como objeto de estudo um corpus que abrange uma variedade de textos construídos pelos sujeitos que “pertencem a um certo tipo de situação comunicativa” (p. 35), tais como textos publicitários, jornalísticos, políticos e didáticos. O referido corpus é construído e “... é produto dessa visão empírica do objeto de estudo” (p. 35).

Na terceira perspectiva, “a representacional e interpretativa”, de acordo com a análise de Charaudeau, em primeiro lugar, os sujeitos constroem “discursos de representação” utilizados para “julgar a realidade”. Os textos que eles aceitam e os que eles rejeitam servem para representá-los como membros de um determinado grupo social. Nessa corrente da AD, constrói-se “... uma consciência social do sujeito”. Charaudeau afirma que a referida consciência “... não é necessariamente consciente e que a sobredetermina parcialmente” (p. 36). O objeto de estudo dessa problemática representacional, segundo Charaudeau (p. 36), é “... definido através de hipótese sobre a existência de representações socio-discursivas dominantes em um dado momento [histórico] de uma sociedade...”. Nessa corrente é necessário formular hipóteses sobre os diferentes posicionamentos sociais, em conjunto com as práticas discursivas (ênfases de Charaudeau) produzidas pelos sujeitos nos diferentes textos analisados. Surge, no entanto, um problema nessa vertente com respeito à função do sujeito, pois, por um lado, ele pode ser visto como ativo (sujeito consciente) ou, por outro, pode ser visto como passivo, “completamente diluído na consciência do grupo social”. Charaudeau informa que o sujeito passivo é considerado uma ilusão (ênfase do autor) e, em vez de

ser um eu, é um isso, pré-construído, nos termos de Pêcheux, ora ideológico, na visão de Althusser, ora inconsciente, na de Authier-Revuz.

Um artigo assinado por A. McHoul na *Encyclopedia of Language and Linguistics* (v. 2, ASHER e SIMPSON (Org.), 1994) exemplifica ainda outra maneira de olhar a AD, pois o referido autor apresenta três principais abordagens da disciplina: (i) a formal, (ii) a empírica e (iii) a crítica. Por ser um campo muito vasto, é difícil dar conta de todas as diferentes vertentes e também de todos os especialistas que se declaram analistas do discurso. Nenhuma classificação realmente satisfaz. Todavia, o artigo de McHoul permite ver, em linhas gerais, as diferenças entre as várias “escolas”.

A abordagem formal se origina do trabalho pioneiro de Harris (1952) e Mitchell (1957), que vêem o discurso como texto, escrito ou oral. Incluídos nessa abordagem estão o funcionalismo sistêmico de Halliday (1973) e o trabalho de Hodge e Kress (1988) e Mey (1985). Para McHoul, a abordagem formal tem duas dimensões: uma postura crítica e política, por um lado, e, por outro, uma postura mecanicista, exemplificada nas reflexões de Grice (1975) sobre os atos da fala e nas contribuições dos que trabalham com a lingüística do texto (LD), especificamente de Beaugrande (1980, 1984) e Dressler (1985), entre outros.

A segunda abordagem, a empírica, está voltada para a análise da conversação (doravante, AC). Inserida nessa abordagem, McHoul se refere à escola de Birmingham e ao trabalho de Sinclair e Coulthard (1975), por ele considerada a mais produtiva no estudo da AC.¹ 1 Considerando que não me refiro diretamente, no corpo do trabalho, às fontes citadas por McHoul no artigo assinado na *Encyclopedia of Language and Linguistics*, v. 2, em vez de incluí-las na bibliografia final, arrola as mesmas a seguir, nesta nota: BEAUGRANDE, R. de. *Text, Discourse and Process*. London: Longman, 1980; BEAUGRANDE, R. de. *Text Production*. Norwood, N.J.: Ablex, 1984; DRESSLER, Wolfgang. *Morphology*. In: VAN DIJK, T.A. (Org.). *A Handbook of Discourse Analysis*.

Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 5, n. 1, 2005

A terceira abordagem da AD, a crítica, está ligada ao trabalho dos teóricos europeus do discurso (“continental discourse theorists”), como Foucault, Lyotard, Pêcheux, de Certeau e Fairclough. Essa vertente tem a sua origem na tradição filosófica francesa. Segundo essa abordagem, num momento histórico determinado somente é possível falar ou escrever de um dado assunto ou tema numa maneira específica, mas não em outra. O que é interessante nessa abordagem é que os eventos não acontecem ao acaso, pois, para Foucault, existem “relações de poder”.

Com base nas concepções do sujeito aportadas pelas diferentes vertentes da AD, observa-se que o estudo do discurso tem contribuído para modificar e ampliar profundamente o escopo da Lingüística. Em lugar de uma preocupação exclusiva com a fonologia, a morfologia e a sintaxe, vários lingüistas, a partir da década de 70, começaram a estudar a organização, a produção e a recepção de textos. Com apenas pouco mais de trinta anos de existência, existe uma vasta bibliografia especializada, publicada em diferentes idiomas, voltada para uma gama de interesses. Em língua francesa, as revistas *Langages* e *Langue Française* publicam, com muita frequência, artigos sobre o discurso. Em língua inglesa, duas revistas importantes são: *Discourse Processes* e *Discourse & Society* (VAN DIJK, 1990). No contexto brasileiro, é muito expressivo o número de trabalhos em AD, em todas as suas vertentes. Os anais dos congressos da ABRALIN e da ALAB atestam essa realidade. A AD trouxe ao âmbito dos estudos da linguagem uma notável interdisciplinaridade dentro da própria Lingüística e também no campo de Lingüística Aplicada (doravante LA).

No contexto brasileiro nos últimos anos, alguns especialistas que trabalham na área de LA (CORACINI, 1998; CORACINI e BERTOLDO, 2003 e BERTOLDO, 2000) têm recorrido à AD, especificamente à linha francesa e, em particular, a algumas idéias advindas de pensadores como Foucault, Derrida, Lacan, Pêcheux e outros, com o intuito de questionar a própria disciplina de LA quanto (i) à relação entre teoria e prática, (ii) às metodologias utilizadas, a qualitativa, por um lado e a quantitativa, por outro, (iii) à noção de sujeito consciente. A respeito dessa postura, este trabalho tem a finalidade de analisar os artigos de Coracini, (2003a, b, c, d, e) e de Bertoldo (2003a, b, c), publicados na coletânea intitulada *O Desejo da Teoria e a Contingência da Prática*, além de uma tese de doutoramento de autoria do último autor, com título

semelhante: “Um Discurso da Lingüística Aplicada: Entre o Desejo da Teoria e a Contingência da Prática”. Devido ao fato de que o meu enfoque de interesse é a LA e de que Coracini e Bertoldo lidam diretamente com essa disciplina, diferentemente de outros analistas do discurso que nada dizem a respeito da referida área, justifico o espaço dedicado a uma análise de suas idéias.

Desilusão e rompimento

O que motiva o trabalho é a desilusão com respeito à LA por parte de Bertoldo, na qualidade de professor de língua estrangeira. Bertoldo relata que, ao longo dos dez anos de sua experiência em nível universitário e secundário, ele considerava as idéias da LA como “...fontes seguras para o ‘bom’ (ênfase de Bertoldo) exercício da profissão” (p. 11). Para ele, a LA servia como “modelo a ser seguido” para “a boa formação” de professores de língua estrangeira. O autor afirma que procurava na disciplina LA, entre outros subsídios, “... estratégias de ensino e aprendizagem, abordagens mais sistemáticas de gramática, de uso da linguagem para comunicação, dos aspectos culturais na aprendizagem das línguas estrangeiras” (p. 11), aspectos esses que contribuiriam para o sucesso do “bom” professor (aspas de Bertoldo). Mas, ao que tudo

indica, ele não encontrou respostas. Assevera que a LA apresenta subsídios relativos às habilidades necessárias que os professores devem adquirir para serem docentes competentes. Embora não explicita os subsídios aos quais ele se refere, o autor conclui, com base no seu contato com a LA, que sua prática pedagógica se pautava pela idealização de um bom professor. Na bibliografia do trabalho, há uma única referência ao referido assunto, um artigo da autoria de Moskovitz (1976), que tem por título “The Classroom Interaction of Outstanding Foreign Language Teachers” (*Foreign Language Annals* 9, p. 135-143, 146-157). Em minha visão, Bertoldo rejeita a idéia do “bom” professor e, por esse motivo, não teria por que explicitá-la. Essa postura sugere que, sendo um ideal e um produto do nosso imaginário, nada pode ser feito.

Bertoldo manifesta seu descontentamento com os cursos de formação de professores de LA, por estarem marcados por uma crença no “componente teórico”. Para ele, a teoria não é posta em prática no ambiente da sala de aula. O pesquisador também relata que os professores formadores reclamam que os alunos-professores “não são capazes de colocar em prática os vários conteúdos que são tratados” (p. 20). Bertoldo, no entanto, não dá exemplos de quais conteúdos ele recomenda serem colocados em prática nas aulas de língua estrangeira. Não é claro o

que Bertoldo quer dizer com as palavras “a teoria não é posta em prática”. Estaria advogando a aplicação de teoria(s)? Van Lier (1996, p. 2) observa que o conhecimento teórico pode ser útil, sem necessariamente ter “uma aplicabilidade imediata”.

Bertoldo informa que não encontrou espaço na universidade e nem tampouco nos subsídios da própria LA “... para considerar a possibilidade de que a teoria não estivesse em perfeita harmonia com aquilo que deveria explicar, ou mesmo fazer funcionar” (p. 12-13). Analisando as próprias afirmações de Bertoldo, observamos que ele está insatisfeito com a LA por acreditar que essa disciplina impeça o entrosamento da teoria com a prática, o que parece ter a ver com a visão de LA que talvez tenha construído em sua formação e não necessariamente com vários modos de entender e fazer LA. Na qualidade de professor da disciplina Prática de Ensino de Língua Inglesa, Bertoldo relata a sua decepção com a LA. Ele relata que a LA apregoa uma articulação entre teoria e prática, mas que não se concretizou, em nenhum momento na sala de aula, aquela articulação, por “...ser efeito de sentido de seu discurso” (“seu discurso” = o de LA) (p. 14). Daí se origina a motivação pelo rompimento com o discurso da LA e a aceitação, por Bertoldo, dos conhecimentos advindos de uma vertente da AD.

Na função de professor universitário de metodologia de ensino de línguas e de LA, Bertoldo ficou desiludido com sua prática, porque “... entendíamos teoria e prática como duas instâncias que se encaixam, fazendo funcionar harmoniosamente a trama da sala de aula” (p. 12). No decorrer de seu relato, Bertoldo se refere à teoria de aquisição de Krashen, pois em suas palavras, “[A]ssim estávamos inseridos nos vários estágios e momentos da LA” (p. 13). Em nenhum momento ele analisa criticamente a referida teoria e, na verdade, deixa de informar que a proposta de Krashen continua sendo alvo de debate e de polêmica. Um bom exemplo é as críticas por McLaughlin (1978, 1980) às hipóteses de aquisição de L2 formuladas por Krashen. Considerar que a LA está associada às idéias de Krashen é uma visão reducionista do campo. A crítica acirrada às afirmações de Krashen, chamada em língua inglesa de “Krashen bashing”, mostra, no âmbito de LA, que não há unanimidade a respeito das afirmações aventadas por Krashen e outros pesquisadores. Cabe observar que Krashen é um pesquisador importante na área, mas ele não representa a totalidade de pensamento na disciplina de LA. Essa visão reducionista do campo de LA, aliás, perpassa toda a formulação

de Bertoldo e Coracini.

Coracini(2003a, p. 273),ao interpretar o trabalho de Krashen (1982), informa que “aprende-se uma LE, mas se adquire a LM”. Trata-se de um equívoco, pois segundo o “modelo monitor” proposto por Krashen, a noção de aquisição é um processo natural e subconsciente, funcionando como a força motriz no desenvolvimento de fluência numa língua estrangeira. Para Krashen, a aprendizagem é um processo consciente, cuja funçãoé a de monitorar ou “editar” o desempenho dos falantes.

Nesse modelo proposto por Krashen, o papel da aprendizagem é menor do que o da aquisição (CRYSTAL, 1997, p. 376-377). O que é original no pensamento de Krashen é a possibilidade de replicação, na sala de aula de língua estrangeira, das condições ocorridas na aquisição da primeira língua (L1), através da apresentação de oportunidades para ouvir e falar.

Coracini (2003e, p. 273) declara que “...quanto mais conscientes forem as estratégias, maior será a capacidade de controle ou de monitoramento do próprio processo de aprendizagem e, portanto, maior será o seu sucesso.” Eis aqui outro mal-entendido com respeito à proposta de Krashen, pois o que é importante para ele é a aquisição em forma de insumo significativo, e não a aprendizagem de regras gramaticais, repetição de estruturas descontextualizadas ou memorização de vocabulário. O monitoramento a que se refere Krashen não tem nada a ver com a aquisição, pois o referido fenômeno ocorre quando o aluno pensa sobre a forma gramatical e as regras da língua estrangeira. Krashen não se encontra, diga-se de passagem, entre os especialistas que recomendam a utilização de estratégias.

Bertoldo informa que recorre à AD para ter “um outro olhar” sobre a prática de ensino de língua estrangeira e a preparação de professores de idiomas. Acredito que o autor poderia ter aprofundado sua discussão no que tange às reflexões e afirmações de Foucault e de Derrida, dado o impacto das idéias dos referidos filósofos da linguagem para uma gama de áreas de conhecimento. Ou poderia ter alinhavado uma resenha bibliográfica especificamente dedicada às idéias complexas e relevantes dos dois renomados filósofos, para dar uma idéia geral da profundidade de pensamento dos mesmos.

No caso de Foucault, suas reflexões sobre o papel das diferentes disciplinas na construção de discursos específicos com o intuito de controlar o pensamento dos próprios estudiosos ou “discípulos” na implantação de verdadeiras hegemonias

intelectuais são norteadoras para o entendimento do funcionamento do poder nas relações humanas. O questionamento por Foucault da noção de autoria é essencial para uma visão do texto como algo compartilhado, repleto de diferentes vozes e sempre localizado num determinado tempo histórico.

Bertoldo também informa (p. 13) que o contato com o pensamento de Foucault (1979/1995, p. 13)² contribuiu para que ele concebesse a LA de forma diferente. Antes do referido contato, ele observa que “... a verdade construída no e pelo discurso de LA nos constituía ao nosso discurso”. Cabe perguntar que “verdade” é essa que Bertoldo atribui à LA. O referido campo se caracteriza por uma variedade de opiniões, teorias conflitantes, hipóteses não convergentes com respeito à aquisição e à aprendizagem de língua estrangeira, uma área de pesquisa importante na LA. Seria temerário afirmar que os lingüistas aplicados considerassem a pesquisa como verdade. A leitura da literatura

especializada da AD, especificamente a referida obra de Foucault, contribuiu para seu entendimento de que “... as teorias, as abordagens endossadas pela LA...” (p. 13) são produzidas num determinado momento histórico e construídas por uma comunidade acadêmica, isto é, pelos membros de uma disciplina específica, nesse caso, pelos lingüistas aplicados. Seguindo as reflexões aventadas pelo referido filósofo, Bertoldo observa que as diferentes teorias têm a função de controlar e patrulhar, sendo, assim, um “exercício do poder” no âmbito duma determinada disciplina. Não tenho certeza, todavia, se ele chegou a perceber que as próprias idéias de Foucault e de Derrida também são uma apropriação de poder. Todo discurso é uma apropriação, isto é, funciona como tentativa de questionar e persuadir um outro. É importante também observar que existem diferentes “leituras” de Foucault. Muckelbauer (2000), por exemplo, afirma que na filosofia de Foucault existe a possibilidade de resistência e da existência de ação por parte de sujeitos do discurso. Esse autor cita as próprias palavras de Foucault (1980, p. 74): “...o indivíduo não é uma entidade pré-determinada acoitada pelo exercício de poder por parte de um outro ou outros. O indivíduo com identidade e características, é o produto de uma relação de poder” (tradução minha). Muckelbauer (2000, p. 77) conclui que “[A]s relações de poder não restringem simplesmente sujeitos mas são precisamente as coisas que as produzem” (tradução minha). A insatisfação de Bertoldo com a LA é exacerbada pelo fato de que a referida disciplina “apaga os conflitos entre teoria e prática”, mantendo, dessa forma, um fosso entre as duas. O resultado desse estado de coisas é que não existe na LA o que ele chama de “discurso-prática”. Dado a pleora de material didático na área de ensino-aprendizagem e metodologias de ensino no campo de LA e sem uma definição ou

explicação do que seria a noção “discurso-prática”, pergunto se o quadro por ele construído reflete a práxis na área neste início do século XXI.

Bertoldo, seguindo a sua visão da AD, questiona se é realmente possível que o pesquisador mude a prática, lançando mão de técnicas de conscientização e reflexão. Há professores que acreditam firmemente que mudanças na prática ocorrem na sala de aula graças ao ensino reflexivo e a uma metodologia voltada para a execução de tarefas e atividades de conscientização. Se eu interpreto bem as idéias aventadas por Bertoldo, para ele tais mudanças dificilmente podem ocorrer. Esse fatalismo ou determinismo está também presente nas reflexões de Coracini (2003e, p. 325), que escreve nestes termos:

Ao mesmo tempo em que como professores buscamos ser autônomos, independentes, somos inelutavelmente dependentes das autoridades, dos especialistas, dos livros didáticos: ao mesmo tempo em que buscamos a coerência, deparamos com o conflito e a contradição, o que nos leva a crer na necessidade de conviver com o plural, com o diferente, com o eterno adiamento do gozo.

Observa-se no trecho acima que Coracini faz um papel duplo, pois, por um lado, ela é a autora do trabalho em tela (“autoridade” e “especialista”) e, por outro, ela é também professora e recorre à estratégia retórica de se incluir (“como professores buscamos...”, “somos dependentes”). É bom lembrar que muitos dos seus interlocutores são, na vida real, “autoridades” ou “especialistas” (diretores de escola, pesquisadores, autores de livros didáticos) que, de fato, convivem diariamente com o conflito e a contradição e também com a pluralidade e a diferença. Uma dificuldade sentida na leitura de Coracini é que ela não informa o que significa o termo “gozo”. Não sei se o “gozo” a que se refere Coracini é sempre postergado, pois os indivíduos que publicam artigos e livros (Coracini incluída) “gozam” de sua qualidade de autor(idade) e de especialista. Daí se vê que esses indivíduos não são vítimas, mas participantes ativos (e conscientes?) na construção de seus próprios discursos.

Com respeito à formação de professores e à desconstrução, Bertoldo (2000) comenta nestes termos: Consideramos, portanto, que a desconstrução permite olhar para questões de ensino/aprendizagem, formação de professores de língua materna e estrangeira, de modo a abrir espaços para outros olhares que não sejam as óticas positivistas e, muitas vezes solucionistas e imediatistas que têm marcado a área de LA (p. 61).

O problema com a afirmação de Bertoldo é o fato de que ele não informa quais trabalhos específicos escritos por lingüistas aplicados são “muitas vezes solucionistas e imediatistas. Ele também deixa de identificar as pesquisas “positivistas” às quais não seriam pertinentes os adjetivos por ele usados (“solucionistas” e “imediatistas”), estando, portanto, fora do alcance do modalizador “muitas vezes”. Outro problema detectado na citação acima apresentada é que Bertoldo engloba todas as pesquisas realizadas no momento como sendo “positivistas”,³ quando na verdade existe em LA uma gama de diferentes tipos de metodologia de pesquisa, tais como o método quantitativo (empírico

3 Stephan Fuchs, no trabalho *Positivism is the organizational myth of science*, *Perspectives on Science*, v. 1, p.1-23, 1993, argumenta que a ciência não é um edifício unificado de crenças. Existem diferentes cientistas com diferentes visões, tais como os “realistas”, “os positivistas”, “os pragmatistas”, “os indutivistas”, “os instrumentalistas” e os “falsificacionistas” (p. 1).

positivista) e o método qualitativo, que abarca o interpretativo e o etnográfico. O assunto é muito mais complexo.

Embora não afirme explicitamente, segundo a minha leitura, Bertoldo está sugerindo que o método interpretativo (qualitativo) não tem nenhum valor e deveria ser descartado. O que restaria, então? O problema é que as críticas feitas por Bertoldo são generalizáveis a uma gama de disciplinas. A LA não é a única disciplina que recorre a um método interpretativo ou etnográfico. A sociologia, a antropologia e a pedagogia também recorrem ao referido método. Na área de psicologia social e no contexto brasileiro, Spink e Menegon (2000, p. 78) afirmam que ambos os métodos (ou metodologias) “... produzem versões sobre o mundo”. As referidas autoras enfatizam a responsabilidade dos pesquisadores, independentemente da opção por um dos métodos ou pelo uso dos dois.

Para ter condições de sustentar uma argumentação contrária à metodologia de cunho qualitativo, o autor, para convencer, teria de fornecer dados e citar um número razoável de casos específicos de pesquisas que mostrassem a suposta inviabilidade do uso de tais

modelos. Quanto à pesquisa qualitativa, Bertoldo nada informa a respeito do andamento de pesquisa nessa modalidade. A consulta a uma fonte segura na área de pesquisa qualitativa como o *Handbook of Qualitative Research*, organizado por Denzin e Lincoln (1994), teria sido útil para auxiliar futuros lingüistas aplicados no seu trabalho e para evitar quaisquer posturas aprioristas ou meramente preconceituosas. Esse livro oferece uma definição da referida atividade, que não somente informa, mas também surpreende. Segundo os autores, “[A] pesquisa qualitativa abrange duas tensões ao mesmo tempo. Por um lado, ela está voltada para uma sensibilidade ampla, interpretativa, pós-moderna, feminista e crítica. Por outro, está voltada para uma concepção mais estreitamente definida da experiência humana e à sua análise positivista, pós-positivista, humanista e naturalista (p. 4).

Da leitura do trecho acima, depreende-se que todas as atividades de pesquisa são altamente complexas e realmente não se pode descartar sumariamente nenhuma perspectiva. Daí se vê que a própria visão traçada por Bertoldo a respeito da pesquisa qualitativa não mostra essa complexidade e a seriedade acadêmica do referido método. Na sua própria pesquisa, Bertoldo (2000, p. 22) não deixa de recorrer a um “método” ou metodologia de pesquisa, pois ele apresenta o que ele vê como hipótese: (“A LA não dá conta do fato de que a relação entre teoria e prática se constitui de

conflitos e contradições.”). Mas, o que está entre parênteses é formulada como afirmação e não como hipótese. Além disso, ele formula perguntas de pesquisas às quais ele responde na conclusão, com base na sua interpretação dum ‘corpus’ (i) gravações em áudio de aulas de LA de três cursos de licenciatura em letras em universidades paulistas, (ii) análise de três textos consultados nos cursos observados e depoimentos dos discentes, (iii) análise do discurso de documentos oficiais voltados para o ensino/aprendizagem de idiomas. Com base nessas atividades, perguntaria se Bertoldo também não estaria “interpretando” conscientemente depoimentos e registros escritos. Tenho a impressão de que ele lança mão de uma metodologia empírico-positivista que ele mesmo condena. Do ponto de vista “formal”, Bertoldo segue o procedimento de triangulação usado na pesquisa etnográfica. Todavia, a própria triangulação é questionada por Coracini (2003a, p. 112) que a considera como produto da “... cultura ocidental cristã, a sabedoria, a totalidade, a completude, o infinito, a verdade, a perfeição, evocando, simbolicamente, a Santíssima Trindade”.

O verdadeiro culpado: a ciência moderna?

Um problema detectado no trabalho é o fato de que a palavra “ciência” em nenhum momento é definida. Bertoldo de fato menciona que há diferentes tipos de ciência. Ele se refere (p. 32) às ciências formais, às ciências empírico-formais ou exatas e às ciências

hermenêuticas ou interpretativas. Todavia, ele não procura identificar diferenças entre elas. Ao longo do trabalho, existem numerosas referências à “ciência moderna”. O que não é por ele explicitado é que as ciências exatas, como a física ou a matemática, funcionam em geral diferentemente das ciências naturais, como a biologia ou a geologia.

As ciências humanas (ou sociais), como a sociologia e a psicologia, lidam com seres humanos e são bastante diferentes da física e da geologia, voltadas para fenômenos da natureza. Subjacente à insatisfação com a postura intelectual da LA, existe na proposta de Bertoldo uma crítica à própria ciência moderna, por “... caminhar para a certeza, a objetividade e a completude” (p. 172). Além disso, ao criticar o uso da palavra “ciência”, Bertoldo concebe a ciência como atividade muito rígida, provavelmente sinônimo de experimento.

(i) A procura pela certeza na ciência moderna

Quanto à afirmação de que a “ciência moderna busca a certeza”, cumpre observar que nem sempre a ciência encontra “aquela” certeza e que os cientistas estão plenamente “cientes” de que não há certezas absolutas. A própria história da ciência mostra momentos de crise e de fracasso. Muitas descobertas científicas foram realizadas por acaso. A ciência se pauta pela revisão de suas hipóteses e não chega realmente a verdades, mas a “verdades aproximadas”, pois as conclusões científicas são parciais (incompletas) e sempre passíveis de revisão ou reformulação. Segundo M. J. Roberts (1974), no artigo intitulado “On the Nature and Condition of Social Science”, a ciência não busca “a verdade”, mas o que ele chama de “uma melhor formulação” ou explicação para um fenômeno específico que é estudado pelo cientista num momento determinado. Com respeito a “regimes de verdades” sempre mencionados na literatura de AD, concordo com o ponto de vista de Possenti (2002, p. 238), que afirma nestes termos: “Assim, tanto pode haver erro na ciência quanto verdade fora dela, o que não transforma a primeira em não científica, nem os outros discursos que contêm verdades em ciência.”

(ii) a objetividade

Bertoldo não pormenoriza sua crítica à objetividade da ciência moderna. A “objetividade” da física ou da química é bem diferente da “objetividade” das ciências sociais, como a sociologia e a antropologia. A física e a química tratam das leis e dos fenômenos da natureza, ao passo que a sociologia e a antropologia lidam com seres humanos, cujo comportamento não pode ser comparado com as leis do universo.

Com base nos seus comentários, acredito que Bertoldo vê a ciência exclusivamente como fruto de trabalho em laboratório. A sua concepção da ciência, na sua totalidade, como uma prática exata ou rígida, é desmentida quando se examinam recentes desenvolvimentos nos últimos anos. Stewart(1990, apud, THOMAS, 1997,p. 87-88) comenta que a física é influenciada pelas idéias pós-modernas: todo saber é fragmentário e os próprios físicos têm pleno conhecimento de que os fenômenos por eles estudados “... se tornam cada vez mais transitórios, frágeis ou, em outras maneiras, vulneráveis face à observação e mensuração”. Fenômenos como a consumação do átomo radioativo e a indeterminação quântica, segundo Stewart, são vistos pelos cientistas como sendo “determinados por acaso, e não por lei” (tradução minha).

Esse autor se refere à teoria de caos/complexidade proposta por Gleick (1987), que enfatiza a imprevisibilidade, a acidentalidade e a não linearidade dos acontecimentos naturais. Essa nova orientação científica tem chamado a atenção de especialistas no campo de LA. Larsen-Freeman (1997, p. 142) afirma que existem semelhanças entre os

sistemas complexos não-lineares que ocorrem na natureza e os processos que ocorrem na aquisição de línguas. Ela argumenta que a teoria do caos possivelmente sirva como “alternativa ao pensamento linear e reducionista que tem dominado a ciência desde os tempos de Newton”. Van Lier (1994, p. 342) também observa que a referida teoria de

complexidade tem contribuído para o questionamento de causalidade nas ciências naturais. De acordo com van Lier, uma postura positivista, a busca de leis causais e generalizações fechadas, e a escolha forçada entre a objetividade ou a subjetividade (ênfase minha), tem sido eliminada na prática de pesquisa das ciências sociais. Os efeitos dos discursos de Larsen-Freeman e de van Lier, por um lado, perpassam uma visão atualizada e equilibrada de LA, pois os textos examinados mostram que a referida disciplina procura se abrir para outras áreas de conhecimento, questiona sua própria metodologia e assume a responsabilidade perante a sociedade pelos resultados de sua pesquisa (Edge e Richards, 1998), seja na vertente quantitativa nos moldes de Hatch e Lazaraton (1991), seja na vertente qualitativa de Davis (1995) e de Lazaraton, (1995).

A visão da LA apresentada por Bertoldo e Coracini, por outro lado, transmite a idéia de que os termos “objetividade”, “subjetividade” e “empiricismo” (CHARNEY, 1996) são sempre “palavrões” e que a disciplina está desprovida de diferentes metodologias de pesquisa, hipóteses e interpretações da realidade, além de conflitos teóricos não somente na área de L2, mas também numa gama de sub-disciplinas e campos relacionados. Para Larsen-Freeman (1997, p. 160), essa variedade é salutar para a área, pois “com o caos de opiniões conflitantes, surge crescimento”.

(iii) completude

Com respeito ao desejo de “completude” pela ciência, Bertoldo, ao se referir às afirmações feitas por Cavalcanti (1986, p. 7) de que em LA se faz pesquisa qualitativa e também quantitativa, considera que a utilização dos dois tipos de pesquisa exemplifica o “desejo da completude da ciência moderna” (p.175). Para Bertoldo, a “constituição

da LA como ciência” ressalta “... os limites que o paradigma de ciência moderna lhe impõe, ou seja, a impossibilidade de abarcar a totalidade de seu objeto de estudo” (p.197).

Bertoldo (p.196) vê no trabalho de Moita Lopes (1996) o desejo de querer ser completo, pois o referido pesquisador considera procedente a combinação numa única pesquisa (ênfase minha) do método qualitativo e quantitativo. É difícil entender como Bertoldo

chega à conclusão de que a utilização de ambos os métodos é um exemplo da vontade ou um desejo por parte de um determinado pesquisador de procurar uma completude no seu conhecimento, de querer saber tudo e até exaurir o conhecimento numa determinada

disciplina. Não é nada claro o que Bertoldo entende por um “argumento monolítico, fechado” (p. 157), pois ele caracteriza a postura de Moita Lopes com as seguintes palavras: “Essa postura, a nosso ver, parece querer colocar ponto final em uma discussão que gera, por parte dos estudiosos, reflexões abertas a diferentes posicionamentos” (p. 157).

Bertoldo afirma (2000, p. 196; 2003a, p. 146) que se forem utilizados os dois métodos juntos num determinado projeto de pesquisa, eles seriam “completamente incompatíveis”. Além disso, declara que Moita Lopes não considera tal incompatibilidade “um empecilho”. Bertoldo afirma categoricamente que os dois métodos de pesquisa – o quantitativo e o qualitativo – num trabalho único não procedem. Além disso, deve ser notado que Moita Lopes, em seu texto, se referia a uma pesquisa realizada no início dos anos 80, ou seja, uma investigação que já tem 20 anos. Seria de esperar que Bertoldo, em seu argumento, dialogasse com textos contemporâneos de Moita Lopes. Ou será que Bertoldo ignora que o conhecimento é sócio-historicamente construído? A afirmação é feita sem fornecer fontes e nomes de pesquisadores que tiveram sucesso ou (para convencer) fracasso com a utilização dos referidos modelos. Falta argumentação a respeito. Com respeito à integração dos métodos quantitativo e qualitativo no âmbito da LA, vale lembrar que Scaramucci (1995, p. 517), por exemplo, com base nas considerações de Reichardt Cook (1979), argumenta que os dois métodos deveriam ser considerados paradigmas “complementares e não opostos”.

Bertoldo alega que a tomada de teorias como “blocos monolíticos” (p. 14) por parte de lingüistas aplicados não possibilita que os alunos tenham acesso às mesmas e que

façam uso de “um amplo espectro de formulações teóricas para observar e analisar o processo de ensino e aprendizagem” (p.14). Curiosamente, essa recomendação por Bertoldo,

para que os lingüistas aplicados trabalhem com um “amplo espectro de formulações teóricas”, é contradita quando ele próprio afirma que a LA, nos moldes da ciência moderna, busca uma “completude” (p. 259), isto é, um desejo de abarcar todo o conhecimento deste mundo.

No decorrer de sua análise, Bertoldo, ao comentar os trabalhos de Pennycook (1994, 1998) e de Fairclough (1985, 1992), considera que “essas perspectivas totalizantes” “... mantêm, assim, o mesmo desejo da totalidade”, e ele conclui que “nem tudo pode ser dito sobre o seu objeto de estudo” (p. 269).⁴ O comentário, bastante óbvio e sumário, não é suficiente para afirmar que o trabalho de Fairclough e Pennycook na LA não procede. Bertoldo confessa no seu relato que devido à sua “conversão” (sic) para a AD, (... “constituídos pelo discurso da AD”), “... passamos a entender que a lingüística aplicada era um efeito de sentido de seu discurso e não se consubstanciava em discurso-prática” (p.14). Bertoldo sugere que os lingüistas aplicados devam procurar a “plurisignificação” nas aulas de Prática de Ensino, em vez de privilegiar “soluções comprometidas com teorias tomadas monoliticamente” (p.14). Com relação a esse ponto, pergunto se essa recomendação de uma plurisignificação não contradiria a crítica feita por Bertoldo ao suposto desejo da completude por parte das diferentes disciplinas acadêmicas. E, ao final, o que significa realmente tomar uma teoria “monoliticamente”? (p. 14). Levando em consideração a afirmação de Bertoldo de que “[O] discurso é exteriormente constituído e, portanto, o sujeito não é dono do seu dizer” (p. 56), como Bertoldo sabe o que está acontecendo na cabeça do pesquisador, ou como ele sabe se o

mesmo está tomando uma teoria como um “bloco monolítico” ou não? A afirmação de que a ciência moderna busca saber e conhecer tudo e que os cientistas alimentam um desejo de completude pode ser desmentida ao se examinar o próprio procedimento de cientistas hoje em dia. Mesmo que aceitemos a hipótese de que os cientistas procuram desenfreadamente saber tudo a respeito do mundo e seu funcionamento, muitos cientistas têm pleno conhecimento das limitações de suas pesquisas, que eles mesmos são efêmeros e que os pesquisadores de futuras gerações vão fatalmente questionar, revisar e até rir de suas tentativas para entender o mundo.

(iv) Dois sujeitos: consciente e inconsciente?

No decorrer de sua tese, Bertoldo se refere brevemente aos trabalhos de Lacan (p. 254), com base no estudo de Fink (1998) e também os de Deleuze (1979/1995), de Milner (1984) e de Pêcheux (1969/1990),⁵ respectivamente, para tecer comentários sobre a noção de sujeito inconsciente em contraste com a visão de sujeito “consciente concebido pela ciência moderna”. A referida corrente não aceita um tipo de sujeito que teria controle dos sentidos que produz ou que tenha plena consciência de suas ações. Dessa maneira, o sujeito, sendo inconsciente, não pode atuar como agente transformador da realidade social. Nas palavras de Bertoldo: “Entendemos que o sujeito, afetado por seu inconsciente, não pode controlar o seu dizer e conseqüentemente os sentidos que produz” (p.157).

Bertoldo leva essa visão de sujeito inconsciente para a sala de aula, visando a problematizar até que ponto o professor ou “sujeito” é consciente de alguma coisa na qual ele está inserido. Levando essa afirmação às últimas conseqüências, eu concluiria que esse sujeito, sendo inconsciente, é impotente e nada pode fazer para modificar o seu ambiente.

Bertoldo abraça as idéias de pensadores pós-modernos como Lacan e Pêcheux e outros que rejeitam a noção de “...sujeito cartesiano, fonte e origem de seu dizer, controlador de suas ações” (p. 19). Outras citações retiradas do trabalho de Bertoldo mostram o seu posicionamento:

5 Os autores citados por Bertoldo (2000) são os seguintes: FINK, B. O sujeito lacaniano – entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998; DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995; MILNER, J.C. De L'École. Paris: Editions du Seuil, 1984; PÊCHEUX, M. A análise do discurso: Três épocas. Trad. Jonas de A. Romualdo. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). Por uma análise automática do discurso – Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1969/1990. p. 311-318.

Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 5, n. 1, 2005

“... o sujeito da pós-modernidade não é concebido como consciente, origem de seu dizer...” (p. 55) e “O discurso é exteriormente constituído e, portanto, o sujeito não é dono do seu dizer” (p. 56).

No que diz respeito ao trabalho sobre Pêcheux, eu esperaria que o referido filósofo da linguagem fosse submetido também (ênfase minha), por parte de Bertoldo, a uma reflexão crítica, como, por exemplo, nos moldes de Silveira (1995, p. 97), que tece os seguintes comentários sobre AD e, em especial, Pêcheux: ... a teoria de AD, guardadas suas contribuições, “mutila” mais que o discurso publicitário que, dissimuladamente, procura silenciá-lo “outro”, já que não abre espaço para se pensar na possibilidade de uma “ margem de autonomia”, ainda que pequena e desigual, para os sujeitos envolvidos na interação discursiva.

A aceitação por Bertoldo da concepção de um sujeito inconsciente da visão pós-moderna explica, a meu ver, a sua desilusão com a LA, com a pedagogia e também com a própria ciência. Se realmente nós não temos consciência de nossas ações, se o nosso dizer realmente não é “nosso”, se o discurso vem de fora, nada podemos fazer para controlar o nosso destino. E, por esse motivo, Bertoldo também perde interesse na noção do “bom professor”, pois, com razão, tentar se esforçar para melhorar a atuação na sala de aula de nada adianta, dado que não se tem controle do próprio dizer e fazer ou do dizer e fazer do outro.

Além disso, Bertoldo, seguindo a sua leitura da análise do discurso/ desconstrução, questiona se realmente é possível o pesquisador mudar a prática, lançando mão de técnicas de conscientização e reflexão. Os professores que acreditam com firmeza que mudanças na sua prática na sala de aula sem dúvida ocorrerão – se eu entendi bem a proposta de Bertoldo – estão realmente delirando. Sem poder agir e sendo assujeitados, eles não teriam condições de mudar a prática de ensino do professor. Acredito que Bertoldo, com base nas suas leituras, está dizendo que o nosso inconsciente, comandante do nosso consciente, tolhe as nossas ações e impede resistência por nossa parte. A concepção de um sujeito não-consciente ou inconsciente não admite resistência e, por esse motivo, ele não deposita nenhuma confiança nem na perspectiva de pesquisa quantitativa e nem na qualitativa.

Conceber um sujeito “consciente”, que está em pleno controle de sua fala e de suas idéias, é uma mera ilusão, pois é impossível, segundo Bertoldo, lançar mão do “conhecimento teórico-prático” e “dirigir os futuros professores de LE (=língua estrangeira) para que se tornem autônomos, auto-suficientes” (p. 261).

No espaço de pouco mais de dois parágrafos (que é muito pouco para um assunto tão sério), Bertoldo (p. 268-269) rejeita o trabalho de Critical Discourse Analysis (Análise Crítica do Discurso) de Fairclough e seus seguidores, devido ao fato de que a referida postura discursiva trabalha com um sujeito consciente e não reconhece que “... sua constituição é afetada pelo inconsciente que impede que o sujeito domine e tudo conheça sobre o seu dizer e sobre os sentidos que produz”. Tal sujeito inconsciente concebido por Bertoldo não teria nenhuma iniciativa. Se tudo é uma ilusão, se o inconsciente domina o consciente completamente, qual é a alternativa para a LA? Acredito que a conclusão é clara: não há alternativa.

Para ser justo com Bertoldo, há outros pesquisadores que compartilham de suas idéias. Coracini (1998, p. 40) critica o modelo de Krashen, que encontra respaldo na psicologia cognitiva de Ausubel, por estar baseado numa visão de um sujeito racional que ignora “... a natureza social e, portanto, ideológica do sujeito”, nos moldes de Bakhtin (1977).⁶ O que é problemático para Coracini é o fato de que os estudos cognitivistas enfatizam uma perspectiva “simplista” das relações entre teoria e prática. Daí se vê que ela rejeita a noção do sujeito racional e declara isso nos seguintes termos: ...enquanto sujeitos inconscientes, não temos controle total sobre o que dizemos e fazemos, e muito menos sobre os efeitos de sentido desse dizer e fazer, que a relação teoria e prática (ação) é mais complexa, assim como a aprendizagem, do que desejariam pedagogos, lingüistas aplicados e professores, que marcados pela ânsia da totalização e da completude, buscam uma passagem direta, sem obstáculos de qualquer natureza, entre teoria e prática, uma completando a outra; que, marcados pelo desejo recalcado de completude, e pela falta que daí emana, deparamo-nos com o adiamento ad finitum da solução, da totalidade e do controle (p.40).

Alguns comentários são necessários com respeito às afirmações feitas por Coracini. Com base nas suas palavras, “enquanto sujeitos inconscientes”, cabe perguntar quão inconsciente é esse sujeito a que se refere Coracini. O sujeito seria completamente ou parcialmente inconsciente? É óbvio que não temos “controle total sobre o que dizemos

e fazemos”. Mas temos, sim, algum controle. Se realmente é verdade que “... enquanto sujeitos inconscientes, não tenderíamos a ser verdadeiros robôs sem vontade e idéias próprias? A própria autora não estaria sujeita a esse descontrole do seu próprio discurso? Se realmente somos sujeitos totalmente inconscientes, nada podemos fazer com o nosso destino, pois não teríamos (nenhum) livre arbítrio. A meu ver, a situação é outra. Ninguém de fato tem controle total de seu consciente. Na verdade, ao longo de nossa existência, muita coisa é eliminada de nossas memórias. Esquecemos fatos e eventos ocorridos no passado; apagamos, em certos casos, incidentes e momentos que foram desagradáveis para nós. Tenho dificuldade em aceitar a noção de um ser ou sujeito inconsciente por completo. Recorremos a psicólogos, psiquiatras e psicanalistas justamente para chegar a entender os nossos problemas trazendo o “apagado” à consciência. Diria também que o “inconsciente” não deveria ser considerado necessariamente uma coisa ruim, pois existem implantados na própria inconsciência, embora “esquecidos”, valores morais, atitudes com respeito a comportamentos, influências positivas (ao lado de negativas, em certos casos, com certos indivíduos) recebidas dos pais, de parentes e até de professores. Nos seus estudos sobre o inconsciente, Freud nunca negou a atuação da própria consciência no ser humano. Hanns (1996,p.111-120),no DicionárioComentadodoAlemãodeFreud, comenta com muito detalhamento os termos utilizados por Freud: “consciência moral”, “consciente”, “pré-consciente”, “conteúdos conscientes”, entre outros.

Na minha visão da noção consciente/inconsciente, acredito que tudo depende do tipo de modelo de AD que o pesquisador adota. Os especialistas que não admitem um sujeito minimamente consciente, sem dúvida, vão ter uma visão diferente do comportamento humano do que os pesquisadores que admitem a possibilidade de pelo menos algum controle por parte do próprio sujeito.

(v) Teoria e prática: dicotomia ou contínuo?

Bertoldo (p. 257) declara que a LA “... apaga os conflitos e contradições advindas “ da relação entre teoria e prática” e, além disso, ameniza essa “relação conflituosa e contraditória” que leva a uma dicotomização entre teoria e prática (p. 13-14). Para Bertoldo, a LA é vista como um lugar de encaixamento entre teoria e prática. Ele não critica a sua própria formação ou a leitura que ele mesmo faz dos textos lidos. Mais uma vez se percebe que, equivocadamente, Bertoldo reduz a LA a questões referentes a relações entre teoria e prática no campo de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras. Bastaria que examinasse rapidamente qualquer programa de congressos nacionais e internacionais da área para flagrar seu engano. O autor afirma

que a LA propõe uma “íntima relação entre teoria e prática”. A articulação entre teoria e prática proposta pela LA, segundo Bertoldo, era nada mais do que “um efeito de sentido de seu discurso e não se consubstanciava em discurso-prática”. Cabe reafirmar que Bertoldo informa o leitor que a LA lança mão de teorias totalizantes. Todavia, não informa quais são essas teorias “totalizantes”. O resultado, segundo Bertoldo, é que a teoria permanece estanque, desligada completamente da prática, estabelecendo uma dicotomia entre ambas. O que Bertoldo faz é insistir na própria importância da teoria na LA e também em outras áreas, com base na sua afirmação de que a ciência moderna enfatiza em todos os momentos a noção de teoria. No entanto, a ênfase por ele dada à teoria vai completamente contra as próprias idéias de Foucault⁷ e Feyerabend (1993). Voltando novamente ao trabalho intitulado “What’s the Use of Theory”?, de autoria de Thomas (1997), vale a pena lançar mão da análise do referido autor a respeito de Feyerabend e também de Foucault. Começo com as considerações de Thomas a respeito de Feyerabend e, em seguida, passo a seus comentários sobre Foucault. Com respeito ao primeiro pensador, Thomas (1997, p. 85) escreve: A posição de Feyerabend não é simplesmente que a teoria não tem nenhuma utilidade, [...]. O caso é que as implicações da teoria são danosas, destrutivas do pensamento e do progresso. Cumpre observar que o campo de Feyerabend é a filosofia da ciência. Se os argumentos dele são verdadeiros para a ciência, quanto mais verdadeiros são para a educação e as ciências sociais [Tradução minha].

Quanto a Foucault, Thomas (p. 85-86) cita os comentários feitos por Philip (1990) num artigo que tem por título “Michael Foucault” (In: SKINNER, Q. (Org.), 1990), que assim escreve: “Ele [Foucault] rejeita as unidades tradicionais de análise e de interpretação tão bem como as unidades postuladas da ciência – teorias, paradigmas e programas de pesquisa (p. 86).” (Tradução minha). A desconfiança e total rejeição por Feyerabend e também de Foucault com relação à teoria, na minha opinião, não são levadas em conta por Bertoldo. Considerando que Foucault é o principal embasamento ou alicerce do trabalho de Bertoldo e que, ao mesmo tempo, ele dá a entender que aceita plenamente as idéias do referido filósofo, é surpreendente a importância por ele dada à teoria em si e à relação ou, melhor dito, à (suposta) falta de relação entre teoria e prática em LA.

Cumpre também comentar o termo “dicotomia”, que muito preocupa o autor, pois ele nos lembra, em vários momentos do trabalho, que a LA separa a teoria e a prática. O autor afirma que os lingüistas aplicados fatalmente dicotomizam a teoria e a prática.

Widdowson [1978, 1980] (BERTOLDO, 2000, p. 121; 2003a, p. 122) é acusado de “trabalhar” uma dicotomia entre a distinção uso (use) e forma (usage), distinção essa muito importante no ensino de línguas, pois na época do método tradicional e também no estruturalismo, os professores de línguas tendiam a enfatizar a forma ou a estrutura gramatical em vez do uso da língua em situações verdadeiras. Na verdade, a referida distinção serviu para mudar a prática de muitos professores de língua estrangeira, pois começaram a refletir sobre a ênfase exagerada dada ao ensino de regras gramaticais, ao uso do espaço da sala de aula exclusivamente para uma descrição gramatical em vez de proporcionar oportunidades para a conversação e para o uso do idioma em situações concretas. A distinção proposta por Widdowson serve para questionar a separação forma-função.

Bertoldo não se refere ao artigo bastante citado na área de LA, da autoria de Wilkins (1982), intitulado “Dangerous Dichotomies in Applied Linguistics and Language Teaching”. É verdade que as dicotomias, tanto quanto as teorias, têm o poder de “encantar” os pesquisadores que, ao invés de fazer uso delas como simples instrumentos para entender melhor a realidade, depositam nelas muita fé, como aliás faz Bertoldo, ao se descrever como convertido (sic) à AD. É por isso que as teorias seriam, em certos casos, “perigosas”, por impedir outras maneiras de ver as coisas. O artigo de Wilkins é importante porque mostra que por mais de vinte anos existe na disciplina de LA uma desconfiança das dicotomias e de seu poder de sedução.

Um outro livro que integra o discurso de AL por mais de dez anos é o de Kramersch (1993, p. 2-9), que examina criticamente várias “dicotomias”, entre elas, (i) a gramática em contraste com comunicação e (b) a fala do aluno em confronto com a do professor. Kramersch reformula essas e outras dicotomias em LA dentro de uma “perspectiva não-dicotômica”. Trabalhos nos moldes de Kramersch mostram que os lingüistas aplicados (e a própria disciplina de LA) estão cientes do perigo de um assujeitamento a um pensamento dicotômico.

Sem dúvida, a divisão de conceitos e coisas em duas partes nem sempre é feliz. Alguns exemplos são homem/mulher, falante nativo/ falante não-nativo, competência/desempenho, que devem ser vistos como contínuos ou “clines” e não como duas partes distintas. Num questionamento do próprio binarismo, Bing e Bergwall (1998, p. 495, In: COATES, 1988), com respeito à distinção masculino/feminino, argumentam que “a maior parte de nossa experiência não se encaixa perfeitamente em categorias binárias”.

Considero que a noção de dicotomia tem sido útil em certas instâncias. A noção de competência/desempenho tem sido norteadora para a dinâmica da aquisição da linguagem e para o próprio ensino/ aprendizagem. As categorias binárias têm uma utilidade em ciências tais como a biologia. Por exemplo, a divisão de animais em duas categorias contrárias, isto é, vertebrados e invertebrados, é útil para esgotar a extensão do mundo “animal”. As divisões não precisam ser necessariamente dicotômicas, pois é plenamente possível, quando útil para as finalidades do pesquisador, dividir em três partes, isto é, numa “tricotomia”, ou em várias partes, numa “politomia”.

Cavalcanti (1986) é criticada por “... flagrar uma dicotomia entre teoria e prática” (BERTOLDO, 2000, p. 171; 2003a, p. 123) e, em outro momento, o autor comenta que a referida pesquisadora enfatiza em LA a noção de teoria e, dessa forma, “... asseverando mais ainda a dicotomia entre teoria e prática” (p. 173). Com referência a um artigo de Moita Lopes (1989), Bertoldo reclama que o referido trabalho “substitui, por um processo dicotômico, uma metodologia por outra, privilegiando a última como mais adequada àquela que permitiria abarcar a complexidade dos processos de uso de linguagem que os estudos em LA encerrariam” (p. 196). O que incomoda Bertoldo é a utilização por Moita Lopes (1989, p. 604) de dados qualitativos (e etnográficos) e também de quantitativos numa única pesquisa. Daí se vê que Bertoldo “silencia” Moita Lopes, pois nem sequer ele avalia positiva ou negativamente os resultados da pesquisa elaborada por Moita Lopes. Deve-se salientar novamente que, estranhamente, Bertoldo escolhe dialogar com textos já envelhecidos desses dois autores em franca produção. Que desejos inconscientes/conscientes perseguem Bertoldo? Não deveria Bertoldo, portanto, analisar os efeitos de seu próprio discurso?

(4) Os lingüistas aplicados e a noção teoria-prática

Bertoldo lança mão de um único trabalho voltado para a relação teoria e prática para tentar argumentar que a LA dicotomiza a referida relação e que todos os lingüistas aplicados não tentam ligar a teoria à prática. O trabalho a que se refere Bertoldo é de autoria de Clarke (1994), que tem por título “The Dysfunctions of the Theory/Practice Discourse”. O autor argumenta que a distinção entre teoria e prática não é salutar para a profissão (p. 9). Bertoldo, na sua análise do trabalho de Clarke, conclui que o referido lingüista aplicado “... acaba por sugerir uma relação dicotômica entre teoria e prática” (p. 109).

A minha leitura do artigo de Clarke é outra. Com base no trabalho em tela e outro de sua autoria (1993), argumento que Clarke propõe medidas concretas para integrar a teoria e a prática. O autor recomenda “ações pequenas, agitações relativamente seguras que alteram o status quo o suficiente para propiciar aos professores uma medida de controle sobre as situações quotidianas” (p. 18) [tradução minha].

Não julgaria procedente generalizar que na área de LA existe uma dicotomização de teoria e prática ou uma falta de empenho em tomar medidas para integrar as duas. Um exemplo é Schulz (1991),⁸ que examina detalhadamente diferentes teorias de aquisição de língua estrangeira, com a finalidade de aquilatar o seu entrosamento com a prática. Outro artigo seminal no campo de LA é de autoria de Celce-Murcia (1983), que sugere “problem solving” (resolução de problemas) como procedimento para justamente construir uma ligação entre teoria e prática. Os trabalhos mais recentes de C. Roberts (1997)¹⁰ e de Beaugrande¹¹ (1997) mostram que os pesquisadores da disciplina estão conscientes da possível defasagem entre teoria e prática e sugerem medidas para uni-las. Uma representação ponderada a respeito da disciplina de LA com relação à Lingüística Geral (Teórica) é a coletânea organizada por Tomic e Shuy (1987).

Com base nos meus comentários, refuto a afirmação de que a LA em todos os casos (ênfase minha) dicotomiza a relação entre teoria e prática. Muito pelo contrário, os discursos advindos da LA mostram que existem tentativas de integrar ambas e que também há casos concretos em que a teoria e a prática são plenamente integradas. Outro ponto digno de mencionar é a aparente suposição de que a teoria sempre vem primeiro (“theory before”) no campo de LA ou nas disciplinas de educação, sociologia e psicologia experimental, onde se pode analisar dados e registros para formular uma teoria depois (“theory after”).

(5) Os discursos dos lingüistas aplicados brasileiros

Bertoldo observa que os lingüistas aplicados brasileiros citam, em seus trabalhos científicos, autores estrangeiros, principalmente os de língua inglesa; ele comenta que na cultura brasileira o fato de esses autores serem estrangeiros “... assegura, via de regra, a legitimidade do que apregoa em razão de sua credibilidade praticamente indiscutível” (BERTOLDO, 2000, p. 184, nota de rodapé 6). Sem dúvida, o que vem de fora, em alguns casos, tende a ser valorizado exageradamente. Todavia, a meu ver, Bertoldo tende a subestimar a comunidade científica brasileira, tachando-a de submissa perante as idéias vindas do exterior! Não acredito que todos os lingüistas

aplicados brasileiros aceitem pacificamente o que os colegas estrangeiros dizem. Um exame da literatura especializada na área de LA produzida por especialistas brasileiros publicada nas revistas científicas mostra que não existe “uma credibilidade praticamente indiscutível”, pelos mesmos com respeito aos colegas estrangeiros. Cabe também lembrar que as referências por parte de Bertoldo a Foucault, a Derrida e a outros especialistas da referida linha francesa que legitimam a AD também são estrangeiros.

O fato de que os referidos trabalhos foram lidos diretamente em língua portuguesa podem ter contribuído (inconscientemente?) a não perceber ou esquecer que Foucault, Lacan e Derrida são estrangeiros.

Bertoldo (2000, p. 164; 2003a, p. 118) se refere ao uso da voz passiva (à guisa de ilustração, tomei a liberdade de sublinhar no trecho transcrito) por parte de Cavalcanti (1986, p. 5): A *Linguística Aplicada*, uma área de investigação que ainda não completou

cinquenta anos, foi vista por muito tempo como uma tentativa de aplicação da *Linguística* (teórica) à prática de ensino de línguas. Bertoldo declara que o apagamento ou “ocultação do agente não permite que essa concepção de LA seja legitimada por autoridade” (p. 164). Discordo de Bertoldo, pois leitores com um mínimo de competência em leitura e um conhecimento básico na área dos estudos da linguagem, que desejem recuperar no texto o agente apagado, sem dúvida se perguntariam mentalmente quais indivíduos vêem a LA como “tentativa de aplicação”. Do mesmo modo, responderiam (também mentalmente) que são os pesquisadores no campo de LA e os professores de metodologia de ensino de línguas estrangeiras. Quanto à análise da utilização da voz passiva no discurso, Granger (1981, p. 314315) se refere a dois tipos de passiva, as “inócuas” e as “insidiosas”. O primeiro serve como recurso estilístico para eliminar no discurso informação óbvia. O segundo é empregado deliberadamente para esconder informação, uma estratégia que caracteriza a linguagem burocrática e o discurso político. Existem muitas estruturas passivas “insidiosas” nos contratos de compra e venda de imóveis e também nos discursos de alguns políticos. Acredito que Bertoldo não esteja atribuindo a Cavalcanti o uso de uma passiva “nociva”; a escolha da passiva por parte de Cavalcanti é estilisticamente melhor, pois o uso da voz ativa não seria elegante: “Muitos lingüistas aplicados viram por muito tempo a *Linguística Aplicada* como uma tentativa de aplicação da *Linguística* (teórica) à prática de ensino de línguas”.

Bertoldo (p. 170) afirma, na sua leitura de Cavalcanti (1986, p. 6), que a referida autora tenta “refutar a Lingüística como ciência-mãe de LA”. Muito pelo contrário, Cavalcanti está debatendo ou questionando na LA a dependência teórica de modelos específicos de Lingüística, isto é, o modelo gerativo-transformacional. De forma alguma, pode-se afirmar que o objetivo de Cavalcanti seja contestar as origens de LA.

No início deste texto disse que o trabalho de Bertoldo tem por finalidade contribuir para a reformulação da própria LA com respeito ao ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e em particular à formação de professores de língua estrangeira. O trabalho, no entanto, não apresenta diretrizes para tal reformulação, pois não há diálogo com o

pensamento atual dos pesquisadores brasileiros que critica. Além disso, o trabalho não sustenta, pelo menos nos moldes apresentados, uma proposta bem argumentada, com exemplificação para rejeitar o método interpretativo em uso no campo de LA. Em seu discurso e crítica à referida metodologia, Bertoldo a caracteriza como sendo “indutivocircular”, mas não esclarece o que significa tal “circularidade”, e as palavras não são suficientes para descartar a viabilidade da pesquisa nessa vertente. Outro problema com essa postura é o fato de que reduz ou restringe a LA ao campo de ensino/aprendizagem de segunda língua ou línguas estrangeiras. A realidade é outra, pois a LA abarca uma gama de pesquisas não relacionadas à aprendizagem de línguas. Além disso, a referida disciplina seria mais bem representada como um conjunto de sub-disciplinas, pois em vez de “Lingüística Aplicada”, existem “Lingüísticas Aplicadas” (SRIDHAR, 1990).

Acredito ter mostrado que a leitura feita por Coracini e Bertoldo não apresenta uma crítica ponderada e justa à LA por: (i) não trazer para a discussão a existência, na referida disciplina, de uma preocupação justamente com a relação teoria e prática (CLARKE, 1991, 1993, (cf. p. 28), 1994; SCHULZ, 1991; CELCE-MURCIA, 1983; ROBERTS, 1997; DE BEAUGRANDE, 1997 e TOMIC e SHUY (Org.),1989); (ii) não informar que a própria disciplina de LA tem se preocupado por muito tempo com o perigo do pensamento dicotômico (WILKINS, 1982; KRAMSCH, 1993); (iii) não aportar para análise e debate outros modelos e escolas de AD com diferentes possibilidades de leitura e interpretação (BRIGHT, 1992; CHAFE,1992;CHARAUDEAU, 1999;McHOUL,1994;POSSENTI,2002) (iv) não explicitar o que eles propõem em substituição à LA que criticam.

Espero que este trabalho contribua para um debate amplo, aberto e respeitoso entre os autores citados e outros especialistas nas duas áreas que se proponham a concordar com ou discordar das minhas reflexões.

Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 5, n. 1, 2005

Referências

ASHER, R. E.; SIMPSON, J.M.Y. (Org.). The Encyclopedia of Language and Linguistics. v. 3. Oxford: Pergamon Press, 1994, 1082p.

BERTOLDO, E. S. Um discurso da lingüística aplicada: entre o desejo da teoria e a contingência da prática. 2000. 284f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada/ Ensino-Aprendizagem de Segunda Língua e Língua Estrangeira) -Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 342p.

BERTOLDO, E.S. O discurso de divulgação científica da lingüística aplicada. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). O desejo da teoria e a contingência da prática. Campinas: Mercado de Letras, 2003a. 342p.

BERTOLDO, E.S. Um discurso de LA: demarcando territórios. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO E. S. (Org.). O desejo da teoria e a contingência da prática. Campinas: Mercado de Letras, 2003b. 342p.

BERTOLDO, E.S. O discurso pedagógico da lingüística aplicada. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). O desejo da teoria e a contingência da prática. Campinas: Mercado de Letras, 2003c. 342p.

BING, J. M.; BERGWALL, V. L. The question of questions: beyond binary thinking, In: COATES, J. (Org.). Language and gender: a reader. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

BRIGHT, W. (Org.). International Encyclopedia of Linguistics. v. 1, New York: Oxford University Press, 1992. 429p.

CAVALCANTI, M. P. A propósito de lingüística aplicada. Trabalhos em Lingüística Aplicada, v. 7, p. 5-12, Campinas, SP, 1986.

CHAFE, W. "Discourse", p. 355-358. In: BRIGHT, W. (Org.). International Encyclopedia of Linguistics. v. 1, New York: Oxford University Press, 1992. 429p.

CHARAUDEAU, P. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas, In: MARI, H.; PIRES, S.; CRUZ, A. R.; MACHADO, I. L. (Org.). Fundamentos e dimensões da análise do discurso. Núcleo de Análise do Discurso, FALE/ UFMG. Belo Horizonte: Carol Borges Editora, 1999.

CHARNEY, D. Empiricism in not a four-letter word. CCC, v. 47, n. 4, p.567593, 1996.

CLARKE, M. A. Whole language: reform and resistance. Language and Educacion, v.7, n. 2, p. 79-95, 1993.

CLARKE, M. A. The dysfunctions of theory/practice discourse, TESOL Quarterly, v. 28, n. 1, p. 9-26, 1994.

COATES, J. (Org.). Language and gender: a reader. Oxford: Blackwell Publishers, 1988.

CORACINI, M.J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). O desejo da teoria e a contingência da prática. Campinas: Mercado de Letras, 2003. 342p.

CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. Introdução. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E.S. (Org.). O desejo da teoria e a contingência da prática. Campinas: Mercado de Letras, 2003. 342p.

CORACINI, M. J. O discurso da lingüística aplicada e a questão da identidade: entre a modernidade e a pós-modernidade. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E.S. (Org.). O desejo da teoria e a contingência da prática. Campinas: Mercado de Letras, 2003a. 342p.

CORACINI, M.J. O olhar da ciência e a construção da identidade do professor de língua. In: CORACINI, M.J.; BERTOLDO, E.S. (Ed.). O Desejo da Teoria e a Contingência da Prática. Campinas: Mercado de Letras. 2003b. 342p.

CORACINI, M. J. A consciência crítica nos discursos sobre e da sala de aula. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). O desejo da teoria e a contingência da prática. Campinas: Mercado de Letras, 2003c. 342p.

CORACINI, M. J. A consciência crítica nos discursos sobre e da sala de aula. In: CORACINI, M.J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). O desejo da teoria e a contingência da prática. Campinas: Mercado de Letras, 2003d. 342p.

CORACINI, M. J. A abordagem reflexiva na formação do professor de língua. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). O desejo da teoria e a contingência da prática. Campinas: Mercado de Letras, 2003e. 342p.

CORACINI, M. J. A teoria e a prática: A questão da diferença no discurso Sobre E da sala de aula. D.E.L.T.A., v.14, n. 1, p. 33-57, 1998. 342p.

CRYSTAL, D. The Cambridge encyclopedia of language. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 480p.

DAVIS, K. A. Qualitative theory and methods in applied linguistics research. TESOL Quarterly, v. 29, n. 3, p. 427-453, 1995.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. Handbook of qualitative research. London: Sage Publications, 1994.

EDGE, J.; RICHARDS, K. May I see your warrant, please?: Justifying outcomes in qualitative research. Applied Linguistics, v.19, n.3, p. 334-356, 1998.

FEYERABEND, P. Contra o método. Lisboa: Relógio D'Água, 1993.

GRANGER, S. The be+ past participle construction in spoken English with special reference on the passive. Amsterdam: North Holland, 1981. 390p.

GLEICK, J. Chaos: Making a new science. New York: Penguin Books, 1987.

HANNS, L.A. Dicionário comentado do alemão de Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HATCH, E.; LAZARATON, A. The research manual: Design and statistics for applied linguistics. Boston, Mass.: Heinle & Heinle Publishers, 1991.

KRAMSCH, C. Context and culture in language teaching. Oxford: Oxford University Press, 1993. 407p.

KRASHEN, S. Principles and practice in second language acquisition. Oxford: Pergamon, 1982. 200p.

LARSON-FREEMAN, D. Chaos/complexity science and second language acquisition. *Applied Linguistics*, v. 18, n. 2, p. 141-165, 1997.

LAZARATON, A. Qualitative research in applied linguistics: a progress report. *TESOL Quarterly*, v. 29, n.3, p. 455-471, 1995.

McLAUGHLIN, B. The monitor model: some methodological considerations. *Language Learning*, v. 28, n. 3, p. 309-332, 1978.

McLAUGHLIN, B. Theory and research in second language learning: an emerging paradigm, *Language Learning*, v. 30, n. 2, p. 331-350, 1980.

McHOUL, A. Discourse. In: ASHER, R.E.; SIMPSON, J.M.Y. (Org.). *The Encyclopedia of Language and Linguistics*, v. 2, p.940-949. Oxford: Pergamon Press, 1994. 1082p.

MOITA LOPES, L.P. Ensino de leitura em Inglês em escolas públicas de primeiro grau. Análise de alguns dados etnográficos. *Anais do IV ANPOL, PUC-SP*, p. 603-610, 1989.

MOITA LOPES, L. P. *Oficina de lingüística aplicada*. Campinas: Mercado de Letras, 1996. 189p.

MUCKELBAUER, J. On reading Foucault differently: through Foucault's resistance, *College English*, v. 63, n. 1, p. 71-94, 2000.

Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 5, n. 1, 2005

PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas. Trad. Jonas de A. Romualdo. In: GADET, E.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michael Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PENNYCOOK, A. Incommensurable discourses, *Applied Linguistics*, v. 15, n. 2, p. 115-138, 1994.

PENNYCOOK, A. Towards a critical applied linguistics for the 1990s. *Issues in Applied Linguistics*, v. 1, n. 1, p. 8-28, 1998.

PHILIP, M. Michael Foucault. In: SKINNER, Q. (Org.). *The return of grand theory in the human sciences*. Cambridge: Canto, 1990.

POSSENTI, S. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar Edições, 2002.

REICHARDT, C. S.; COOK, T.C. Beyond qualitative versus quantitative methods In: COOK, T.C.; REICHARDT, C. (Org.). *Qualitative and quantitative methods in evaluation research*. Beverly Hills: Sage Publication, 1979. p. 7-32.

ROBERTS, M.J. On the nature and condition of social science. *Daedalus: Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, v. 103, n. 3, p. 4565, 1974.

ROBERTS, C. There's nothing so practical as some good theories, *International Journal of Applied Linguistics*, v.7, n.1, p. 66-78, 1997.

SCARAMUCCI, M. V. R. A dicotomia quantitativo/qualitativo na pesquisa em lingüística aplicada: paradigmas opostos, p. 510-518. In: SIGNORINI, I.; TERZI, S. B. (Org.). *Anais do IV Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

SILVEIRA, F. M. G. L. Lembra quando Pêcheux dizia que os sujeitos envolvidos numa interação discursiva são plenamente assujeitados pela formação social a que pertencem? Tudo mentira.1995. Dissertação (Mestrado) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SKINNER, Q. (Org.). *The return of grand theory in the human sciences*. Cambridge: Canto, 1990.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. p. 63-92. In: SPINK, M.J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000. 296p.

SRIDHAR, S. N. What are applied linguistics? *Studies in the Linguistic Sciences*. v. 20, n. 2, p. 165-176, (fevereiro) 1990.

STEWART, I. *Does God play dice: The mathematics of chaos*. Harmondsworth, England, Penguin, 1990.

THOMAS, G. What's the use of theory? *Harvard Educational Review*. v.67, n. 1, p. 74-104, 1997.

TOMIC, O. M.; SHUY, R. W. (Org.). *The relation of theoretical and applied Linguistics*. New York: Plenum Press, 1987. 193p.

VAN DIJK, T. A. *Discourse & Society: a new journal for a new research focus*. *Discourse & Society*, v. 1, n. 1, p. 5-16, 1990.

VAN LIER, L. *Interaction in the language classroom curriculum*. London: Longman, 1996.

VAN LIER, L. Forks and hope: pursuing understanding in different ways. *Applied Linguistics*. v. 15, n. 3, p. 328-346, 1994.

WIDDOWSON, H. *Teaching language as communication*. Oxford. Oxford University Press, 1978. 184p.

WIDDOWSON, H. Applied linguistics-the pursuit of relevance. (p. 74-87) In: KAPLAN, R. B. et al. (Org.). *On the scope of applied linguistics*. Rowley: Newbury House, 1980. 87p.

WILKINS, D. Dangerous dichotomies in applied linguistics and language teaching In: CRYSTAL, David (Org.). *Linguistic Controversies: Essays in Linguistic Theory and Practice in Honour of F.R. Palmer*. London: Edward Arnold, 1982. 257p.

Uma disputa no contexto brasileiro entre alguns seguidores de um modelo da Análise do Discurso (Linha francesa) e os que usam metodologias de pesquisa interpretativa e/ou quantitativa em Linguística Aplicada*

John Robert Schmitz
Unicamp

The purpose of this paper is to examine recent views of applied linguistics (AL) in the Brazilian context presented by some of the followers of the French school of discourse analysis (DA). Coracini (1998), Bertoldo (2000) and Coracini and Bertoldo (2003) argue that AL dichotomizes theory and practice. In their view, qualitative and quantitative methods provide questionable results since those methods are based on the premise that a conscious subject can make use of the results of research to effect changes in the teaching/learning of foreign and second languages. I contend that the arguments advanced fail to engage AL in a fair debate.

A finalidade deste trabalho é examinar interpretações recentes da linguística aplicada (LA) no contexto brasileiro formuladas por alguns seguidores da escola francesa de análise de discurso (AD). Coracini (1998), Bertoldo (2000) e Coracini e Bertoldo (2003) argumentam que a LA dicotomiza a teoria e a prática. Segundo eles, os métodos quantitativos e qualitativos fornecem resultados questionáveis, devido ao fato de esses métodos se basearem na premissa de que um sujeito consciente pode fazer uso dos resultados advindos da pesquisa para efetuar mudanças no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e segunda. Afirmo que os argumentos deixam de engajar a LA num debate justo.

* Agradeço a leitura crítica das seguintes pessoas: a pós-graduanda Alessandra Sartori; os colegas Ana Maria Barcelos, Heloísa Britto de Mello, JoAnne Busnardo, José Carlos Paes de Almeida Filho, Maria Aparecida Caltabiano-Magalhães, Maria Helena Abrahão, Marilda Cavalcanti, Simone Reis, Telma Gimenez, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva e vários outros leitores anônimos e pareceristas que leram diferentes versões deste trabalho. Assumo toda a responsabilidade pelas afirmações feitas.

Dimensões da Análise do Discurso (AD)

O campo denominado Análise do Discurso (doravante AD) abarca uma gama de diferentes posturas teóricas que compartilham um enfoque em textos orais e escritos, ao invés do estudo de sentenças inventadas fora de contexto (CHAFE, In: BRIGHT, 1992), enfoque este que caracterizou a lingüística descritiva (estrutural) e a gerativo-transformacional. Em vez de enumerar as diferentes correntes existentes na AD, Charaudeau (1999, p. 32-36) descreve três diferentes problemáticas: (i) “a cognitiva e categorizante”, (ii) “a comunicativa e descritiva” e (iii) “a representacional e interpretativa”.

A primeira concebe um “sujeito cognitivo” (p. 33) que focaliza “os jogos de coerência e coesão de um texto, assim como certas palavras do discurso (conectores, modalidades)”. Importante nessa corrente é o estudo de esquemas, roteiros e scripts e a sua importância na organização do discurso.

A segunda perspectiva teoriza um “sujeito de comunicação definido por sua identidade psicológica e social” (p. 34). Tal sujeito se concretiza numa “relação de intersubjetividade” com outro sujeito; ele pode ser produtor ou receptor dos discursos. Para Charaudeau, essa vertente da AD tem como objeto de estudo um corpus que abrange uma variedade de textos construídos pelos sujeitos que “pertencem a um certo tipo de situação comunicativa” (p. 35), tais como textos publicitários, jornalísticos, políticos e didáticos. O referido corpus é construído e “... é produto dessa visão empírica do objeto de estudo” (p. 35).

Na terceira perspectiva, “a representacional e interpretativa”, de acordo com a análise de Charaudeau, em primeiro lugar, os sujeitos constroem “discursos de representação” utilizados para “julgar a realidade”. Os textos que eles aceitam e os que eles rejeitam servem para representá-los como membros de um determinado grupo social. Nessa corrente da AD, constrói-se “... uma consciência social do sujeito”. Charaudeau afirma que a referida consciência “... não é necessariamente consciente e que a sobredetermina parcialmente” (p. 36). O objeto de estudo dessa problemática representacional, segundo Charaudeau (p. 36), é “... definido através de hipótese sobre a existência de representações socio-discursivas dominantes em um dado momento [histórico] de uma sociedade...”. Nessa corrente é necessário formular hipóteses sobre os diferentes posicionamentos sociais, em conjunto com as práticas

discursivas (ênfases de Charaudeau) produzidas pelos sujeitos nos diferentes textos analisados. Surge, no entanto, um problema nessa vertente com respeito à função do sujeito, pois, por um lado, ele pode ser visto como ativo (sujeito consciente) ou, por outro, pode ser visto como passivo, “completamente diluído na consciência do grupo social”. Charaudeau informa que o sujeito passivo é considerado uma ilusão (ênfase do autor) e, em vez de ser um eu, é um isso, pré-construído, nos termos de Pêcheux, ora ideológico, na visão de Althusser, ora inconsciente, na de Authier-Revuz.

Um artigo assinado por A. McHoul na *Encyclopedia of Language and Linguistics* (v. 2, ASHER e SIMPSON (Org.), 1994) exemplifica ainda outra maneira de olhar a AD, pois o referido autor apresenta três principais abordagens da disciplina: (i) a formal, (ii) a empírica e (iii) a crítica. Por ser um campo muito vasto, é difícil dar conta de todas as diferentes vertentes e também de todos os especialistas que se declaram analistas do discurso. Nenhuma classificação realmente satisfaz. Todavia, o artigo de McHoul permite ver, em linhas gerais, as diferenças entre as várias “escolas”.

A abordagem formal se origina do trabalho pioneiro de Harris (1952) e Mitchell (1957), que vêem o discurso como texto, escrito ou oral. Incluídos nessa abordagem estão o funcionalismo sistêmico de Halliday (1973) e o trabalho de Hodge e Kress (1988) e Mey (1985). Para McHoul, a abordagem formal tem duas dimensões: uma postura crítica e política, por um lado, e, por outro, uma postura mecanicista, exemplificada nas reflexões de Grice (1975) sobre os atos da fala e nas contribuições dos que trabalham com a linguística do texto (LD), especificamente de Beaugrande (1980, 1984) e Dressler (1985), entre outros.

A segunda abordagem, a empírica, está voltada para a análise da conversação (doravante, AC). Inserida nessa abordagem, McHoul se refere à escola de Birmingham e ao trabalho de Sinclair e Coulthard (1975), por ele considerada a mais produtiva no estudo da AC.¹

¹ Considerando que não me refiro diretamente, no corpo do trabalho, às fontes citadas por McHoul no artigo assinado na *Encyclopedia of Language and Linguistics*, v. 2, em vez de incluí-las na bibliografia final, arrolo as mesmas a seguir, nesta nota: BEAUGRANDE, R. de. *Text, Discourse and Process*. London: Longman, 1980; BEAUGRANDE, R. de. *Text Production*. Norwood, N.J.: Ablex, 1984; DRESSLER, Wolfgang. *Morphology*. In: VAN DIJK, T.A. (Org.). *A Handbook of Discourse Analysis*.

A terceira abordagem da AD, a crítica, está ligada ao trabalho dos teóricos europeus do discurso (“continental discourse theorists”), como Foucault, Lyotard, Pêcheux, de Certeau e Fairclough. Essa vertente tem a sua origem na tradição filosófica francesa. Segundo essa abordagem, num momento histórico determinado somente é possível falar ou escrever de um dado assunto ou tema numa maneira específica, mas não em outra. O que é interessante nessa abordagem é que os eventos não acontecem ao acaso, pois, para Foucault, existem “relações de poder”.

Com base nas concepções do sujeito aportadas pelas diferentes vertentes da AD, observa-se que o estudo do discurso tem contribuído para modificar e ampliar profundamente o escopo da Linguística. Em lugar de uma preocupação exclusiva com a fonologia, a morfologia e a sintaxe, vários lingüistas, a partir da década de 70, começaram a estudar a organização, a produção e a recepção de textos. Com apenas pouco mais de trinta anos de existência, existe uma vasta bibliografia especializada, publicada em diferentes idiomas, voltada para uma gama de interesses. Em língua francesa, as revistas *Langages* e *Langue Française* publicam, com muita frequência, artigos sobre o discurso. Em língua inglesa, duas revistas importantes são: *Discourse Processes* e *Discourse & Society* (VAN DIJK, 1990). No contexto brasileiro, é muito expressivo o número de trabalhos em AD, em todas as suas vertentes. Os anais dos congressos da ABRALIN e da ALAB atestam essa realidade. A AD trouxe ao âmbito dos estudos da linguagem uma notável interdisciplinaridade dentro da própria Linguística e também no campo de Linguística Aplicada (doravante LA).

No contexto brasileiro nos últimos anos, alguns especialistas que trabalham na área de LA (CORACINI, 1998; CORACINI e BERTOLDO, 2003 e BERTOLDO, 2000) têm recorrido à AD, especificamente à linha

1985. v. 2; *Dimensions of Discourse*. London: Academic Press; GRICE, H. P. *Logic and conversation*. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Org.). *Syntax and Semantics*, New York: Academic Press, 1975. v. 3; HALLIDAY, Michael A. K. *Explorations in the Functions of Language*. London: Arnold, 1973; HARRIS, Zelig S. *Discourse Analysis*. *Language*, v. 28, p.1-30, 1952; HODGE, B.; KRESS, G. *Social Semiotics*. Cambridge: Polity Press, 1988; MEY, Jacob. *Whose Language?: A Study in Linguistic Pragmatics*. Amsterdam: Benjamins, 1985; MITCHELL, T. F. *The language of buying and selling in Cyrenaica*. *Hesperis*. v. 44, p. 31-71, 1952; SINCLAIR, John; COULTHARD, Malcolm. *Towards an Analysis of Discourse: The English Used by Teachers and Pupils*. Oxford: Oxford University Press, 1975.

francesa e, em particular, a algumas idéias advindas de pensadores como Foucault, Derrida, Lacan, Pêcheux e outros, com o intuito de questionar a própria disciplina de LA quanto (i) à relação entre teoria e prática, (ii) às metodologias utilizadas, a qualitativa, por um lado e a quantitativa, por outro, (iii) à noção de sujeito consciente. A respeito dessa postura, este trabalho tem a finalidade de analisar os artigos de Coracini, (2003a, b, c, d, e) e de Bertoldo (2003a, b, c), publicados na coletânea intitulada *O Desejo da Teoria e a Contingência da Prática*, além de uma tese de doutoramento de autoria do último autor, com título semelhante: *Um Discurso da Linguística Aplicada: Entre o Desejo da Teoria e a Contingência da Prática*. Devido ao fato de que o meu enfoque de interesse é a LA e de que Coracini e Bertoldo lidam diretamente com essa disciplina, diferentemente de outros analistas do discurso que nada dizem a respeito da referida área, justifico o espaço dedicado a uma análise de suas idéias.

Desilusão e rompimento

O que motiva o trabalho é a desilusão com respeito à LA por parte de Bertoldo, na qualidade de professor de língua estrangeira. Bertoldo relata que, ao longo dos dez anos de sua experiência em nível universitário e secundário, ele considerava as idéias da LA como "...fontes seguras para o 'bom' (ênfase de Bertoldo) exercício da profissão" (p. 11). Para ele, a LA servia como "modelo a ser seguido" para "a boa formação" de professores de língua estrangeira. O autor afirma que procurava na disciplina LA, entre outros subsídios, "... estratégias de ensino e aprendizagem, abordagens mais sistemáticas de gramática, de uso da linguagem para comunicação, dos aspectos culturais na aprendizagem das línguas estrangeiras" (p. 11), aspectos esses que contribuiriam para o sucesso do "bom" professor (aspas de Bertoldo). Mas, ao que tudo indica, ele não encontrou respostas. Assevera que a LA apresenta subsídios relativos às habilidades necessárias que os professores devem adquirir para serem docentes competentes. Embora não explicita os subsídios aos quais ele se refere, o autor conclui, com base no seu contato com a LA, que sua prática pedagógica se pautava pela idealização de um bom professor. Na bibliografia do trabalho, há uma única referência ao referido assunto, um artigo da autoria de Moskovitz (1976), que tem por título *The Classroom Interaction of Outstanding Foreign Language*

Teachers" (*Foreign Language Annals* 9, p. 135-143, 146-157). Em minha visão, Bertoldo rejeita a idéia do "bom" professor e, por esse motivo, não teria por que explicitá-la. Essa postura sugere que, sendo um ideal e um produto do nosso imaginário, nada pode ser feito.

Bertoldo manifesta seu descontentamento com os cursos de formação de professores de LA, por estarem marcados por uma crença no "componente teórico". Para ele, a teoria não é posta em prática no ambiente da sala de aula. O pesquisador também relata que os professores formadores reclamam que os alunos-professores "não são capazes de colocar em prática os vários conteúdos que são tratados" (p. 20). Bertoldo, no entanto, não dá exemplos de quais conteúdos ele recomenda serem colocados em prática nas aulas de língua estrangeira. Não é claro o que Bertoldo quer dizer com as palavras "a teoria não é posta em prática". Estaria advogando a aplicação de teoria(s)? Van Lier (1996, p. 2) observa que o conhecimento teórico pode ser útil, sem necessariamente ter "uma aplicabilidade imediata".

Bertoldo informa que não encontrou espaço na universidade e nem tampouco nos subsídios da própria LA "... para considerar a possibilidade de que a teoria não estivesse em perfeita harmonia com aquilo que deveria explicar, ou mesmo fazer funcionar" (p. 12-13). Analisando as próprias afirmações de Bertoldo, observamos que ele está insatisfeito com a LA por acreditar que essa disciplina impeça o entrosamento da teoria com a prática, o que parece ter a ver com a visão de LA que talvez tenha construído em sua formação e não necessariamente com vários modos de entender e fazer LA. Na qualidade de professor da disciplina Prática de Ensino de Língua Inglesa, Bertoldo relata a sua decepção com a LA. Ele relata que a LA apregoa uma articulação entre teoria e prática, mas que não se concretizou, em nenhum momento na sala de aula, aquela articulação, por "...ser efeito de sentido de seu discurso" ("seu discurso" = o de LA) (p. 14). Daí se origina a motivação pelo rompimento com o discurso da LA e a aceitação, por Bertoldo, dos conhecimentos advindos de uma vertente da AD.

Na função de professor universitário de metodologia de ensino de línguas e de LA, Bertoldo ficou desiludido com sua prática, porque "... entendíamos teoria e prática como duas instâncias que se encaixam, fazendo funcionar harmoniosamente a trama da sala de aula" (p. 12). No decorrer de seu relato, Bertoldo se refere à teoria de aquisição de Krashen, pois em suas palavras, "[A]ssim estávamos inseridos nos vários

estágios e momentos da LA" (p. 13). Em nenhum momento ele analisa criticamente a referida teoria e, na verdade, deixa de informar que a proposta de Krashen continua sendo alvo de debate e de polêmica. Um bom exemplo é as críticas por McLaughlin (1978, 1980) às hipóteses de aquisição de L2 formuladas por Krashen. Considerar que a LA está associada às idéias de Krashen é uma visão reducionista do campo. A crítica acirrada às afirmações de Krashen, chamada em língua inglesa de "Krashen bashing", mostra, no âmbito de LA, que não há unanimidade a respeito das afirmações aventadas por Krashen e outros pesquisadores. Cabe observar que Krashen é um pesquisador importante na área, mas ele não representa a totalidade de pensamento na disciplina de LA. Essa visão reducionista do campo de LA, aliás, perpassa toda a formulação de Bertoldo e Coracini.

Coracini (2003a, p. 273), ao interpretar o trabalho de Krashen (1982), informa que "aprende-se uma LE, mas se adquire a LM". Trata-se de um equívoco, pois segundo o "modelo monitor" proposto por Krashen, a noção de aquisição é um processo natural e subconsciente, funcionando como a força motriz no desenvolvimento de fluência numa língua estrangeira. Para Krashen, a aprendizagem é um processo consciente, cuja função é a de monitorar ou "editar" o desempenho dos falantes. Nesse modelo proposto por Krashen, o papel da aprendizagem é menor do que o da aquisição (CRYSTAL, 1997, p. 376-377). O que é original no pensamento de Krashen é a possibilidade de replicação, na sala de aula de língua estrangeira, das condições ocorridas na aquisição da primeira língua (L1), através da apresentação de oportunidades para ouvir e falar. Coracini (2003e, p. 273) declara que "...quanto mais conscientes forem as estratégias, maior será a capacidade de controle ou de monitoramento do próprio processo de aprendizagem e, portanto, maior será o seu sucesso." Eis aqui outro mal-entendido com respeito à proposta de Krashen, pois o que é importante para ele é a aquisição em forma de insumo significativo, e não a aprendizagem de regras gramaticais, repetição de estruturas descontextualizadas ou memorização de vocabulário. O monitoramento a que se refere Krashen não tem nada a ver com a aquisição, pois o referido fenômeno ocorre quando o aluno pensa sobre a forma gramatical e as regras da língua estrangeira. Krashen não se encontra, diga-se de passagem, entre os especialistas que recomendam a utilização de estratégias.

Bertoldo informa que recorre à AD para ter “um outro olhar” sobre a prática de ensino de língua estrangeira e a preparação de professores de idiomas. Acredito que o autor poderia ter aprofundado sua discussão no que tange às reflexões e afirmações de Foucault e de Derrida, dado o impacto das idéias dos referidos filósofos da linguagem para uma gama de áreas de conhecimento. Ou poderia ter alinhavado uma resenha bibliográfica especificamente dedicada às idéias complexas e relevantes dos dois renomados filósofos, para dar uma idéia geral da profundidade de pensamento dos mesmos.

No caso de Foucault, suas reflexões sobre o papel das diferentes disciplinas na construção de discursos específicos com o intuito de controlar o pensamento dos próprios estudiosos ou “discípulos” na implantação de verdadeiras hegemonias intelectuais são norteadoras para o entendimento do funcionamento do poder nas relações humanas. O questionamento por Foucault da noção de autoria é essencial para uma visão do texto como algo compartilhado, repleto de diferentes vozes e sempre localizado num determinado tempo histórico.

Bertoldo também informa (p. 13) que o contato com o pensamento de Foucault (1979/1995, p. 13)² contribuiu para que ele concebesse a LA de forma diferente. Antes do referido contato, ele observa que “... a verdade construída no e pelo discurso de LA nos constituía ao nosso discurso”. Cabe perguntar que “verdade” é essa que Bertoldo atribui à LA. O referido campo se caracteriza por uma variedade de opiniões, teorias conflitantes, hipóteses não convergentes com respeito à aquisição e à aprendizagem de língua estrangeira, uma área de pesquisa importante na LA. Seria temerário afirmar que os lingüistas aplicados considerassem a pesquisa como verdade. A leitura da literatura especializada da AD, especificamente a referida obra de Foucault, contribuiu para seu entendimento de que “... as teorias, as abordagens endossadas pela LA...” (p. 13) são produzidas num determinado momento histórico e construídas por uma comunidade acadêmica, isto é, pelos membros de uma disciplina específica, nesse caso, pelos lingüistas aplicados. Seguindo as reflexões aventadas pelo referido filósofo, Bertoldo observa que as diferentes teorias têm a função de controlar e patrulhar, sendo, assim, um “exercício do poder” no âmbito

² FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Vozes.

duma determinada disciplina. Não tenho certeza, todavia, se ele chegou a perceber que as próprias idéias de Foucault e de Derrida também são uma apropriação de poder. Todo discurso é uma apropriação, isto é, funciona como tentativa de questionar e persuadir um outro. É importante também observar que existem diferentes “leituras” de Foucault. Muckelbauer (2000), por exemplo, afirma que na filosofia de Foucault existe a possibilidade de resistência e da existência de ação por parte de sujeitos do discurso. Esse autor cita as próprias palavras de Foucault (1980, p. 74): “...o indivíduo não é uma entidade pré-determinada acossada pelo exercício de poder por parte de um outro ou outros. O indivíduo com identidade e características, é o produto de uma relação de poder” (tradução minha). Muckelbauer (2000, p. 77) conclui que “[A]s relações de poder não restringem simplesmente sujeitos mas são precisamente as coisas que as produzem” (tradução minha). A insatisfação de Bertoldo com a LA é exacerbada pelo fato de que a referida disciplina “apaga os conflitos entre teoria e prática”, mantendo, dessa forma, um fosso entre as duas. O resultado desse estado de coisas é que não existe na LA o que ele chama de “discurso-prática”. Dado a pleora de material didático na área de ensino-aprendizagem e metodologias de ensino no campo de LA e sem uma definição ou explicação do que seria a noção “discurso-prática”, pergunto se o quadro por ele construído reflete a práxis na área neste início do século XXI.

Bertoldo, seguindo a sua visão da AD, questiona se é realmente possível que o pesquisador mude a prática, lançando mão de técnicas de conscientização e reflexão. Há professores que acreditam firmemente que mudanças na prática ocorrem na sala de aula graças ao ensino reflexivo e a uma metodologia voltada para a execução de tarefas e atividades de conscientização. Se eu interpreto bem as idéias aventadas por Bertoldo, para ele tais mudanças dificilmente podem ocorrer. Esse fatalismo ou determinismo está também presente nas reflexões de Coracini (2003e, p. 325), que escreve nestes termos:

Ao mesmo tempo em que como professores buscamos ser autônomos, independentes, somos inelutavelmente dependentes das autoridades, dos especialistas, dos livros didáticos: ao mesmo tempo em que buscamos a coerência, deparamos com o conflito e a contradição, o que nos leva a crer na necessidade de conviver com o plural, com o diferente, com o eterno adiamento do gozo.

Observa-se no trecho acima que Coracini faz um papel duplo, pois, por um lado, ela é a autora do trabalho em tela (“autoridade” e “especialista”) e, por outro, ela é também professora e recorre à estratégia retórica de se incluir (“como professores buscamos...”, “somos dependentes”). É bom lembrar que muitos dos seus interlocutores são, na vida real, “autoridades” ou “especialistas” (diretores de escola, pesquisadores, autores de livros didáticos) que, de fato, convivem diariamente com o conflito e a contradição e também com a pluralidade e a diferença. Uma dificuldade sentida na leitura de Coracini é que ela não informa o que significa o termo “gozo”. Não sei se o “gozo” a que se refere Coracini é sempre postergado, pois os indivíduos que publicam artigos e livros (Coracini incluída) “gozam” de sua qualidade de autor(idade) e de especialista. Daí se vê que esses indivíduos não são vítimas, mas participantes ativos (e conscientes?) na construção de seus próprios discursos.

Com respeito à formação de professores e à desconstrução, Bertoldo (2000) comenta nestes termos:

Consideramos, portanto, que a desconstrução permite olhar para questões de ensino/aprendizagem, formação de professores de língua materna e estrangeira, de modo a abrir espaços para outros olhares que não sejam as óticas positivistas e, muitas vezes solucionistas e imediatistas que têm marcado a área de LA (p. 61).

O problema com a afirmação de Bertoldo é o fato de que ele não informa quais trabalhos específicos escritos por lingüistas aplicados são “muitas vezes solucionistas e imediatistas. Ele também deixa de identificar as pesquisas “positivistas” às quais não seriam pertinentes os adjetivos por ele usados (“solucionistas” e “imediatistas”), estando, portanto, fora do alcance do modalizador “muitas vezes”. Outro problema detectado na citação acima apresentada é que Bertoldo engloba todas as pesquisas realizadas no momento como sendo “positivistas”,³ quando na verdade existe em LA uma gama de diferentes tipos de metodologia de pesquisa, tais como o método quantitativo (empírico-

³ Stephan Fuchs, no trabalho *Positivism is the organizational myth of science*, *Perspectives on Science*, v. 1, p.1-23, 1993, argumenta que a ciência não é um edifício unificado de crenças. Existem diferentes cientistas com diferentes visões, tais como os “realistas”, “os positivistas”, “os pragmatistas”, “os indutivistas”, “os instrumentalistas” e os “falsificacionistas” (p. 1).

positivista) e o método qualitativo, que abarca o interpretativo e o etnográfico. O assunto é muito mais complexo.

Embora não afirme explicitamente, segundo a minha leitura, Bertoldo está sugerindo que o método interpretativo (qualitativo) não tem nenhum valor e deveria ser descartado. O que restaria, então? O problema é que as críticas feitas por Bertoldo são generalizáveis a uma gama de disciplinas. A LA não é a única disciplina que recorre a um método interpretativo ou etnográfico. A sociologia, a antropologia e a pedagogia também recorrem ao referido método. Na área de psicologia social e no contexto brasileiro, Spink e Menegon (2000, p. 78) afirmam que ambos os métodos (ou metodologias) "... produzem versões sobre o mundo". As referidas autoras enfatizam a responsabilidade dos pesquisadores, independentemente da opção por um dos métodos ou pelo uso dos dois.

Para ter condições de sustentar uma argumentação contrária à metodologia de cunho qualitativo, o autor, para convencer, teria de fornecer dados e citar um número razoável de casos específicos de pesquisas que mostrassem a suposta inviabilidade do uso de tais modelos. Quanto à pesquisa qualitativa, Bertoldo nada informa a respeito do andamento de pesquisa nessa modalidade. A consulta a uma fonte segura na área de pesquisa qualitativa como o *Handbook of Qualitative Research*, organizado por Denzin e Lincoln (1994), teria sido útil para auxiliar futuros lingüistas aplicados no seu trabalho e para evitar quaisquer posturas aprioristas ou meramente preconceituosas. Esse livro oferece uma definição da referida atividade, que não somente informa, mas também surpreende. Segundo os autores, "[A] pesquisa qualitativa abrange duas tensões ao mesmo tempo. Por um lado, ela está voltada para uma sensibilidade ampla, interpretativa, pós-moderna, feminista e crítica. Por outro, está voltada para uma concepção mais estreitamente definida da experiência humana e à sua análise positivista, pós-positivista, humanista e naturalista (p. 4).

Da leitura do trecho acima, depreende-se que todas as atividades de pesquisa são altamente complexas e realmente não se pode descartar sumariamente nenhuma perspectiva. Daí se vê que a própria visão traçada por Bertoldo a respeito da pesquisa qualitativa não mostra essa complexidade e a seriedade acadêmica do referido método. Na sua própria pesquisa, Bertoldo (2000, p. 22) não deixa de recorrer a um "método" ou metodologia de pesquisa, pois ele apresenta o que ele vê

como hipótese: (“A LA não dá conta do fato de que a relação entre teoria e prática se constitui de conflitos e contradições.”). Mas, o que está entre parênteses é formulada como afirmação e não como hipótese. Além disso, ele formula perguntas de pesquisas às quais ele responde na conclusão, com base na sua interpretação dum ‘corpus’ (i) gravações em áudio de aulas de LA de três cursos de licenciatura em letras em universidades paulistas, (ii) análise de três textos consultados nos cursos observados e depoimentos dos discentes, (iii) análise do discurso de documentos oficiais voltados para o ensino/aprendizagem de idiomas. Com base nessas atividades, perguntaria se Bertoldo também não estaria “interpretando” conscientemente depoimentos e registros escritos. Tenho a impressão de que ele lança mão de uma metodologia empírico-positivista que ele mesmo condena. Do ponto de vista “formal”, Bertoldo segue o procedimento de triangulação usado na pesquisa etnográfica. Todavia, a própria triangulação é questionada por Coracini (2003a, p. 112) que a considera como produto da “... cultura ocidental cristã, a sabedoria, a totalidade, a completude, o infinito, a verdade, a perfeição, evocando, simbolicamente, a Santíssima Trindade”.

O verdadeiro culpado: a ciência moderna?

Um problema detectado no trabalho é o fato de que a palavra “ciência” em nenhum momento é definida. Bertoldo de fato menciona que há diferentes tipos de ciência. Ele se refere (p. 32) às ciências formais, às ciências empírico-formais ou exatas e às ciências hermenêuticas ou interpretativas. Todavia, ele não procura identificar diferenças entre elas. Ao longo do trabalho, existem numerosas referências à “ciência moderna”. O que não é por ele explicitado é que as ciências exatas, como a física ou a matemática, funcionam em geral diferentemente das ciências naturais, como a biologia ou a geologia. As ciências humanas (ou sociais), como a sociologia e a psicologia, lidam com seres humanos e são bastante diferentes da física e da geologia, voltadas para fenômenos da natureza.

Subjacente à insatisfação com a postura intelectual da LA, existe na proposta de Bertoldo uma crítica à própria ciência moderna, por “... caminhar para a certeza, a objetividade e a completude” (p. 172). Além disso, ao criticar o uso da palavra “ciência”, Bertoldo concebe a ciência como atividade muito rígida, provavelmente sinônimo de experimento.

(i) A procura pela certeza na ciência moderna

Quanto à afirmação de que a “ciência moderna busca a certeza”, cumpre observar que nem sempre a ciência encontra “aquela” certeza e que os cientistas estão plenamente “cientes” de que não há certezas absolutas. A própria história da ciência mostra momentos de crise e de fracasso. Muitas descobertas científicas foram realizadas por acaso. A ciência se pauta pela revisão de suas hipóteses e não chega realmente a verdades, mas a “verdades aproximadas”, pois as conclusões científicas são parciais (incompletas) e sempre passíveis de revisão ou reformulação. Segundo M. J. Roberts (1974), no artigo intitulado “On the Nature and Condition of Social Science”, a ciência não busca “a verdade”, mas o que ele chama de “uma melhor formulação” ou explicação para um fenômeno específico que é estudado pelo cientista num momento determinado. Com respeito a “regimes de verdades” sempre mencionados na literatura de AD, concordo com o ponto de vista de Possenti (2002, p. 238), que afirma nestes termos: “Assim, tanto pode haver erro na ciência quanto verdade fora dela, o que não transforma a primeira em não científica, nem os outros discursos que contêm verdades em ciência.”

(ii) a objetividade

Bertoldo não pormenoriza sua crítica à objetividade da ciência moderna. A “objetividade” da física ou da química é bem diferente da “objetividade” das ciências sociais, como a sociologia e a antropologia. A física e a química tratam das leis e dos fenômenos da natureza, ao passo que a sociologia e a antropologia lidam com seres humanos, cujo comportamento não pode ser comparado com as leis do universo.

Com base nos seus comentários, acredito que Bertoldo vê a ciência exclusivamente como fruto de trabalho em laboratório. A sua concepção da ciência, na sua totalidade, como uma prática exata ou rígida, é desmentida quando se examinam recentes desenvolvimentos nos últimos anos. Stewart (1990, apud, THOMAS, 1997, p. 87-88) comenta que a física é influenciada pelas idéias pós-modernas: todo saber é fragmentário e os próprios físicos têm pleno conhecimento de que os fenômenos por eles estudados “... se tornam cada vez mais transitórios, frágeis ou, em outras maneiras, vulneráveis face à observação e mensuração”. Fenômenos como a consumação do átomo radioativo e a indeterminação quântica, segundo Stewart, são vistos pelos cientistas

como sendo “determinados por acaso, e não por lei” (tradução minha). Esse autor se refere à teoria de caos/complexidade proposta por Gleick (1987), que enfatiza a imprevisibilidade, a acidentalidade e a não linearidade dos acontecimentos naturais. Essa nova orientação científica tem chamado a atenção de especialistas no campo de LA. Larsen-Freeman (1997, p. 142) afirma que existem semelhanças entre os sistemas complexos não-lineares que ocorrem na natureza e os processos que ocorrem na aquisição de línguas. Ela argumenta que a teoria do caos possivelmente sirva como “alternativa ao pensamento linear e reducionista que tem dominado a ciência desde os tempos de Newton”. Van Lier (1994, p. 342) também observa que a referida teoria de complexidade tem contribuído para o questionamento de causalidade nas ciências naturais. De acordo com van Lier, uma postura positivista, a busca de leis causais e generalizações fechadas, e a escolha forçada entre a objetividade ou a subjetividade (ênfase minha), tem sido eliminada na prática de pesquisa das ciências sociais. Os efeitos dos discursos de Larsen-Freeman e de van Lier, por um lado, perpassam uma visão atualizada e equilibrada de LA, pois os textos examinados mostram que a referida disciplina procura se abrir para outras áreas de conhecimento, questiona sua própria metodologia e assume a responsabilidade perante a sociedade pelos resultados de sua pesquisa (Edge e Richards, 1998), seja na vertente quantitativa nos moldes de Hatch e Lazaraton (1991), seja na vertente qualitativa de Davis (1995) e de Lazaraton, (1995).

A visão da LA apresentada por Bertoldo e Coracini, por outro lado, transmite a idéia de que os termos “objetividade”, “subjetividade” e “empiricismo” (CHARNEY, 1996) são sempre “palavrões” e que a disciplina está desprovida de diferentes metodologias de pesquisa, hipóteses e interpretações da realidade, além de conflitos teóricos não somente na área de L2, mas também numa gama de sub-disciplinas e campos relacionados. Para Larsen-Freeman (1997, p. 160), essa variedade é salutar para a área, pois “com o caos de opiniões conflitantes, surge crescimento”.

(iii) completude

Com respeito ao desejo de “completude” pela ciência, Bertoldo, ao se referir às afirmações feitas por Cavalcanti (1986, p. 7) de que em LA se faz pesquisa qualitativa e também quantitativa, considera que a

utilização dos dois tipos de pesquisa exemplifica o “desejo da completude da ciência moderna” (p.175). Para Bertoldo, a “constituição da LA como ciência” ressalta “... os limites que o paradigma de ciência moderna lhe impõe, ou seja, a impossibilidade de abarcar a totalidade de seu objeto de estudo” (p. 197).

Bertoldo (p.196) vê no trabalho de Moita Lopes (1996) o desejo de querer ser completo, pois o referido pesquisador considera procedente a combinação numa única pesquisa (ênfase minha) do método qualitativo e quantitativo. É difícil entender como Bertoldo chega à conclusão de que a utilização de ambos os métodos é um exemplo da vontade ou um desejo por parte de um determinado pesquisador de procurar uma completude no seu conhecimento, de querer saber tudo e até exaurir o conhecimento numa determinada disciplina. Não é nada claro o que Bertoldo entende por um “argumento monolítico, fechado” (p. 157), pois ele caracteriza a postura de Moita Lopes com as seguintes palavras: “Essa postura, a nosso ver, parece querer colocar ponto final em uma discussão que gera, por parte dos estudiosos, reflexões abertas a diferentes posicionamentos” (p. 157).

Bertoldo afirma (2000, p. 196; 2003a, p. 146) que se forem utilizados os dois métodos juntos num determinado projeto de pesquisa, eles seriam “completamente incompatíveis”. Além disso, declara que Moita Lopes não considera tal incompatibilidade “um empecilho”. Bertoldo afirma categoricamente que os dois métodos de pesquisa – o quantitativo e o qualitativo – num trabalho único não procedem. Além disso, deve ser notado que Moita Lopes, em seu texto, se referira a uma pesquisa realizada no início dos anos 80, ou seja, uma investigação que já tem 20 anos. Seria de esperar que Bertoldo, em seu argumento, dialogasse com textos contemporâneos de Moita Lopes. Ou será que Bertoldo ignora que o conhecimento é sócio-historicamente construído? A afirmação é feita sem fornecer fontes e nomes de pesquisadores que tiveram sucesso ou (para convencer) fracasso com a utilização dos referidos modelos. Falta argumentação a respeito. Com respeito à integração dos métodos quantitativo e qualitativo no âmbito da LA, vale lembrar que Scaramucci (1995, p. 517), por exemplo, com base nas considerações de Reichardt e Cook (1979), argumenta que os dois métodos deveriam ser considerados paradigmas “complementares e não opostos”.

Bertoldo alega que a tomada de teorias como “blocos monolíticos” (p. 14) por parte de linguistas aplicados não possibilita que os alunos

tenham acesso às mesmas e que façam uso de “um amplo espectro de formulações teóricas para observar e analisar o processo de ensino e aprendizagem” (p.14). Curiosamente, essa recomendação por Bertoldo, para que os lingüistas aplicados trabalhem com um “amplo espectro de formulações teóricas”, é contradita quando ele próprio afirma que a LA, nos moldes da ciência moderna, busca uma “completude” (p. 259), isto é, um desejo de abarcar todo o conhecimento deste mundo.

No decorrer de sua análise, Bertoldo, ao comentar os trabalhos de Pennycook (1994, 1998) e de Fairclough (1985, 1992), considera que “essas perspectivas totalizantes” “... mantêm, assim, o mesmo desejo da totalidade”, e ele conclui que “nem tudo pode ser dito sobre o seu objeto de estudo” (p. 269).⁴ O comentário, bastante óbvio e sumário, não é suficiente para afirmar que o trabalho de Fairclough e Pennycook na LA não procede. Bertoldo confessa no seu relato que devido à sua “conversão” (sic) para a AD, (... “constituídos pelo discurso da AD”), “... passamos a entender que a lingüística aplicada era um efeito de sentido de seu discurso e não se consubstanciava em discurso-prática” (p.14). Bertoldo sugere que os lingüistas aplicados devam procurar a “plurisignificação” nas aulas de Prática de Ensino, em vez de privilegiar “soluções comprometidas com teorias tomadas monoliticamente” (p.14). Com relação a esse ponto, pergunto se essa recomendação de uma plurisignificação não contradiria a crítica feita por Bertoldo ao suposto desejo da completude por parte das diferentes disciplinas acadêmicas. E, ao final, o que significa realmente tomar uma teoria “monoliticamente”? (p. 14). Levando em consideração a afirmação de Bertoldo de que “[O] discurso é exteriormente constituído e, portanto, o sujeito não é dono do seu dizer” (p. 56), como Bertoldo sabe o que está acontecendo na cabeça do pesquisador, ou como ele sabe se o mesmo está tomando uma teoria como um “bloco monolítico” ou não?

A afirmação de que a ciência moderna busca saber e conhecer tudo e que os cientistas alimentam um desejo de completude pode ser

⁴ As fontes examinadas por Bertoldo, para embasamento de suas afirmações, são: FAIRCLOUGH, N. Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of Pragmatics*, v. 9, p.739-763, 1985; FAIRCLOUGH, N. *Knowledge and Power*. London: Longman, 1992; PENNYCOOK, A. *The Cultural Politics of English as an International Language*. New York: Longman, 1994; PENNYCOOK, A. *Critical applied linguistics: a critical introduction*. Mahwah, NJ: Laurence Erlbaum, 2002.

desmentida ao se examinar o próprio procedimento de cientistas hoje em dia. Mesmo que aceitemos a hipótese de que os cientistas procuram desenfreadamente saber tudo a respeito do mundo e seu funcionamento, muitos cientistas têm pleno conhecimento das limitações de suas pesquisas, que eles mesmos são efêmeros e que os pesquisadores de futuras gerações vão fatalmente questionar, revisar e até rir de suas tentativas para entender o mundo.

(iv) Dois sujeitos: consciente e inconsciente?

No decorrer de sua tese, Bertoldo se refere brevemente aos trabalhos de Lacan (p. 254), com base no estudo de Fink (1998) e também os de Deleuze (1979/1995), de Milner (1984) e de Pêcheux (1969/1990),⁵ respectivamente, para tecer comentários sobre a noção de sujeito inconsciente em contraste com a visão de sujeito “consciente concebido pela ciência moderna”. A referida corrente não aceita um tipo de sujeito que teria controle dos sentidos que produz ou que tenha plena consciência de suas ações. Dessa maneira, o sujeito, sendo inconsciente, não pode atuar como agente transformador da realidade social. Nas palavras de Bertoldo: “Entendemos que o sujeito, afetado por seu inconsciente, não pode controlar o seu dizer e conseqüentemente os sentidos que produz” (p.157).

Bertoldo leva essa visão de sujeito inconsciente para a sala de aula, visando a problematizar até que ponto o professor ou “sujeito” é consciente de alguma coisa na qual ele está inserido. Levando essa afirmação às últimas conseqüências, eu concluiria que esse sujeito, sendo inconsciente, é impotente e nada pode fazer para modificar o seu ambiente.

Bertoldo abraça as idéias de pensadores pós-modernos como Lacan e Pêcheux e outros que rejeitam a noção de “...sujeito cartesiano, fonte e origem de seu dizer, controlador de suas ações” (p. 19). Outras citações retiradas do trabalho de Bertoldo mostram o seu posicionamento:

⁵ Os autores citados por Bertoldo (2000) são os seguintes: FINK, B. O sujeito lacaniano – entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998; DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995; MILNER, J.C. De L'École. Paris: Editions du Seuil, 1984; PÊCHEUX, M. A análise do discurso: Três épocas. Trad. Jonas de A. Romualdo. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). Por uma análise automática do discurso – Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1969/1990. p. 311-318.

“... o sujeito da pós-modernidade não é concebido como consciente, origem de seu dizer...” (p. 55) e “O discurso é exteriormente constituído e, portanto, o sujeito não é dono do seu dizer” (p. 56).

No que diz respeito ao trabalho sobre Pêcheux, eu esperaria que o referido filósofo da linguagem fosse submetido também (ênfase minha), por parte de Bertoldo, a uma reflexão crítica, como, por exemplo, nos moldes de Silveira (1995, p. 97), que tece os seguintes comentários sobre AD e, em especial, Pêcheux:

... a teoria de AD, guardadas suas contribuições, “mutila” mais que o discurso publicitário que, dissimuladamente, procura silenciar o “outro”, já que não abre espaço para se pensar na possibilidade de uma “margem de autonomia”, ainda que pequena e desigual, para os sujeitos envolvidos na interação discursiva.

A aceitação por Bertoldo da concepção de um sujeito inconsciente da visão pós-moderna explica, a meu ver, a sua desilusão com a LA, com a pedagogia e também com a própria ciência. Se realmente nós não temos consciência de nossas ações, se o nosso dizer realmente não é “nosso”, se o discurso vem de fora, nada podemos fazer para controlar o nosso destino. E, por esse motivo, Bertoldo também perde interesse na noção do “bom professor”, pois, com razão, tentar se esforçar para melhorar a atuação na sala de aula de nada adianta, dado que não se tem controle do próprio dizer e fazer ou do dizer e fazer do outro.

Além disso, Bertoldo, seguindo a sua leitura da análise do discurso/desconstrução, questiona se realmente é possível o pesquisador mudar a prática, lançando mão de técnicas de conscientização e reflexão. Os professores que acreditam com firmeza que mudanças na sua prática na sala de aula sem dúvida ocorrerão – se eu entendi bem a proposta de Bertoldo – estão realmente delirando. Sem poder agir e sendo assujeitados, eles não teriam condições de mudar a prática de ensino do professor. Acredito que Bertoldo, com base nas suas leituras, está dizendo que o nosso inconsciente, comandante do nosso consciente, tolhe as nossas ações e impede resistência por nossa parte. A concepção de um sujeito não-consciente ou inconsciente não admite resistência e, por esse motivo, ele não deposita nenhuma confiança nem na perspectiva de pesquisa quantitativa e nem na qualitativa.

Conceber um sujeito “consciente”, que está em pleno controle de sua fala e de suas idéias, é uma mera ilusão, pois é impossível, segundo

Bertoldo, lançar mão do “conhecimento teórico-prático” e “dirigir os futuros professores de LE (=língua estrangeira) para que se tornem autônomos, auto-suficientes” (p. 261).

No espaço de pouco mais de dois parágrafos (que é muito pouco para um assunto tão sério), Bertoldo (p. 268-269) rejeita o trabalho de Critical Discourse Analysis (Análise Crítica do Discurso) de Fairclough e seus seguidores, devido ao fato de que a referida postura discursiva trabalha com um sujeito consciente e não reconhece que “... sua constituição é afetada pelo inconsciente que impede que o sujeito domine e tudo conheça sobre o seu dizer e sobre os sentidos que produz”. Tal sujeito inconsciente concebido por Bertoldo não teria nenhuma iniciativa.

Se tudo é uma ilusão, se o inconsciente domina o consciente completamente, qual é a alternativa para a LA? Acredito que a conclusão é clara: não há alternativa.

Para ser justo com Bertoldo, há outros pesquisadores que compartilham de suas idéias. Coracini (1998, p. 40) critica o modelo de Krashen, que encontra respaldo na psicologia cognitiva de Ausubel, por estar baseado numa visão de um sujeito racional que ignora “... a natureza social e, portanto, ideológica do sujeito”, nos moldes de Bakhtin (1977).⁶ O que é problemático para Coracini é o fato de que os estudos cognitivistas enfatizam uma perspectiva “simplista” das relações entre teoria e prática. Daí se vê que ela rejeita a noção do sujeito racional e declara isso nos seguintes termos:

...enquanto sujeitos inconscientes, não temos controle total sobre o que dizemos e fazemos, e muito menos sobre os efeitos de sentido desse dizer e fazer, que a relação teoria e prática (ação) é mais complexa, assim como a aprendizagem, do que desejariam pedagogos, lingüistas aplicados e professores, que marcados pela ânsia da totalização e da completude, buscam uma passagem direta, sem obstáculos de qualquer natureza, entre teoria e prática, uma completando a outra; que, marcados pelo desejo recalcado de completude, e pela falta que daí emana, deparamo-nos com o adiamento ad finitum da solução, da totalidade e do controle (p.40).

Alguns comentários são necessários com respeito às afirmações feitas por Coracini. Com base nas suas palavras, “enquanto sujeitos

⁶ BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1998.

inconscientes”, cabe perguntar quão inconsciente é esse sujeito a que se refere Coracini. O sujeito seria completamente ou parcialmente inconsciente? É óbvio que não temos “controle total sobre o que dizemos e fazemos”. Mas temos, sim, algum controle. Se realmente é verdade que “... enquanto sujeitos inconscientes, não tenderíamos a ser verdadeiros robôs sem vontade e idéias próprias? A própria autora não estaria sujeita a esse descontrole do seu próprio discurso? Se realmente somos sujeitos totalmente inconscientes, nada podemos fazer com o nosso destino, pois não teríamos (nenhum) livre arbítrio. A meu ver, a situação é outra. Ninguém de fato tem controle total de seu consciente. Na verdade, ao longo de nossa existência, muita coisa é eliminada de nossas memórias. Esquecemos fatos e eventos ocorridos no passado; apagamos, em certos casos, incidentes e momentos que foram desagradáveis para nós. Tenho dificuldade em aceitar a noção de um ser ou sujeito inconsciente por completo. Recorremos a psicólogos, psiquiatras e psicanalistas justamente para chegar a entender os nossos problemas trazendo o “apagado” à consciência. Diria também que o “inconsciente” não deveria ser considerado necessariamente uma coisa ruim, pois existem implantados na própria inconsciência, embora “esquecidos”, valores morais, atitudes com respeito a comportamentos, influências positivas (ao lado de negativas, em certos casos, com certos indivíduos) recebidas dos pais, de parentes e até de professores. Nos seus estudos sobre o inconsciente, Freud nunca negou a atuação da própria consciência no ser humano. Hanns (1996, p. 111-120), no Dicionário Comentado do Alemão de Freud, comenta com muito detalhamento os termos utilizados por Freud: “consciência moral”, “consciente”, “pré-consciente”, “conteúdos conscientes”, entre outros.

Na minha visão da noção consciente/inconsciente, acredito que tudo depende do tipo de modelo de AD que o pesquisador adota. Os especialistas que não admitem um sujeito minimamente consciente, sem dúvida, vão ter uma visão diferente do comportamento humano do que os pesquisadores que admitem a possibilidade de pelo menos algum controle por parte do próprio sujeito.

(v) Teoria e prática: dicotomia ou contínuo?

Bertoldo (p. 257) declara que a LA “... apaga os conflitos e contradições advindas “ da relação entre teoria e prática” e, além disso, ameniza essa “relação conflituosa e contraditória” que leva a uma

dicotomização entre teoria e prática (p. 13-14). Para Bertoldo, a LA é vista como um lugar de encaixamento entre teoria e prática. Ele não critica a sua própria formação ou a leitura que ele mesmo faz dos textos lidos. Mais uma vez se percebe que, equivocadamente, Bertoldo reduz a LA a questões referentes a relações entre teoria e prática no campo de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras. Bastaria que examinasse rapidamente qualquer programa de congressos nacionais e internacionais da área para flagrar seu engano. O autor afirma que a LA propõe uma “íntima relação entre teoria e prática”. A articulação entre teoria e prática proposta pela LA, segundo Bertoldo, era nada mais do que “um efeito de sentido de seu discurso e não se consubstanciava em discurso-prática”. Cabe reafirmar que Bertoldo informa o leitor que a LA lança mão de teorias totalizantes. Todavia, não informa quais são essas teorias “totalizantes”. O resultado, segundo Bertoldo, é que a teoria permanece estanque, desligada completamente da prática, estabelecendo uma dicotomia entre ambas. O que Bertoldo faz é insistir na própria importância da teoria na LA e também em outras áreas, com base na sua afirmação de que a ciência moderna enfatiza em todos os momentos a noção de teoria. No entanto, a ênfase por ele dada à teoria vai completamente contra as próprias idéias de Foucault⁷ e Feyerabend (1993). Voltando novamente ao trabalho intitulado “What’s the Use of Theory”?, de autoria de Thomas (1997), vale a pena lançar mão da análise do referido autor a respeito de Feyerabend e também de Foucault. Começo com as considerações de Thomas a respeito de Feyerabend e, em seguida, passo a seus comentários sobre Foucault. Com respeito ao primeiro pensador, Thomas (1997, p. 85) escreve:

A posição de Feyerabend não é simplesmente que a teoria não tem nenhuma utilidade, [...]. O caso é que as implicações da teoria são danosas, destrutivas do pensamento e do progresso. Cumpre observar que o campo de Feyerabend é a filosofia da ciência. Se os argumentos dele são verdadeiros para a ciência, quanto mais verdadeiros são para a educação e as ciências sociais [Tradução minha].

⁷ As obras citadas por Bertoldo nas traduções para o português são: FOUCAULT, M. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1969/1987; FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1971/1996; FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Vozes, 1979/1995.

Quanto a Foucault, Thomas (p. 85-86) cita os comentários feitos por Philip (1990) num artigo que tem por título "Michael Foucault" (In: SKINNER, Q. (Org.), 1990), que assim escreve: "Ele [Foucault] rejeita as unidades tradicionais de análise e de interpretação tão bem como as unidades postuladas da ciência – teorias, paradigmas e programas de pesquisa (p. 86)." (Tradução minha).

A desconfiança e total rejeição por Feyerabend e também de Foucault com relação à teoria, na minha opinião, não são levadas em conta por Bertoldo. Considerando que Foucault é o principal embasamento ou alicerce do trabalho de Bertoldo e que, ao mesmo tempo, ele dá a entender que aceita plenamente as idéias do referido filósofo, é surpreendente a importância por ele dada à teoria em si e à relação ou, melhor dito, à (suposta) falta de relação entre teoria e prática em LA.

Cumpre também comentar o termo "dicotomia", que muito preocupa o autor, pois ele nos lembra, em vários momentos do trabalho, que a LA separa a teoria e a prática. O autor afirma que os linguistas aplicados fatalmente dicotomizam a teoria e a prática. Widdowson [1978, 1980] (BERTOLDO, 2000, p. 121; 2003a, p. 122) é acusado de "trabalhar" uma dicotomia entre a distinção uso (use) e forma (usage), distinção essa muito importante no ensino de línguas, pois na época do método tradicional e também no estruturalismo, os professores de línguas tendiam a enfatizar a forma ou a estrutura gramatical em vez do uso da língua em situações verdadeiras. Na verdade, a referida distinção serviu para mudar a prática de muitos professores de língua estrangeira, pois começaram a refletir sobre a ênfase exagerada dada ao ensino de regras gramaticais, ao uso do espaço da sala de aula exclusivamente para uma descrição gramatical em vez de proporcionar oportunidades para a conversação e para o uso do idioma em situações concretas. A distinção proposta por Widdowson serve para questionar a separação forma-função.

Bertoldo não se refere ao artigo bastante citado na área de LA, da autoria de Wilkins (1982), intitulado "Dangerous Dichotomies in Applied Linguistics and Language Teaching". É verdade que as dicotomias, tanto quanto as teorias, têm o poder de "encantar" os pesquisadores que, ao invés de fazer uso delas como simples instrumentos para entender melhor a realidade, depositam nelas muita fé, como aliás faz Bertoldo, ao se descrever como convertido (sic) à AD. É por isso que as teorias seriam, em certos casos, "perigosas", por impedir outras maneiras de ver as coisas. O artigo de Wilkins é importante porque mostra que por

mais de vinte anos existe na disciplina de LA uma desconfiança das dicotomias e de seu poder de sedução.

Um outro livro que integra o discurso de AL por mais de dez anos é o de Kramersch (1993, p. 2-9), que examina criticamente várias “dicotomias”, entre elas, (i) a gramática em contraste com comunicação e (b) a fala do aluno em confronto com a do professor. Kramersch reformula essas e outras dicotomias em LA dentro de uma “perspectiva não-dicotômica”. Trabalhos nos moldes de Kramersch mostram que os lingüistas aplicados (e a própria disciplina de LA) estão cientes do perigo de um assujeitamento a um pensamento dicotômico.

Sem dúvida, a divisão de conceitos e coisas em duas partes nem sempre é feliz. Alguns exemplos são homem/mulher, falante nativo/falante não-nativo, competência/desempenho, que devem ser vistos como contínuos ou “clines” e não como duas partes distintas. Num questionamento do próprio binarismo, Bing e Bergwall (1998, p. 495, In: COATES, 1988), com respeito à distinção masculino/feminino, argumentam que “a maior parte de nossa experiência não se encaixa perfeitamente em categorias binárias”.

Considero que a noção de dicotomia tem sido útil em certas instâncias. A noção de competência/desempenho tem sido norteadora para a dinâmica da aquisição da linguagem e para o próprio ensino/aprendizagem. As categorias binárias têm uma utilidade em ciências tais como a biologia. Por exemplo, a divisão de animais em duas categorias contrárias, isto é, vertebrados e invertebrados, é útil para esgotar a extensão do mundo “animal”. As divisões não precisam ser necessariamente dicotômicas, pois é plenamente possível, quando útil para as finalidades do pesquisador, dividir em três partes, isto é, numa “tricotomia”, ou em várias partes, numa “politomia”.

Cavalcanti (1986) é criticada por “... flagrar uma dicotomia entre teoria e prática” (BERTOLDO, 2000, p. 171; 2003a, p. 123) e, em outro momento, o autor comenta que a referida pesquisadora enfatiza em LA a noção de teoria e, dessa forma, “... asseverando mais ainda a dicotomia entre teoria e prática” (p. 173). Com referência a um artigo de Moita Lopes (1989), Bertoldo reclama que o referido trabalho “substitui, por um processo dicotômico, uma metodologia por outra, privilegiando a última como mais adequada àquela que permitiria abarcar a complexidade dos processos de uso de linguagem que os estudos em LA encerrariam” (p. 196). O que incomoda Bertoldo é a utilização por

Moita Lopes (1989, p. 604) de dados qualitativos (e etnográficos) e também de quantitativos numa única pesquisa. Daí se vê que Bertoldo “silencia” Moita Lopes, pois nem sequer ele avalia positiva ou negativamente os resultados da pesquisa elaborada por Moita Lopes. Deve-se salientar novamente que, estranhamente, Bertoldo escolhe dialogar com textos já envelhecidos desses dois autores em franca produção. Que desejos inconscientes/conscientes perseguem Bertoldo? Não deveria Bertoldo, portanto, analisar os efeitos de seu próprio discurso?

(4) Os lingüistas aplicados e a noção teoria- prática

Bertoldo lança mão de um único trabalho voltado para a relação teoria e prática para tentar argumentar que a LA dicotomiza a referida relação e que todos os lingüistas aplicados não tentam ligar a teoria à prática. O trabalho a que se refere Bertoldo é de autoria de Clarke (1994), que tem por título “The Dysfunctions of the Theory/Practice Discourse”. O autor argumenta que a distinção entre teoria e prática não é salutar para a profissão (p. 9). Bertoldo, na sua análise do trabalho de Clarke, conclui que o referido lingüista aplicado “... acaba por sugerir uma relação dicotômica entre teoria e prática” (p. 109).

A minha leitura do artigo de Clarke é outra. Com base no trabalho em tela e outro de sua autoria (1993), argumento que Clarke propõe medidas concretas para integrar a teoria e a prática. O autor recomenda “ações pequenas, agitações relativamente seguras que alteram o status quo o suficiente para propiciar aos professores uma medida de controle sobre as situações quotidianas” (p. 18) [tradução minha].

Não julgaria procedente generalizar que na área de LA existe uma dicotomização de teoria e prática ou uma falta de empenho em tomar medidas para integrar as duas. Um exemplo é Schulz (1991),⁸ que examina detalhadamente diferentes teorias de aquisição de língua estrangeira, com a finalidade de aquilatar o seu entrosamento com a prática. Outro artigo seminal no campo de LA é de autoria de Celce-Murcia (1983),⁹ que

⁸ SCHULZ, R.A. Second language acquisition theories and teaching practice: how do they fit? *Modern Language Journal*, v. 75, n. i. p. 17-26, 1991.

⁹ CELCE-MURCIA, M. Problem solving: a bridge builder between theory and practice. In: ALATIS, J.E.; STERN, H. H.; Strevens, P. (Org.). *Georgetown Round Table on Languages and Linguistics (Applied Linguistics and the Preparation of Second Language Teachers: Toward a Rational)*, Washington, D.C: Washington, D.C., 1983.

sugere “problem solving” (resolução de problemas) como procedimento para justamente construir uma ligação entre teoria e prática. Os trabalhos mais recentes de C. Roberts (1997)¹⁰ e de Beaugrande¹¹ (1997) mostram que os pesquisadores da disciplina estão conscientes da possível defasagem entre teoria e prática e sugerem medidas para uni-las. Uma representação ponderada a respeito da disciplina de LA com relação à Linguística Geral (Teórica) é a coletânea organizada por Tomic e Shuy (1987).

Com base nos meus comentários, refuto a afirmação de que a LA em todos os casos (ênfase minha) dicotomiza a relação entre teoria e prática. Muito pelo contrário, os discursos advindos da LA mostram que existem tentativas de integrar ambas e que também há casos concretos em que a teoria e a prática são plenamente integradas. Outro ponto digno de mencionar é a aparente suposição de que a teoria sempre vem primeiro (“theory before”) no campo de LA ou nas disciplinas de educação, sociologia e psicologia experimental, onde se pode analisar dados e registros para formular uma teoria depois (“theory after”).

(5) Os discursos dos lingüistas aplicados brasileiros

Bertoldo observa que os lingüistas aplicados brasileiros citam, em seus trabalhos científicos, autores estrangeiros, principalmente os de língua inglesa; ele comenta que na cultura brasileira o fato de esses autores serem estrangeiros “... assegura, via de regra, a legitimidade do que apregoa em razão de sua credibilidade praticamente indiscutível” (BERTOLDO, 2000, p. 184, nota de rodapé 6). Sem dúvida, o que vem de fora, em alguns casos, tende a ser valorizado exageradamente. Todavia, a meu ver, Bertoldo tende a subestimar a comunidade científica brasileira, tachando-a de submissa perante as idéias vindas do exterior! Não acredito que todos os lingüistas aplicados brasileiros aceitem pacificamente o que os colegas estrangeiros dizem. Um exame da literatura especializada na área de LA produzida por especialistas brasileiros publicada nas revistas científicas mostra que não existe “uma

¹⁰ ROBERTS, C. There's nothing so practical as some good theories. *International Journal of Applied Linguistics*. v. 7, n. 1, p. 66-78, 1997.

¹¹ BEAUGRANDE, R. de. Theory and Practice in Applied Linguistics: Disconnection, conflict or dialectic? *Applied Linguistics*, v. 18, n. 3, p. 279-313, 1997.

credibilidade praticamente indiscutível”, pelos mesmos com respeito aos colegas estrangeiros. Cabe também lembrar que as referências por parte de Bertoldo a Foucault, a Derrida e a outros especialistas da referida linha francesa que legitimam a AD também são estrangeiros. O fato de que os referidos trabalhos foram lidos diretamente em língua portuguesa podem ter contribuído (inconscientemente?) a não perceber ou esquecer que Foucault, Lacan e Derrida são estrangeiros.

Bertoldo (2000, p. 164; 2003a, p. 118) se refere ao uso da voz passiva (à guisa de ilustração, tomei a liberdade de sublinhar no trecho transcrito) por parte de Cavalcanti (1986, p. 5):

A Linguística Aplicada, uma área de investigação que ainda não completou cinquenta anos, foi vista por muito tempo como uma tentativa de aplicação da Linguística (teórica) à prática de ensino de línguas.

Bertoldo declara que o apagamento ou “ocultação do agente não permite que essa concepção de LA seja legitimada por autoridade” (p. 164). Discordo de Bertoldo, pois leitores com um mínimo de competência em leitura e um conhecimento básico na área dos estudos da linguagem, que desejem recuperar no texto o agente apagado, sem dúvida se perguntariam mentalmente quais indivíduos vêem a LA como “tentativa de aplicação”. Do mesmo modo, responderiam (também mentalmente) que são os pesquisadores no campo de LA e os professores de metodologia de ensino de línguas estrangeiras. Quanto à análise da utilização da voz passiva no discurso, Granger (1981, p. 314-315) se refere a dois tipos de passiva, as “inócuas” e as “insidiosas”. O primeiro serve como recurso estilístico para eliminar no discurso informação óbvia. O segundo é empregado deliberadamente para esconder informação, uma estratégia que caracteriza a linguagem burocrática e o discurso político. Existem muitas estruturas passivas “insidiosas” nos contratos de compra e venda de imóveis e também nos discursos de alguns políticos. Acredito que Bertoldo não esteja atribuindo a Cavalcanti o uso de uma passiva “nociva”; a escolha da passiva por parte de Cavalcanti é estilisticamente melhor, pois o uso da voz ativa não seria elegante: “Muitos lingüistas aplicados viram por muito tempo a Linguística Aplicada como uma tentativa de aplicação da Linguística (teórica) à prática de ensino de línguas”.

Bertoldo (p. 170) afirma, na sua leitura de Cavalcanti (1986, p. 6), que a referida autora tenta “refutar a Linguística como ciência-mãe de LA”. Muito pelo contrário, Cavalcanti está debatendo ou questionando

na LA a dependência teórica de modelos específicos de Lingüística, isto é, o modelo gerativo-transformacional. De forma alguma, pode-se afirmar que o objetivo de Cavalcanti seja contestar as origens de LA.

No início deste texto disse que o trabalho de Bertoldo tem por finalidade contribuir para a reformulação da própria LA com respeito ao ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e em particular à formação de professores de língua estrangeira. O trabalho, no entanto, não apresenta diretrizes para tal reformulação, pois não há diálogo com o pensamento atual dos pesquisadores brasileiros que critica. Além disso, o trabalho não sustenta, pelo menos nos moldes apresentados, uma proposta bem argumentada, com exemplificação para rejeitar o método interpretativo em uso no campo de LA. Em seu discurso e crítica à referida metodologia, Bertoldo a caracteriza como sendo “indutivo-circular”, mas não esclarece o que significa tal “circularidade”, e as palavras não são suficientes para descartar a viabilidade da pesquisa nessa vertente. Outro problema com essa postura é o fato de que reduz ou restringe a LA ao campo de ensino/aprendizagem de segunda língua ou línguas estrangeiras. A realidade é outra, pois a LA abarca uma gama de pesquisas não relacionadas à aprendizagem de línguas. Além disso, a referida disciplina seria mais bem representada como um conjunto de sub-disciplinas, pois em vez de “Lingüística Aplicada”, existem “Lingüísticas Aplicadas” (SRIDHAR, 1990).

Acredito ter mostrado que a leitura feita por Coracini e Bertoldo não apresenta uma crítica ponderada e justa à LA por: (i) não trazer para a discussão a existência, na referida disciplina, de uma preocupação justamente com a relação teoria e prática (CLARKE, 1991, 1993, (cf. p. 28), 1994; SCHULZ, 1991; CELCE-MURCIA, 1983; ROBERTS, 1997; DE BEAUGRANDE, 1997 e TOMIC e SHUY (Org.), 1989); (ii) não informar que a própria disciplina de LA tem se preocupado por muito tempo com o perigo do pensamento dicotômico (WILKINS, 1982; KRAMSCH, 1993); (iii) não aportar para análise e debate outros modelos e escolas de AD com diferentes possibilidades de leitura e interpretação (BRIGHT, 1992; CHAFE, 1992; CHARAUDEAU, 1999; McHOUL, 1994; POSSENTI, 2002) (iv) não explicitar o que eles propõem em substituição à LA que criticam.

Espero que este trabalho contribua para um debate amplo, aberto e respeitoso entre os autores citados e outros especialistas nas duas áreas que se proponham a concordar com ou discordar das minhas reflexões.

Referências

ASHER, R. E.; SIMPSON, J.M.Y. (Org.). *The Encyclopedia of Language and Linguistics*. v. 3. Oxford: Pergamon Press, 1994, 1082p.

BERTOLDO, E. S. Um discurso da lingüística aplicada: entre o desejo da teoria e a contingência da prática. 2000. 284f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada/ Ensino-Aprendizagem de Segunda Língua e Língua Estrangeira) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 342p.

BERTOLDO, E.S. O discurso de divulgação científica da lingüística aplicada. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Campinas: Mercado de Letras, 2003a. 342p.

BERTOLDO, E.S. Um discurso de LA: demarcando territórios. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO E. S. (Org.). *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Campinas: Mercado de Letras, 2003b. 342p.

BERTOLDO, E.S. O discurso pedagógico da lingüística aplicada. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Campinas: Mercado de Letras, 2003c. 342p.

BING, J. M.; BERGWALL, V. L. The question of questions: beyond binary thinking, In: COATES, J. (Org.). *Language and gender: a reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

BRIGHT, W. (Org.). *International Encyclopedia of Linguistics*. v. 1, New York: Oxford University Press, 1992. 429p.

CAVALCANTI, M. P. A propósito de lingüística aplicada. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, v. 7, p. 5-12, Campinas, SP, 1986.

CHAFE, W. "Discourse", p. 355-358. In: BRIGHT, W. (Org.). *International Encyclopedia of Linguistics*. v. 1, New York: Oxford University Press, 1992. 429p.

CHARAUDEAU, P. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas, In: MARI, H.; PIRES, S.; CRUZ, A. R.; MACHADO, I. L. (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG. Belo Horizonte: Carol Borges Editora, 1999.

CHARNEY, D. Empiricism in not a four-letter word. *CCC*, v. 47, n. 4, p.567-593, 1996.

CLARKE, M. A. Whole language: reform and resistance. *Language and Educacion*, v.7, n. 2, p. 79-95, 1993.

CLARKE, M. A. The dysfunctions of theory/practice discourse, *TESOL Quarterly*, v. 28, n. 1, p. 9-26, 1994.

COATES, J. (Org.). *Language and gender: a reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1988.

CORACINI, M.J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Campinas: Mercado de Letras, 2003. 342p.

CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. Introdução. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E.S. (Org.). *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Campinas: Mercado de Letras, 2003. 342p.

CORACINI, M. J. O discurso da lingüística aplicada e a questão da identidade: entre a modernidade e a pós-modernidade. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E.S. (Org.). *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Campinas: Mercado de Letras, 2003a. 342p.

CORACINI, M.J. O olhar da ciência e a construção da identidade do professor de língua. In: CORACINI, M.J.; BERTOLDO, E.S. (Ed.). *O Desejo da Teoria e a Contingência da Prática*. Campinas: Mercado de Letras. 2003b. 342p.

CORACINI, M. J. A consciência crítica nos discursos sobre e da sala de aula. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Campinas: Mercado de Letras, 2003c. 342p.

CORACINI, M. J. A consciência crítica nos discursos sobre e da sala de aula. In: CORACINI, M.J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Campinas: Mercado de Letras, 2003d. 342p.

CORACINI, M. J. A abordagem reflexiva na formação do professor de língua. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Campinas: Mercado de Letras, 2003e. 342p.

CORACINI, M. J. A teoria e a prática: A questão da diferença no discurso Sobre E da sala de aula. *D.E.L.T.A.*, v.14, n. 1, p. 33-57, 1998. 342p.

CRYSTAL, D. *The Cambridge encyclopedia of language*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 480p.

DAVIS, K. A. *Qualitative theory and methods in applied linguistics research*. *TESOL Quarterly*, v. 29, n. 3, p. 427-453, 1995.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. *Handbook of qualitative research*. London: Sage Publications, 1994.

EDGE, J.; RICHARDS, K. May I see your warrant, please?: Justifying outcomes in qualitative research. *Applied Linguistics*, v.19, n.3, p. 334-356, 1998.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. Lisboa: Relógio D'Água, 1993.

GRANGER, S. *The be+ past participle construction in spoken English with special reference on the passive*. Amsterdam: North Holland, 1981. 390p.

GLEICK, J. *Chaos: Making a new science*. New York: Penguin Books, 1987.

HANNS, L.A. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HATCH, E.; LAZARATON, A. *The research manual: Design and statistics for applied linguistics*. Boston, Mass.: Heinle & Heinle Publishers, 1991.

KRAMSCH, C. *Context and culture in language teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1993. 407p.

KRASHEN, S. *Principles and practice in second language acquisition*. Oxford: Pergamon, 1982. 200p.

LARSON-FREEMAN, D. Chaos/complexity science and second language acquisition. *Applied Linguistics*, v. 18, n. 2, p. 141-165, 1997.

LAZARATON, A. Qualitative research in applied linguistics: a progress report. *TESOL Quarterly*, v. 29, n.3, p. 455-471, 1995.

McLAUGHLIN, B. The monitor model: some methodological considerations. *Language Learning*, v. 28, n. 3, p. 309-332, 1978.

McLAUGHLIN, B. Theory and research in second language learning: an emerging paradigm, *Language Learning*, v. 30, n. 2, p. 331- 350, 1980.

McHOUL, A. Discourse. In: ASHER, R.E.; SIMPSON, J.M.Y. (Org.). *The Encyclopedia of Language and Linguistics*, v. 2, p.940-949. Oxford: Pergamon Press, 1994. 1082p.

MOITA LOPES, L.P. Ensino de leitura em Inglês em escolas públicas de primeiro grau. Análise de alguns dados etnográficos. *Anais do IV ANPOL, PUC-SP*, p. 603-610, 1989.

MOITA LOPES, L. P. *Oficina de lingüística aplicada*. Campinas: Mercado de Letras, 1996. 189p.

MUCKELBAUER, J. On reading Foucault differently: through Foucault's resistance, *College English*, v. 63, n. 1, p. 71-94, 2000.

PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas. Trad. Jonas de A. Romualdo. In: GADET, E.; HAK, T. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michael Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PENNYCOOK, A. Incommensurable discourses, *Applied Linguistics*, v. 15, n. 2, p. 115-138, 1994.

PENNYCOOK, A. Towards a critical applied linguistics for the 1990s. Issues in *Applied Linguistics*, v. 1, n. 1, p. 8-28, 1998.

PHILIP, M. Michael Foucault. In: SKINNER, Q. (Org.). The return of grand theory in the human sciences. Cambridge: Canto, 1990.

POSSENTI, S. Os limites do discurso. Curitiba: Criar Edições, 2002.

REICHARDT, C. S.; COOK, T.C. Beyond qualitative versus quantitative methods In: COOK, T.C.; REICHARDT, C. (Org.). Qualitative and quantitative methods in evaluation research. Beverly Hills: Sage Publication, 1979. p. 7-32.

ROBERTS, M.J. On the nature and condition of social science. *Daedalus: Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, v. 103, n. 3, p. 45-65, 1974.

ROBERTS, C. There's nothing so practical as some good theories, *International Journal of Applied Linguistics*, v.7, n.1, p. 66-78, 1997.

SCARAMUCCI, M. V. R. A dicotomia quantitativo/qualitativo na pesquisa em linguística aplicada: paradigmas opostos, p. 510-518. In: SIGNORINI, I.; TERZI, S. B. (Org.). Anais do IV Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

SILVEIRA, F. M. G. L. Lembra quando Pêcheux dizia que os sujeitos envolvidos numa interação discursiva são plenamente assujeitados pela formação social a que pertencem? Tudo mentira. 1995. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SKINNER, Q. (Org.). The return of grand theory in the human sciences. Cambridge: Canto, 1990.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horros metodológicos. p. 63-92. In: SPINK, M.J. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000. 296p.

SRIDHAR, S. N. What are applied linguistics? *Studies in the Linguistic Sciences*. v. 20, n. 2, p. 165-176, (fevereiro) 1990.

STEWART, I. Does God play dice: The mathematics of chaos. Harmondsworth, England, Penguin, 1990.

THOMAS, G. What's the use of theory? *Harvard Educational Review*. v.67, n. 1, p. 74-104, 1997.

TOMIC, O. M.; SHUY, R. W. (Org.). The relation of theoretical and applied Linguistics. New York: Plenum Press, 1987. 193p.

VAN DIJK, T. A. Discourse & Society: a new journal for a new research focus. *Discourse & Society*, v. 1, n. 1, p. 5-16, 1990.

VAN LIER, L. Interaction in the language classroom curriculum. London: Longman, 1996.

VAN LIER, L. Forks and hope: pursuing understanding in different ways. *Applied Linguistics*. v. 15, n. 3, p. 328-346, 1994.

WIDDOWSON, H. Teaching language as communication. Oxford. Oxford University Press, 1978. 184p.

WIDDOWSON, H. Applied linguistics- the pursuit of relevance. (p. 74-87) In: KAPLAN, R. B. et al. (Org.). On the scope of applied linguistics. Rowley: Newbury House, 1980. 87p.

WILKINS, D. Dangerous dichotomies in applied linguistics and language teaching In: CRYSTAL, David (Org.). *Linguistic Controversies: Essays in Linguistic Theory and Practice in Honour of F.R. Palmer*. London: Edward Arnold, 1982. 257p.